

# *CADERNO DE TEXTOS*

## *33º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional*

*São Luís/MA, 10 a 15 de fevereiro de 2014*

**Tema Central: ANDES-SN na defesa dos direitos dos trabalhadores: organização docente e integração nas lutas sociais.**

**SINDICATO  
ANDES  
NACIONAL**

**Sindicato Nacional dos Docentes  
das Instituições de Ensino Superior**

SCS – Setor Comercial Sul, Q. 2, Bloco C, Ed. Cedro II, 5º andar

Brasília - DF

Fone: (61) 3962-8400

Fax: (61) 3224-9716

**Gestão 2012/2014**

**Presidente:** Marinalva Silva Oliveira

**Secretário-Geral:** Márcio Antônio de Oliveira

**1º Tesoureiro:** Fausto de Camargo Junior

**Diretor responsável por Imprensa e Divulgação:** Luiz Henrique Schuch

**Revisor responsável pelos textos da Diretoria:** Davi Leonart

**Secretária Administrativa:** Maria de Fátima Alves da Silva

home page: <http://www.andes.org.br>

E-mail: [secretaria@andes.org.br](mailto:secretaria@andes.org.br)

## SUMÁRIO

<b>Apresentação</b>	006
<b>Metodologia de Trabalho</b>	007
<b>Proposta de Cronograma e Pauta do 33º CONGRESSO</b>	008
<b>Proposta de Regimento do 33º CONGRESSO</b>	009
<b>TEMA 1 – MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA</b>	
<b>Texto 1</b> - Movimento Docente e Conjuntura - <i>Diretoria do ANDES-SN.</i>	020
<b>Texto 2</b> - O Sindicalismo depois do levante popular: a greve geral e a luta dos trabalhadores da educação - <i>Contribuição dos professores Andrey Cordeiro Ferreira (Base da ADUR-RJ), Graciela Bonassa Garcia (Base da Adur-RJ), Luciano Alonso (Base da Adur-RJ), Valena Ribeiro Garcia Ramos (Base da Adcefet-RJ), Wallace Moraes (Base da ADUFRJ)</i>	026
<b>Texto 3</b> - As raízes das jornadas de junho - <i>Contribuição da Diretoria da ADUFPB/SSind</i>	030
<b>TEMA 2 – CENTRALIDADE DA LUTA</b>	
<b>Texto 4</b> - Centralidade da Luta - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	033
<b>Texto 5</b> – Centralidade da Luta - <i>Contribuição dos professores Andrey Cordeiro Ferreira (Base da ADUR-RJ), Graciela Bonassa Garcia (Base da Adur-RJ), Luciano Alonso (Base da Adur-RJ), Valena Ribeiro Garcia Ramos (Base da Adcefet-RJ), Wallace Moraes (Base da ADUFRJ)</i>	034
<b>TEMA 3 – POLÍTICAS SOCIAIS – POLÍTICA EDUCACIONAL, GERAIS E DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES</b>	
<b>Texto 6</b> – Política Educacional - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	036
<b>Texto 7</b> – Reorientar política sindical para uma linha classista e combativa - <i>Contribuição dos professores Andrey Cordeiro Ferreira (Base da ADUR-RJ), Graciela Bonassa Garcia (Base da Adur-RJ), Luciano Alonso (Base da Adur-RJ), Valena Ribeiro Garcia Ramos (Base da Adcefet-RJ), Wallace Moraes (Base da ADUFRJ)</i>	039
<b>TEMA 4 – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS</b>	
<b>Texto 8</b> - Alterações no Estatuto do ANDES-SN - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	043
<b>Texto 9</b> – Regimento Eleitoral - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	044
<b>Texto 10</b> - Prestação de Contas do 58º CONAD - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	056
<b>Texto 11</b> - Grupos de Trabalho (GT) do ANDES-SN - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	058
<b>Texto 12</b> - Fundo Único - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	059
<b>Texto 13</b> - Manutenção do apoio financeiro à Escola Nacional Florestan Fernandes - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	060
<b>Texto 14</b> - Manutenção do apoio financeiro à Auditoria Cidadã da Dívida - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	061

<b>Texto 15</b> - Sede do 34º CONGRESSO do ANDES-SN - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	062
<b>TEMA 5 – PLANO DE LUTAS – GERAL, EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES</b>	
<b>Texto 16</b> – Questões agrárias, urbanas e ambientais - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	064
<b>Texto 17</b> – Ações em torno de uma política de classe para questões etnicorraciais, gênero e diversidade sexual - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	067
<b>Texto 18</b> – Comunicação - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	069
<b>Texto 19</b> – Encontro Nacional de Educação - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	071
<b>Texto 20</b> – Atualização dos PLs em tramitação no Congresso Nacional - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	072
<b>Texto 21</b> – Sindical - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	074
<b>Texto 22</b> – O atual contexto da seguridade social - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	076
<b>Texto 23</b> – Reorientar a política sindical para uma linha classista e combativa - <i>Contribuição dos professores Andrey Cordeiro Ferreira (Base da ADUR-RJ), Graciela Bonassa Garcia (Base da Adur-RJ), Luciano Alonso (Base da Adur-RJ), Valena Ribeiro Garcia Ramos (Base da Adcefet-RJ), Wallace Moraes (Base da ADUFRJ)</i>	080
<b>TEMA 6 – PLANO DE LUTAS - SETORES</b>	
<b>Texto 24</b> - Plano de Lutas do Setor das IEES/IMES - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	083
<b>Texto 25</b> - Plano de Lutas do Setor das IFES - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	086
<b>Texto 26</b> - Plano de Lutas do Setor das IPES - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	099
<b>Siglas</b>	101

Os Textos Resolução (TR) receberam a mesma numeração que os Textos Apoio (TA) correspondentes. No caso de Texto de Apoio sem Resolução, seu número foi preservado para que, porventura, seja utilizado em proposta de Resolução apresentada durante o evento.

## SUMÁRIO DOS TR

<b>TEMA 2 – CENTRALIDADE DA LUTA</b>	
TR 4 - Centralidade da Luta	033
TR 5 – Centralidade da Luta	034
<b>TEMA 3 – POLÍTICAS SOCIAIS – POLÍTICA EDUCACIONAL, GERAIS E DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES</b>	
TR 6 – Política Educacional	038
TR 7 – Reorientar política sindical para uma linha classista e combativa	041
<b>TEMA 4 – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS</b>	
TR 8 - Alterações no Estatuto do ANDES-SN	043
TR/TD 9 – Regimento Eleitoral	044
TR 10 - Prestação de Contas do 58º CONAD	056
TR 12 - Fundo Único	059
TR 13 - Manutenção do apoio financeiro à Escola Nacional Florestan Fernandes	060
TR 14 - Manutenção do apoio financeiro à Auditoria Cidadã da Dívida	061
TR 15 - Sede do 34º CONGRESSO do ANDES-SN	062
<b>TEMA 5 – PLANO DE LUTAS – GERAL, EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES</b>	
TR 16 – Questões agrárias, urbanas e ambientais	065
TR 17 – Ações em torno de uma política de classe para questões etnicorraciais, gênero e diversidade sexual	068
TR 18 – Comunicação	070
TR 19 – Encontro Nacional de Educação	071
TR 20 – Atualização dos PLs em tramitação no Congresso Nacional	073
TR 21 – Sindical	075
TR 22 – O atual contexto da seguridade social	079
TR 23 – Reorientar a política sindical para uma linha classista e combativa	080
<b>TEMA 6 – PLANO DE LUTAS - SETORES</b>	
TR 24 - Plano de Lutas do Setor das IEES/IMES	084
TR 25 - Plano de Lutas do Setor das IFES	089
TR 26 - Plano de Lutas do Setor das IPES	100

## Apresentação

O ANDES-SN, a cada ano, aprofunda os horizontes do movimento docente, pela reflexão e debate e pelo estabelecimento de vigorosas linhas de ação, em sua instância máxima – o Congresso. Em 2014, o 33º CONGRESSO do ANDES-SN será realizado em São Luís-MA, convocado pela diretoria do ANDES-SN e organizado pela APRUMA Seção Sindical, no período de 10 a 15 de fevereiro de 2014, tendo como tema “*ANDES-SN na defesa dos direitos dos trabalhadores: organização docente e integração nas lutas sociais*”.

O quadro que se desenha, considerando as persistentes ações governamentais a favor dos interesses do capital e contrárias aos da classe trabalhadora, é de muita dureza nos enfrentamentos que teremos pela frente.

Ninguém duvida que serão mantidas ações contínuas de privatização na tentativa de implementar a EBSEH e o Funpresp, no escancaramento da educação nacional aos interesses privados internacionais; continuarão as ações de segurar as manifestações principalmente durante a Copa do Mundo, sem falar do processo de exclusão das populações pobres das regiões de grandes obras entregues aos megaempreendedores. O que dizer, também, da entrega banalizada das nossas riquezas aos mercados internacionais – petróleo e minérios estratégicos? E o Código Florestal? Tem ainda o Projeto de Lei antigreve, a flexibilização do trabalho, a terceirização galopante e toda uma legislação que distancia o país de uma educação realmente pública e vincada nos valores democráticos. O país enfrenta um processo político tratoral que compromete o futuro das próximas gerações.

Não podemos esquecer que os ataques ao nosso Sindicato mantêm-se principalmente pelas forças que se aliam ao governo, o que requer a unidade interna e a compreensão de que o nosso objetivo deve ser superar aqueles setores que querem minar e destruir o ANDES-SN.

Para enfrentar esses ataques estaremos construindo o nosso Plano de Lutas para 2014, o qual, para alcançar significado e poder de mobilização, deve estar centrado na perspectiva do avanço histórico da classe.

Isso significa que deveremos estar articulados e integrados no nosso campo de lutas com a CSP-Conlutas e com todos os movimentos que têm como objetivo chegar a um novo patamar da sociedade.

No 33º CONGRESSO estaremos iniciando o processo de eleição da diretoria do ANDES-SN para o biênio 2014/2016. Nesse momento, estaremos acolhendo a apresentação de chapas que pretendam disputar a eleição direta, que será realizada em maio de 2014, em data a ser designada pelo Regimento Eleitoral, a ser aprovado durante o CONGRESSO. Democracia, autonomia e respeito à base confirmam-se como princípios fundamentais que têm garantido a nossa luta e a legitimidade do nosso Sindicato.

Com a disposição para o debate democrático, tendo como lema a defesa do ANDES-SN e a expansão da classe na luta pela hegemonia, vamos nos encontrar em São Luís-MA e cumprir o trajeto que nos faça crescer e juntar forças pelo nosso Sindicato.

Até São Luís-MA.

A Diretoria

## Metodologia de trabalho

O Congresso do ANDES-SN tem como tarefa maior definir posicionamentos políticos estratégicos e aprovar o Plano de Lutas anual do Sindicato, a partir das discussões e decisões das assembleias gerais dos docentes frente a temas que estão relacionados diretamente ao trabalho docente e suas reivindicações.

Os eventos nacionais deliberativos do ANDES-SN (Congressos e CONAD) constituem espaços democráticos de debate, de participação da base da categoria e de definições que norteiam as ações do Sindicato. Todo o trabalho é subsidiado por Cadernos de Texto que disponibilizam, previamente, o conjunto de propostas em debate, dentro do temário proposto.

A estrutura de funcionamento desses eventos deliberativos baseia-se na sucessão de três tipos de espaços: grupos mistos, preparação e realização das plenárias.

Os **grupos mistos** têm como objetivo fazer com que todos os participantes, reunidos em pequenos agrupamentos, discutam os temas pautados no evento, de forma a facilitar o amadurecimento das posições trazidas das assembleias gerais de cada Seção Sindical, e apontar as propostas que serão submetidas à deliberação nas plenárias. O resultado dos encaminhamentos dos grupos deve ser consolidado, uma vez que todos os grupos debatem todos os temas.

A **preparação das plenárias** tem como tarefa fundamental essa consolidação, para que a dinâmica de deliberações tome por base o que já foi apreciado e indicado nos grupos mistos. O trabalho nessa fase é exaustivo, exige muitas horas de dedicação e é realizado pelos diretores, que serão responsáveis pela condução da mesa dirigente da plenária, com o apoio dos relatores dos grupos.

A **realização das plenárias** tem revelado dinâmicas variáveis segundo o temário, mas também segundo a clareza e a pertinência das propostas encaminhadas para deliberação, abrindo espaço ao contraditório em relação às grandes polêmicas, e cumprindo a sua função primordial, que é a de deliberar, pelo voto da maioria dos delegados, sobre as propostas vindas dos grupos mistos.

O **Caderno de Textos** está organizado de modo a contemplar os seguintes aspectos:

1) o claro **ordenamento dos temas** do Congresso: conjuntura, centralidade, políticas (contendo proposições de princípios e posicionamentos estratégicos) e depois os planos de luta (contendo proposições de ações e agenda para sua implementação);

2) Os **Textos de Apoio (TA)**, de modo a cumprirem sua função pedagógica e de registro histórico para o movimento, enquanto os **Textos Resolução (TR)** apresentam o que é novo de fato, em termos de propostas.

O desafio será definir as prioridades e ações para o ano de 2014, na forma de uma agenda de lutas a ser apresentada à categoria e que se traduza em um chamamento forte à mobilização, que é o caminho para as conquistas.

## CRONOGRAMA E PAUTA DO 33º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

São Luís/MA, 10 a 15 de fevereiro de 2014

**Tema Central: ANDES-SN na defesa dos direitos dos trabalhadores: organização docente e integração nas lutas sociais.**

10/2 (2ª feira)	11/2 (3ª feira)	12/2 (4ª feira)	13/2 (5ª feira)	14/2 (6ª feira)	15/2 (sábado)
9h às 12h 14h às 20h <b>Credenciamento</b>  10h às 12h <b>Plenária de Abertura</b>	9h às 12h <b>Grupo Misto Tema 2</b>	9h às 12h <b>Plenária do Tema 2</b>	9h às 13h <b>Grupo Misto Tema 4</b>	9h às 13h <b>Grupo Misto Tema 6</b>	9h às 12h <b>Plenária do Tema 6</b>
14h às 16h <b>Plenária de Instalação</b>	14h às 18h <b>Grupo Misto Tema 3</b>	14h às 17h <b>Plenária do Tema 3</b>	15h às 18h <b>Grupo Misto Tema 5</b>	15h às 18h <b>Plenária do Tema 4</b>	14h às 16h <b>Plenária de Encerramento</b>
18h às 21h <b>Plenária do Tema 1</b>	<b>Livre</b>	18h30 às 21h30 <b>Grupo Misto Tema 4</b>	<b>Livre</b>	19h às 22h <b>Plenária do Tema 5</b>	

### Pauta

Tema 1 – Movimento Docente e Conjuntura

Tema 2 – Centralidade da Luta

Tema 3 – Políticas Sociais – Política Educacional, Gerais e Direitos e Organização dos Trabalhadores

Tema 4 – Questões Organizativas e Financeiras

Tema 5 – Plano de Lutas – Geral, Educação, Direitos e Organização dos Trabalhadores

Tema 6 – Plano de Lutas – Setores

## REGIMENTO DO 33º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

### Capítulo I Do CONGRESSO

Art. 1º. O 33º CONGRESSO do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-SINDICATO NACIONAL, previsto no inciso I do Art. 13 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL, convocado pela Diretoria, conforme o inciso XII do Art. 30 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL, reunir-se-á no período de 10 a 15 de fevereiro de 2014, na cidade de São Luís – MA, organizado pela APRUMA Seção Sindical.

Art. 2º. O CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL tem como finalidade deliberar sobre a pauta aprovada em sua Plenária de Instalação, de acordo com o disposto no Art. 19 de seu Estatuto.

### Capítulo II Das Atribuições

Art. 3º. São atribuições do CONGRESSO, conforme dispõem os incisos I a X do Art. 15 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL:

*“Art.15. São atribuições do CONGRESSO:*

*I - estabelecer diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no art. 5º;*

*II - decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões de exclusão de sindicalizados tomadas pelas S.SINDs ou ADs-S.SINDs.;*

*III - decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões do CONAD ou da DIRETORIA, que constarão obrigatoriamente de sua pauta;*

*IV - estabelecer a contribuição financeira dos sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL;*

*V - alterar, no todo ou em parte, o presente Estatuto;*

*VI - referendar ou homologar a constituição de S.SINDs, ou revogar sua homologação, observado o disposto no art. 45;*

*VII - elaborar o regimento das eleições da DIRETORIA, conforme o disposto no art. 52;*

*VIII - decidir sobre a filiação do ANDES-SINDICATO NACIONAL a organizações nacionais e internacionais conforme o disposto no art. 65;*

*IX - referendar as alterações verificadas nos regimentos das S.SINDs ou ADs-S.SINDs, observado o disposto no art. 45;*

*X – criar, indicando seus componentes, ou extinguir comissões ou grupos de trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões.”*

### Capítulo III Dos(as) Participantes

Art. 4º. São participantes do CONGRESSO:

I - delegados(as) devidamente credenciados(as), com direito à voz e a voto;

a) um(a) delegado(a) de cada diretoria de seção sindical (S.SIND.) ou AD-Seção Sindical (AD-S.SIND.) (Art. 16, inciso I do Estatuto) do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

b) delegados(as) de base de cada S.SIND. ou AD-S.SIND. (Art. 16, inciso II do Estatuto) do ANDES-SINDICATO NACIONAL, indicados em sistema de proporcionalidade fixado pelo § 1º do Art. 17 do Estatuto;

c) delegados(as) representativos(s) dos(as) sindicalizados(as) via Secretarias Regionais (Art. 16, inciso III do Estatuto) indicados em proporção cumulativa, fixada pelo § 1º do art. 17;

d) delegados(as) representativos(s) dos(as) sindicalizados(as), nos termos do Art. 41, inciso VIII, do Estatuto.

II - os membros da Comissão Organizadora e da Comissão Diretora do CONGRESSO, com direito à voz;

III - os(as) sindicalizados(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL, devidamente credenciados(as) como observadores(as) pela sua respectiva S.SIND. ou AD-S.SIND. e Secretarias Regionais, com direito à voz;

IV - os(as) convidados(as) pela Comissão Organizadora e Comissão Diretora, com direito à voz.

§1º Os(as) sindicalizados(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL não poderão participar como convidados(as) do CONGRESSO, salvo na condição de pesquisadores(as), participantes de seminários ou para prestar assessoria e/ou esclarecimentos.

§2º Os(as) delegados(as), devidamente credenciados(as), só poderão ser substituídos(as), durante a realização do CONGRESSO, obedecidas as seguintes condições:

a) comprovar, junto à Comissão Diretora, a necessidade de ausentar-se definitivamente do CONGRESSO;

b) haver suplentes de delegados(as) indicados(as) pelas assembleias das S.SIND. ou AD-S.SIND., e pelas assembleias dos(as) sindicalizados(as), via Secretarias Regionais, credenciados(as) como observadores(as) no CONGRESSO;

c) quando o(a) delegado(a) de S. SIND. ou AD-S.SIND. ou delegado(a) representativo(a) dos(as) sindicalizados(as) via Secretarias Regionais comprovadamente se ausentar definitivamente, sem providenciar a substituição, a Comissão Diretora o fará, respeitando o presente Regimento.

Art. 5º. A Presidente do ANDES-SINDICATO NACIONAL preside o CONGRESSO, com direito à voz e a voto em suas sessões, e os demais membros em exercício da Diretoria (Art.32, I, II, III e IV), excetuados aqueles cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua Regional (Art.32, V), participam com direito a voz.

#### Capítulo IV Do Credenciamento

Art. 6º. O prazo de credenciamento dos(as) delegados(as) e observadores(as) das S. SIND. ou AD-S.SIND. do ANDES-SINDICATO NACIONAL e dos(as) delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as), via Secretarias Regionais, ao

CONGRESSO encerrar-se-á às 20h do dia 10 de fevereiro, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela Plenária de Instalação.

§ 1º Para o credenciamento dos(as) delegados(as), será exigida ata (ou extrato) da assembleia geral que deliberou sobre sua escolha, com a respectiva lista de presença.

§ 2º Para o credenciamento dos(as) observadores(as), será exigida ata (ou extrato) e, no caso de não ter havido assembleia geral, será exigido documento da S.SIND. ou AD-S.SIND. que os indicou.

§ 3º Fica assegurado a qualquer delegado(a) credenciado(a) ter vista e cópias da totalidade de documentos que credenciam os(as) delegados(as) e observadores(as) de qualquer S.SIND., mediante requerimento à Comissão Diretora.

§ 4º Quaisquer recursos acerca do credenciamento poderão ser apresentados até início da Plenária de Instalação, que deverá deliberar sobre estes até o seu final.

§ 5º Cada delegado(a) ou observador(a), no ato do credenciamento, receberá um cartão de identificação e/ou votação, em cores diferentes.

§ 6º No caso de perda ou dano do cartão, este não será substituído, salvo por autorização expressa da plenária.

Capítulo V  
Do Funcionamento  
Seção I  
Dos órgãos

Art. 7º. São órgãos do CONGRESSO:

I - As Comissões:

- a) Organizadora;
- b) Diretora;

II - Os Grupos Mistos;

III - As Plenárias.

§ 1º As Comissões Organizadora e a Diretora são criadas a partir da convocação do CONGRESSO.

§ 2º Os demais órgãos têm existência restrita ao período de realização deste evento.

§ 3º O quórum mínimo de funcionamento de cada órgão do CONGRESSO é de mais de 50% (cinquenta por cento) dos membros desse órgão com direito a voto.

§ 4º Passados 15 (quinze) minutos do horário definido para o início dos trabalhos dos órgãos, o quórum de funcionamento reduz-se para 30% (trinta por cento) dos seus membros com direito a voto, só podendo ocorrer deliberação depois de verificado o quórum previsto no § 3º deste artigo.

Seção II  
Da Comissão Organizadora

Art. 8º. A Comissão Organizadora é constituída por 3 (três) representantes da APRUMA Seção Sindical e por 3 (três) Diretores(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL

Art. 9º. É de competência da Comissão Organizadora:

I - preparar a infraestrutura necessária à realização do CONGRESSO;

II – organizar, junto com a Comissão Diretora, a Plenária de Abertura do CONGRESSO;

III - realizar, junto com a Comissão Diretora, o credenciamento dos(as) participantes do 33º CONGRESSO.

Parágrafo único. Das decisões da Comissão Organizadora cabe recurso à Comissão Diretora.

### Seção III Da Comissão Diretora

Art. 10. A Comissão Diretora do CONGRESSO é composta pelos(as) Diretores(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL e pelos membros da Comissão Organizadora.

Art. 11. É de competência da Comissão Diretora:

I - responsabilizar-se, junto com a Comissão Organizadora, pelo credenciamento dos(as) participantes do CONGRESSO;

II - decidir e efetivar a substituição de delegados(as) de acordo com o disposto no § 2º, alíneas “a” e “c” do Art. 4º deste Regimento e anunciar a substituição do(a) delegado(a) ao CONGRESSO;

III - responsabilizar-se pelas receitas e despesas do CONGRESSO, organizando o rateio entre as seções sindicais;

IV - elaborar a prestação de contas do CONGRESSO para apreciação no próximo CONAD;

V - organizar e compor as Mesas Diretoras das Plenárias do CONGRESSO;

VI - organizar a composição dos Grupos Mistos do CONGRESSO em consonância com o disposto neste Regimento.

Parágrafo único. Das decisões da Comissão Diretora cabe recurso à Plenária.

### Seção IV Dos Grupos Mistos

Art. 12. Os Grupos Mistos são compostos por:

I - Delegados(as), devidamente credenciados(as), de S.SIND., de AD-S.SIND. e de delegados(as) representativos(s) dos(as) sindicalizados(as) via Secretarias Regionais, todos(as) com direito à voz e a voto;

II - Observadores(as) devidamente credenciados(as), de S.SIND., de AD-S.SIND. e de sindicalizados(as) via Secretaria Regional, com direito à voz;

III - Diretores(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL, com direito à voz;

IV - Convidados(as), devidamente credenciados(as), com direito à voz.

Art. 13. Cada Grupo Misto é composto por, no máximo, 35 (trinta e cinco) delegados(as) e igual número de observadores(as).

Parágrafo único. Só poderá haver, no mesmo grupo, mais de um delegado(a) de uma mesma Seção Sindical ou AD-Seção Sindical ou mais de um delegado(a) representativo(a) dos(as) sindicalizados(as) de uma mesma Secretaria Regional, caso o

respectivo número de delegados(as) seja superior ao número de Grupos Mistos. Esta mesma regra se aplica aos(às) observadores(as).

Art. 14. Os Grupos Mistos são dirigidos por uma Mesa Coordenadora, composta por 1 (um/uma) Coordenador(a), 1 (um/uma) Relator(a) e 1 (um/uma) Secretário(a).

§ 1º Os membros da Mesa Coordenadora são eleitos(as) pelos(as) delegados(as) componentes dos grupos.

§ 2º O(a) coordenador(a) e o(a) Secretário(a) da Mesa Coordenadora serão eleitos(as) entre os(as) delegados(as) componentes dos grupos e o(a) relator(a) poderá ser um(a) observador(a), devidamente credenciado(a).

§ 3º A qualquer momento, os(as) delegados(as) integrantes do grupo podem deliberar sobre proposta de alteração da Mesa Coordenadora, salvaguardando o disposto no parágrafo anterior.

Art. 15. As reuniões dos Grupos Mistos iniciar-se-ão nos horários previstos no Cronograma do CONGRESSO, observado o quórum de mais de 50% (cinquenta por cento) dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

§ 1º Passados 15 (quinze) minutos do horário previsto para o início das reuniões do grupo, o quórum mínimo será de 30% (trinta por cento) dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

§ 2º Passados 30 (trinta) minutos do horário previsto, iniciar-se-ão os trabalhos com qualquer número de delegados(as) presentes, sendo recolhida a 1ª (primeira) lista de presença e aberta a 2ª (segunda) lista.

§ 3º As deliberações só serão tomadas com a presença de mais da metade dos(as) delegados(as).

Art.16. Compete ao(à) Coordenador(a) dirigir a reunião do grupo, orientando os debates e promovendo as votações de acordo com as normas deste Regimento.

Art. 17. É de competência do(a) Relator(a):

I - elaborar o relatório da reunião do grupo de acordo com as normas deste Regimento e com as instruções da Comissão Diretora;

II - fazer constar do relatório o número de votos de cada proposta submetida à deliberação.

Art.18. Compete ao(à) Secretário(a) auxiliar o(a) Coordenador(a) e o(a) Relator(a) em suas atividades.

Art. 19. Os(as) Relatores(as) dos Grupos Mistos dispõem de um prazo máximo de 1 (uma) hora, após o encerramento da reunião dos referidos grupos, para entregar à Comissão Diretora, o Relatório de seu grupo, digitado, garantidas as condições pela Comissão Organizadora.

Art. 20. A consolidação dos Relatórios dos Grupos Mistos será feita em conjunto pelos membros da Comissão Diretora para tal designados e os(as) Relatores(as) dos diversos Grupos Mistos.

Parágrafo único. A reunião prevista no parágrafo anterior será amplamente divulgada pela Comissão Diretora.

Art. 21. Dos Relatórios Consolidados que serão apresentados às Plenárias do CONGRESSO constam, necessariamente:

I - as propostas aprovadas por maioria simples;

II - as propostas que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos delegados(as) presentes em pelo menos um dos Grupos Mistos;

III - as propostas de redação compatibilizadas pela Comissão Diretora e Relatores(as).

§ 1º Na consolidação dos Relatórios dos Grupos Mistos, a serem apreciados nas Plenárias, não serão consideradas as propostas de acréscimo ou alteração que impliquem redação pela Comissão Diretora.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às propostas das Plenárias dos diversos temas do CONGRESSO.

§ 3º A Comissão Diretora poderá redigir e incluir no Relatório sugestões de propostas decorrentes de sistematização das propostas oriundas dos Grupos Mistos.

Art. 22. O início das reuniões dos Grupos Mistos obedecerá, rigorosamente, aos horários previstos no Cronograma do CONGRESSO.

Art. 23. As reuniões dos Grupos Mistos terão duração de:

a) do Tema 2: 3 (três) horas;

b) do Tema 3: 4 (quatro) horas;

c) do Tema 4: 7 (sete) horas em dois turnos;

d) do Tema 5: 3 (três) horas;

e) do Tema 6: 4 (quatro) horas.

Parágrafo único. O prazo previsto no caput deste artigo poderá, por deliberação do grupo, ser prorrogado por, no máximo, 1 (uma) hora, desde que não venha a interferir no funcionamento de outras atividades do CONGRESSO.

#### Seção V Das Plenárias

Art. 24. As Plenárias são compostas por:

I - Delegados(as) de S.SIND., AD-S.SIND. e de sindicalizados(as) via Secretarias Regionais, devidamente credenciados(as), e pelo Presidente do ANDES-SINDICATO NACIONAL, todos com direito à voz e a voto;

II - Observadores(as) de S.SIND., de AD-S.SIND. e de sindicalizados(as) via Secretarias Regionais, devidamente credenciados(as), com direito à voz;

III - Membros da Comissão Organizadora e da Diretora com direito à voz;

IV - Convidados(as), devidamente credenciados(as), a critério da Comissão Diretora, com direito à voz.

Art. 25. As Plenárias do CONGRESSO serão dirigidas por uma Mesa Coordenadora composta por 1 (um/uma) Presidente, 1 (um/uma) Vice-Presidente, 1 (um/uma) 1º (1ª) Secretário(a) e 1 (um/uma) 2º (2ª) Secretário(a).

§ 1º A Comissão Diretora indica entre seus membros os(as) componentes das Mesas Coordenadoras das Plenárias.

§ 2º A Plenária poderá, a qualquer momento, deliberar sobre proposta de modificação da Mesa Coordenadora, devendo os membros não pertencentes à Comissão Diretora do CONGRESSO ser indicados(as) pelos(as) delegados(as) presentes.

§ 3º As deliberações são adotadas por maioria simples - maior número de votos - dos(as) delegados(as) presentes, ressalvado o disposto no Art. 21 do Estatuto do Sindicato.

Art. 26. Compete ao(a) Presidente da Mesa Coordenadora:

I - preparar junto com o(a) 1º (1ª) Secretário(a) a ordem dos trabalhos da Plenária;

II - dirigir a Plenária, orientando os debates e promovendo a votação de acordo com este Regimento.

Art. 27. Compete ao(à) Vice-Presidente da Mesa Coordenadora:

I - auxiliar o(a) Presidente em suas atividades;

II - substituir o(a) Presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 28. Compete ao(à) 1º (1ª) Secretário(a):

I - preparar junto com o(a) Presidente a ordem dos trabalhos da Plenária;

II - elaborar o Relatório da Plenária;

III - o Relatório deverá ser entregue à Comissão Organizadora, digitado e na forma definitiva, até 3 (três) dias após a conclusão da Plenária.

Art. 29. Compete ao(à) 2º (2ª) Secretário(a):

I - auxiliar o(a) 1º(1ª) Secretário(a) em suas atividades;

II - elaborar a ata da Plenária;

III - a ata deverá ser entregue à Comissão Organizadora, digitada e na forma definitiva, até 3 (três) dias após a conclusão da Plenária.

Art. 30. A duração de cada Plenária, contada a partir do horário previsto para o seu início, será a seguinte:

I - As Plenárias de Abertura, de Instalação e de Encerramento terão, cada uma, 2 (duas) horas;

II - As Plenárias dos Temas 1, 2, 3, 4, 5 e 6 terão, cada uma, 3 (três) horas.

§ 1º Cada Plenária, excetuada a de Encerramento, poderá ser prorrogada por até 1(uma) hora;

§ 2º A Plenária de Encerramento poderá ser prorrogada a critério do Plenário.

§ 3º As Plenárias poderão ter seu início antecipado por deliberação da Plenária anterior.

§ 4º Os grupos mistos poderão ter seu início antecipado por deliberação da Plenária anterior.

§ 5º As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado neste artigo terão seu encaminhamento decidido pela Plenária.

§ 6º A duração da Plenária de Encerramento poderá ser prorrogada a critério do Plenário.

Art. 31. Compete à Plenária de Instalação:

I - aprovar o Regimento, o Temário e o Cronograma do CONGRESSO;

II - deliberar sobre a inclusão, nas discussões e deliberações do CONGRESSO, de textos encaminhados após a publicação do Anexo ao Caderno de Textos deste evento;

III - deliberar sobre recursos acerca de credenciamento ao CONGRESSO.

Art. 32. A verificação do quórum, no início da Plenária do CONGRESSO, será feita por meio de lista de presença da qual constará o nome do(a) delegado(a), o nome da S.SIND., AD-S.SIND. ou Secretaria Regional, assinatura do(a) delegado(a) e o horário da assinatura.

§ 1º Passados 30 (trinta) minutos do horário previsto para o início da Plenária, será recolhida a 1ª (primeira) lista de presença e será aberta a 2ª (segunda) lista;

§ 2º A verificação de quórum, em qualquer momento do andamento da Plenária, será feita pela contagem dos(as) delegados(as) mediante cartão de voto.

## Capítulo VI Das Discussões e Votações

Art. 33. Quando uma proposição estiver em debate nas reuniões (Grupo Misto e ou Plenária), a palavra somente será concedida, para discuti-la, a quem se inscrever na Mesa Coordenadora, respeitada a ordem cronológica de inscrições.

Art. 34. Para discussão de cada matéria, será estabelecido um período de tempo compatível com o atendimento da discussão de todas as matérias e o prazo de duração para o funcionamento do Grupo Misto ou da Plenária.

§ 1º O número de inscrições observará o prazo definido no *caput* deste artigo.

§ 2º O Grupo Misto ou a Plenária poderá deliberar, a qualquer momento, sobre a prorrogação ou encerramento das discussões, atendidas as inscrições feitas antes da decisão.

Art. 35. As discussões e votações têm o seguinte procedimento:

I - fase de discussão: com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

II - fase de encaminhamento de votação de cada proposta: com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrito(a) em encaminhamentos contra e a favor, alternadamente e em igual número, com prévio conhecimento por parte da Plenária e dos(as) inscritos(as);

III - fase de votação: por meio de levantamento do cartão de voto pelos(as) delegados(as), de acordo com o encaminhamento dado pela Mesa Coordenadora, com aprovação do Grupo Misto ou da Plenária.

§ 1º Na fase prevista no item II, não havendo encaminhamento contrário, não haverá encaminhamento a favor.

§ 2º Só serão apreciadas e deliberadas nas Plenárias as seguintes propostas:

a) aprovadas nos Grupos Mistos;

b) minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos(as) delegados(as) presentes em, pelo menos, um dos Grupos Mistos;

c) oriundas dos Grupos Mistos e que resultem em sistematização no Plenário;

d) sugeridas pela Comissão Diretora, conforme o § 3º do Art. 21.

Art. 36. As questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento têm precedência sobre as inscrições, sendo apreciadas pela Mesa Coordenadora, cabendo recurso à Plenária.

§ 1º Na fase de encaminhamento das votações, só serão aceitas questões de ordem e esclarecimento.

§ 2º Na fase de votação, não são aceitas questões de ordem, de encaminhamento e esclarecimento.

Art. 37. As deliberações que impliquem alterações do Estatuto do ANDES - SINDICATO NACIONAL terão de ser aprovadas por mais de 50% (cinquenta por cento) dos(as) delegados(as) inscritos(as) no 33º CONGRESSO, conforme dispõe o § 1º do Art. 21 do Estatuto.

## Capítulo VII Das Disposições Gerais e Finais

Art. 38. As propostas de moções devem ser entregues, por escrito, na Secretaria do CONGRESSO, até às 15 (quinze) horas do dia 14 de fevereiro de 2014, endereçadas à Comissão Diretora, sendo especificados(as) os(as) responsáveis e os(as) destinatários(as) com endereço completo.

§ 1º A Comissão Diretora deve divulgar aos participantes do CONGRESSO uma cópia das moções propostas até às 20 (vinte) horas do dia 14 de fevereiro de 2014.

§ 2º A critério da Plenária podem ser acrescentadas e apreciadas outras moções, cuja natureza ou conteúdo justifiquem não terem sido apresentadas no prazo previsto.

Art. 39. As contagens de votos nas Plenárias serão efetuadas pelos integrantes da Comissão Diretora.

Art. 40. Nos Grupos Mistos e nas Plenárias, só serão aceitas declarações de voto de delegado(a) que se abster no momento da votação.

§ 1º As declarações de voto feitas nas Plenárias só constarão da Ata da Sessão aquelas apresentadas por escrito à Mesa.

§ 2º Não cabe declaração de voto em votação referente a propostas de encaminhamento.

Art. 41. A Diretoria terá como prazo máximo até o dia 18 de março de 2014 para divulgar o Relatório Final do CONGRESSO.

Art. 42. Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela Comissão Diretora, cabendo recurso ao Plenário.

Art. 43. Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela Plenária de Instalação do CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional.

São Luís - MA, 10 de fevereiro de 2014

Atendendo ao disposto no Art. 37 deste Regimento, a Comissão Diretora sugere que as moções apresentadas ao 33º CONGRESSO obedeçam ao seguinte formulário:

### FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE MOÇÃO

**Proponente(s)** \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**Seção Sindical:** \_\_\_\_\_

**Destinatário(s)**  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**Endereço(s) do(s) destinatário(s):**  
\_\_\_\_\_

**Cidade** \_\_\_\_\_  
**Cep.:** \_\_\_\_\_  
**e-mail** \_\_\_\_\_

**Fato motivador da Moção:**  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

<b>TEXTO DA MOÇÃO</b>
Os delegados ao 33º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado em São Luís/MA, no período de 10 a 15 de fevereiro de 2014, manifestam _____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

# **TEMA 1 - MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA**

## MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA

1. A determinante principal da conjuntura econômica e política brasileira é a persistência da crise capitalista mundial. As análises mais favoráveis apresentadas pelos diversos governos para justificar uma suposta saída da crise não resistem a uma avaliação criteriosa. A recuperação econômica não ocorre naturalmente diante de um período de forte recessão. O crescimento do PIB nos EUA e na Europa (assim como no Brasil) se situa, porém, para este ano, na casa de 2%, depois de um retrocesso maior nos anos posteriores a 2008. O débito público, incrementado geometricamente em função da injeção de dinheiro público para salvar o capital falido, no entanto, não está nem um pouco superado, ao contrário: as dívidas, incrementadas, estão situadas na casa dos 220% (Japão) ou dos 150% do PIB, em vários países europeus e nos EUA. Este país foi novamente salvo pelo gongo de entrar em *default* declarado por um acordo suprapartidário (extraparlamentar) em que a direita republicana obteve concessões extraordinárias em matéria de corte dos gastos públicos (saúde e educação). Os lucros dos super-ricos e os gastos armamentistas foram, ao contrário, mantidos. As contas das grandes instituições financeiras privadas continuam no vermelho, quando levada em conta a carteira dos chamados “créditos podres”.

2. Como em toda crise, está acontecendo uma supermonopolização do capital em todas as áreas: comercial, financeira (com grandes fusões bancárias) e também industrial (com a criação, por exemplo, da maior companhia aérea com a fusão entre *American Airlines* e *US Airways*). O grande capital tenta sair da crise, criada pela voracidade de lucro do próprio capital, provocando uma queda histórica do valor da força de trabalho, com a massiva destruição de direitos, precarização dos empregos, demissão de funcionários públicos e cortes salariais. O desemprego continua enorme, com taxas que beiram o 60% da população abaixo dos 25 anos, em vários países europeus (Grécia, Itália, Espanha). Nos países mais atingidos pela crise, as mobilizações de todo tipo continuam presentes, com paralisações, manifestações de rua, ocupações de prédios e locais de trabalho. As manifestações contra os ajustes econômicos e a retirada de direitos trabalhistas e sociais se ampliam, porém sem uma alternativa política de classe. Ainda que partidos de esquerda tenham obtido uma expressiva votação em vários países europeus, é possível também identificar o crescimento dos partidos de direita e extrema-direita. A presença de formações fascistas (como Aurora Dourada, na Grécia) e até de uma extrema-direita xenófoba com chances de vitória eleitoral (a Frente Nacional, na França).

3. O grande capital internacional pressiona também em favor da abertura da economia chinesa (especialmente seu setor financeiro, estatal), posta diante dos problemas causados pela desaceleração econômica. O governo do PC Chinês realizou novas concessões estratégicas ao setor privado. Na América Latina, Cuba segue um rumo semelhante ao da China, em escala muito menor, e condicionada pelo embargo comercial e o cerco imperialista. No entanto, as possibilidades do grande capital para impor uma saída à crise em seus próprios termos estão condicionadas, de um lado, pelos conflitos internos ao imperialismo, agravados pela revelação da espionagem mundial comandada pela NSA (Agência de Segurança) dos EUA, que afeta inclusive seus mais estreitos aliados políticos; por outro lado, persiste a resistência e a mobilização de massas, nas mais diversas áreas do planeta. O imperialismo ianque busca, sobretudo, recuperar a iniciativa política no Oriente Médio, chave geopolítica mundial. A crise no Egito, em que uma gigantesca mobilização popular foi politicamente expropriada por um golpe militar, tende a escapar ao controle dos EUA (que cortou sua assistência militar a esse país, só conseguindo que o Egito refizesse um acordo militar com a Rússia, reeditando os antigos acordos com a URSS, dos tempos da guerra fria). Os EUA não conseguiram tampouco impor o retrocesso nuclear desejado ao Irã, contrariando as exigências de Israel, país que avança

sobre os territórios e a população palestina de modo tão brutal ao ponto de provocar o distanciamento dos próprios EUA, seu aliado e escudo internacional. A iniciativa de uma intervenção militar imperialista na Síria foi adiada pelas divergências entre os “aliados ocidentais” e dentro da própria administração norte-americana. O declínio da “primavera árabe” não deu lugar a uma nova estabilidade política no Oriente Médio, e menos ainda a uma nova ordem regional nos termos exigidos pelo imperialismo.

4. Na América Latina, as crises políticas crescem em intensidade, e condicionam os processos eleitorais em curso. No México, o governo de Peña Nieto surgiu sob o signo da ilegitimidade, e já enfrenta importantes mobilizações. Na Venezuela, a crise se mantém em um contexto de inflação de 54% anual e desabastecimento. O “processo de paz” na Colômbia legitima os ataques e a expropriação da população camponesa nas últimas décadas e abre um espaço para a atuação de um combativo e perseguido movimento sindical. No Chile, o processo eleitoral está diretamente influenciado pelas grandes mobilizações estudantis dos últimos anos, ao ponto de alguns de seus dirigentes terem se transformado nos principais cabos eleitorais do país. Na Argentina, finalmente, a crise do débito e do déficit externo e a entrega do petróleo provocaram a deterioração do governo de Cristina Kirchner, que passou de um índice de 54% na eleição presidencial para menos de 30% nas recentes eleições legislativas em que a grande vitoriosa foi a “frente de esquerda dos trabalhadores”, articulação política classista que conquistou uma importante bancada parlamentar, demonstrando que a crise do nacional-populismo não necessariamente beneficia a direita neoliberal. Além disso, estes ocultam que o nacionalismo burguês ou pequeno-burguês termina como correia de transmissão da pressão imperialista.

5. No Brasil, as mobilizações de junho de 2013 revelam, mais uma vez, os desdobramentos provocados pela crise. Desde o início da década de 2010, houve aumento do número de mobilizações e greves por todo o país. Em 2011, vinte estados brasileiros tiveram greves nas redes de ensino municipais e estaduais. Os levantamentos do DIEESE apontaram que em 2012 foi registrado um recorde no número de greves, semelhante aos picos da década de 1980. Foram 1228 greves, com 53% de seu total ocorrendo no setor privado. As fortes mobilizações em 2013 foram pavimentadas por todas as lutas precedentes contra as políticas governamentais de ataque aos direitos e conquistas trabalhistas, com destaque para as lutas do setor público.

6. Na educação, os interesses capitalistas continuam ditando as diretrizes, normas e projetos das políticas educacionais. Sob a orientação dos organismos internacionais, a educação se torna um alicerce da expansão do capital, seja por se expressar como uma dimensão dos processos de mercantilização da vida, seja por assumir os preceitos políticos e ideológicos das relações sociais capitalistas. Nesse sentido, consolidou-se a Contrarreforma do Estado em que os sistemas educacionais e as instituições de ensino oferecem um serviço, e não garantem um direito, consagrando as relações competitivas, seletivas e desiguais. Sua lógica passa a ser a do interesse dos empresários, reforçando padrões de eficiência, eficácia e de qualidade, que aprofundam a racionalidade econômica, a privatização do ensino e a precarização e desvalorização dos profissionais da educação. É o que se pode ver na proposta de PNE do governo Dilma, que vai sair do Congresso Nacional aprovando o contingenciamento dos recursos, definindo ínfimos patamares a serem aplicados na educação pública; a ampliação da ação empresarial, inclusive aprimorando conceitos, prerrogativas e finalidades que desviam financiamento público para o setor privado; e na consolidação dos pacotes educacionais, sustentados pela disseminação de uma avaliação externa mais preocupada em controlar o trabalho docente do que em permitir a apropriação do conhecimento historicamente acumulado e socialmente produzido por parte da classe trabalhadora. Outras iniciativas do governo Dilma junto ao Congresso apontam para o mesmo caminho, como é o caso da Lei nº 12881, que dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES); do PL 4372/2012, que cria o Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior – INSAES; do PL da Lei Orgânica das Universidades Públicas, dentre outras. Em que pese as violentas ações da polícia e as distorções da imprensa, a luta e as greves dos profissionais da educação vêm se convertendo em manifestações de crítica social à política educacional por todo o país.

7. Com o movimento de luta desenvolvido a partir de meados de 2013, o Brasil voltou ao centro do cenário político latino-americano (e da atenção pública mundial). As mobilizações entraram em choque com a polícia militar e transformaram o centro das principais cidades em praça de guerra. A reivindicação imediata do movimento foi a revogação do aumento das tarifas de ônibus. O movimento se espalhou rapidamente pelo país enfrentando a polícia e a tropa de choque que reprimiu os manifestantes com cassetetes, bombas de gás lacrimogênio, balas de borracha e a detenção dos ativistas. Durante as primeiras manifestações, Dilma Rousseff ofereceu o apoio da “Força Nacional” a governadores e prefeitos em dificuldades, evidenciando a tendência para a constituição de um Estado policial. Nessa linha, o governo justificou os gastos faraônicos nos megaeventos com o argumento de que o principal saldo da Copa das Confederações, da Copa 2014 e da Olimpíada 2016 será a institucionalização dos “novos esquemas de segurança”. Mas o Brasil se pôs em luta. Para a grande imprensa, até 13 de junho tínhamos só “vândalos” nas ruas; a partir de 17 de junho, a grande data da virada, tivemos “manifestantes”. Milhões de pessoas ocuparam as ruas em mais de 600 cidades, sem coordenação prévia. Diante do recuo das autoridades em relação ao “tarifaço” urbano, os comentaristas burgueses de plantão se manifestaram “surpresos” e até “atordoados” com o crescimento, geométrico e nacional, da mobilização. A luta da juventude iniciou uma nova fase política, começada pela rejeição ao aumento das tarifas do transporte urbano, que se transformou numa mobilização de massas contra todo o regime político.

8. Na segunda quinzena de junho, a revolta das ruas ensejou uma agenda muito mais ampla que a inicial: pela defesa da juventude combativa, pelo direito democrático a manifestar na rua, pela defesa do serviço público (educação, saúde, previdência e previsão social), contra o Estado corrupto e repressivo. O governo ficou em estado catatônico por duas semanas. O aumento das tarifas de transporte foi o estopim de uma situação social degradada (em muitos aspectos, piorada) nos últimos anos. Dez dias depois do início das manifestações, os jornais avaliavam uma média de 230 mil manifestantes em doze capitais. Em 20 de junho, os manifestantes já se contavam na casa do “mais de milhão”, com um milhão só no Rio de Janeiro. As cifras dos jornais estavam subestimadas. Para proteger a situação de exploração e espoliação da população, foi acionado um aparelho policial/militar herdado da ditadura militar, preservado e aperfeiçoado pelos governos civis desde a transição dita democrática. Manifestações como as de junho passado ficam sujeitas à classificação de ato de terrorismo, na definição desse crime proposta na comissão especial do Congresso que prioriza a legislação da segurança em vista dos eventos no Brasil. Dessa forma, o enorme aparato repressivo brasileiro incrementou-se e se sofisticou como nunca, em função das manifestações populares e sob a alegação de preparo para a segurança durante os “grandes eventos” (Copa do Mundo e Olimpíadas).

9. O deslize antiterrorista é a continuidade da política pela qual os governos (tucanos e petistas) fizeram do país uma plataforma privilegiada de valorização fictícia do capital financeiro e industrial, com juros e isenções fiscais elevados, com privatizações em sequência sem fim; para isso, têm sido atacados regularmente o patrimônio e o serviço público (transporte, saúde, educação, etc.), em nome da “flexibilidade”, da “eficiência” e de outros fetiches. O resultado é uma dívida (interna e externa) monstruosa e aumento de tarifas. Encobriu-se tudo com incentivos ao consumo e bolsas focalizadas, com o resultado de um endividamento médio recorde de 44% da renda anual da população. A miragem de “crescer exportando” do discurso oficial confrontou-se em 2012 com o crescimento zero e queda da renda per capita. A “recuperação” de 2013 foi deflacionada para 2% no PIB, renda per capita negativa, com inflação de mais de 6% e em aceleração, com um saldo comercial pífio, depois de alterar a estrutura produtiva do país para transformá-lo em uma plataforma exportadora. Para tapar o buraco: mais privatizações (leilões do petróleo, gestão privada dos hospitais públicos), eventos e megaeventos, com sua seqüela de desapropriações e leis antiterroristas. A corrupção e a crise econômica se cruzam no BNDES, o banco estatal cuja carteira de créditos ao setor privado aumentou de R\$ 25,7 bilhões, em 2001, para R\$ 168,4 bilhões em 2010, no entanto, com uma taxa decrescente do investimento privado. A maioria das empresas beneficiadas pelos créditos oficiais registra prejuízos ou se encontra em falência. A mais importante é a EBX, de Elke Baptista, beneficiária de R\$ 10,5 bilhões em créditos do dinheiro público. Quase três quartos do

valor total de sua participação direta nas empresas do EBX estavam em nome de fundos localizados fora do país, controlados pela *EBX International S/A*, sediada no Panamá. A prática é comum em empresas que buscam driblar a tributação. Em 2012-2013, a cotação dos papéis das empresas do “capitalista do Lula e Dilma” caiu 96,5%. As empresas do “grupo X” do “empresário nacional”, crescidas à sombra de concessões petrolíferas favorecidas pelo governo, foram vendidas a preço de banana ao capital internacional. A degringolada joga luz sobre a crise do capitalismo brasileiro. Para sobreviver, o Estado capitalista brasileiro tem que se transformar cada vez mais em agente da espoliação do país pelo capital financeiro internacional.

10. A luta popular provocou a deterioração política do governo. Em poucas semanas, o índice de aprovação de Dilma Rousseff caiu de quase 70% para 30%. A proposta de Assembleia Constituinte para tratar da reforma política foi rapidamente engavetada. O governo recuou e passou a defender um plebiscito sobre uma proposta de reforma. Na reunião de Dilma com as centrais sindicais, o representante do Conlutas denunciou a proposta de plebiscito como uma manobra de distração. As propostas das centrais sindicais ao governo foram simplesmente ignoradas. A resposta de Dilma Rousseff à “voz das ruas” ficou reduzida a nada. As bases institucionais da corrupção política não só estão mantidas, mas aprofundadas. Nem se cogita anular a vergonhosa Lei de Anistia, que declarou impunes para sempre assassinos, torturadores e corruptos comprovados do regime militar. Para não falar da militarização das polícias, que matam impunemente e possuem foro judicial e tribunais próprios.

11. Depois de julho, os movimentos de rua continuam ditando a política do país, apesar do seu retrocesso. As sete centrais sindicais convocaram a uma greve geral em 11 de julho, continuada com uma nova paralisação realizada em 30 de agosto. A CSP-Conlutas procurou dar um conteúdo classista e de combate a essas jornadas. Os movimentos dos sem teto passaram a organizar manifestações e bloqueios de avenidas contra as péssimas condições de moradia, saúde e transporte nos bairros pobres. Ao mesmo tempo, desenvolveu-se uma formidável ofensiva repressiva nas favelas e bairros pobres, mediante um gigantesco operativo de militarização para evitar que os setores mais explorados se incorporassem à luta. O assassinato do pedreiro Amarildo de Souza ficou como símbolo da natureza repressiva e criminal do Estado brasileiro. Nessas condições, o governo federal, depois de um novo corte orçamentário (10 bilhões de reais), que se somaram aos 28 bilhões já cortados no primeiro semestre de 2013, para alcançar as metas de superávit primário impostas pelo FMI (garantindo o pagamento em dia da dívida pública), liberou 6 bilhões de reais em emendas parlamentares com o objetivo de manter o apoio da “base aliada”. À crescente fuga de capitais se somou o déficit comercial, o primeiro em toda a década petista. O bom exportador brasileiro pertence cada vez mais ao passado. O capital financeiro continua ganhando, beneficiado pela elevação das taxas de juros: Itaú Unibanco (maior banco privado) lucrou 3,6 bilhões de reais no segundo semestre de 2013, recorde histórico. O país afunda ao compasso do parasitismo capitalista-financeiro.

12. O retrocesso econômico do país aprofunda as perdas dos trabalhadores, acirra as desigualdades sociais e expõe a face coercitiva do Estado na preservação dos interesses da burguesia brasileira associada ao capital financeiro internacional. A elevação dos índices inflacionários deixa os trabalhadores à mercê do mercado financeiro, corroendo suas condições de vida e comprometendo seu futuro. No recente processo de privatização dos recursos naturais do petróleo, continuam os ataques violentos ao patrimônio público e aos direitos dos trabalhadores, assim como aos direitos constitucionais garantidos aos povos tradicionais – indígenas, quilombolas e populações ribeirinhas – em favor dos interesses do capital. Dessa forma, tem ocorrido a privatização da Infraero e dos portos. Contra os indígenas, quilombolas e ribeirinhos, o governo tem se colocado ao lado do agronegócio e dos empresários das hidrelétricas. Forçou a privatização dos hospitais universitários através da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) – empresa pública de direito privado – que retira do Estado a responsabilidade pela assistência à saúde dos trabalhadores, fere a autonomia universitária, compromete o público em favor do privado. A atenção médica universal pelo SUS, conquistada após grandes lutas, se transformou numa casca vazia diante da falta de recursos estatais para a saúde pública, os mesmos recursos que sobram para pagar a dívida com o grande capital privado, alimentar o aparelho repressivo e financiar eventos e obras de infraestrutura que se

transformam em enormes negócios do grande capital. Nessa seara está circunscrito o projeto governamental do Fundo de Pensão (FUNPRESP), uma operação financeira que captura recursos dos trabalhadores e os converte em capital aplicado em ações de empresas e títulos públicos do Estado brasileiro, vendendo a esperança ilusória de uma aposentadoria num futuro incerto. Essas medidas contam com o apoio da grande mídia.

13. A entrega ao capital internacional dos recursos nacionais é a outra face dessa política. A Petrobrás – antes conclamada símbolo da soberania nacional – se associou às multinacionais da Holanda, da França e da China para explorar uma riqueza por meio dos trabalhadores brasileiros e entregá-la ao capital. O leilão do Campo de Libra foi vencido pelo lance mínimo (15 bilhões de dólares) por um único consórcio, que envolveu Petrobrás, Shell (GB/Hol), Total (Fr) e Cnpc e Cnooc (Chi), para uma reserva estimada em 15 bilhões de barris. Em que pese todo o discurso governamental, a ampliação dos recursos para a educação e a saúde por meio da exploração dos recursos naturais será pífia: os minguados *royalties* do Estado serão depositados num fundo, cujos rendimentos, na melhor das hipóteses, não chegarão a 1% do PIB no ano de 2022, a uma distância sideral, portanto, da reivindicação de 10% do PIB *já* para a educação. A política em favor do grande capital imperialista e da burguesia exportadora se articula com a política repressiva. Assassinatos de lideranças indígenas continuam ocorrendo praticados por latifundiários amigos do governo, o mesmo que investiu rios de dinheiro no agronegócio e quase nada em reforma agrária. Além disso, tem a Copa do Mundo como responsável por reordenar as cidades em benefício do capital, intensificando a militarização e reativando a Lei de Segurança Nacional, instaurando um estado de exceção policial no Brasil.

14. Em termos da educação, o desafio é o de confrontar o projeto educacional dominante, construindo uma proposta que preserve os princípios do PNE da Sociedade Brasileira na defesa da ampliação dos recursos públicos para a escola pública, da universalização do direito ao conhecimento, à cultura e à ciência, da valorização e das condições de trabalho para os profissionais da educação. Articular os movimentos sociais, as entidades sindicais e estudantis, os partidos de esquerda comprometidos com a educação pública, reafirmando esses princípios, é tarefa fundamental frente às ações que precisamos realizar para responder aos atuais desafios colocados pela política educacional.

15. A crise política se aprofundou com a saída de partidos políticos da “base aliada”. A multiplicação de novas alianças políticas opositoras na perspectiva eleitoral de 2014 traduz o aprofundamento da crise de dominação política da burguesia brasileira, confiada na última década a uma aliança das antigas direções sindicais “autênticas”, totalmente burocratizadas e entregues à patronal, com uma tecnocracia oriunda da antiga esquerda reformista (adaptada por completo à burguesia) e aliada aos históricos parasitas corruptos do orçamento estatal nucleados na “base aliada”. Numa campanha eleitoral que se joga em grande parte em função do sucesso (inclusive futebolístico) da Copa 2014, não aparecem alternativas independentes dos trabalhadores. O episódio do julgamento do mensalão, que concluiu com a condenação e prisão de *alguns* dos responsáveis pelo desvio de recursos públicos para garantir (suborno mediante) a “governabilidade”, se insere dentro dessa crise. Essa condenação e prisão de alguns personagens do mensalão busca só “limpar a cara” da corrupção estatal (que não se limita à corrupção parlamentar) poupando os grandes corruptos históricos que têm dirigido o país. A condenação dos réus do mensalão não se equivale, porém, ao ataque contra a esquerda que luta e vem sendo sistematicamente perseguida, inclusive pelo governo federal. A crise do mensalão é a expressão da crise de dominação política da burguesia no coração do Estado.

16. Frente ao quadro descrito, cumpre ao ANDES-SN defender um projeto de Educação Pública na perspectiva dos interesses da classe trabalhadora. Nesse sentido, o conjunto de desafios em torno dos da universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada se expressa na intensificação de nossas ações em favor das condições dignas de trabalho, de carreira e de salário e na defesa do próprio Sindicato, reforçando o debate político e a organização pela base. No que se refere à construção da unidade classista, as lutas para o ano de 2014 apontam para a ampliação e aprofundamento das intervenções da CSP-Conlutas no sentido da solidariedade, tanto em termos dos movimentos sindical e popular quanto em termos da organização

internacional dos trabalhadores. As provas de fogo de um contexto explosivo não ficaram atrás: são as que vêm pela frente. Cabe aprofundar o combate pela unificação classista do movimento dos trabalhadores, junto à nossa central sindical na perspectiva de criar uma alternativa política independente dos trabalhadores para o Brasil.

## TEXTO 2

*Contribuição dos professores Andrey Cordeiro Ferreira (Base da ADUR-RJ), Graciela Bonassa Garcia (Base da Adur-RJ), Luciano Alonso (Base da Adur-RJ), Valena Ribeiro Garcia Ramos (Base da Adcefet-RJ), Wallace Moraes (Base da ADUFRJ)*

### **O SINDICALISMO DEPOIS DO LEVANTE POPULAR: A GREVE GERAL E A LUTA DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO**

O mês de junho de 2013 explicitou a revolta do povo contra os governos, os patrões e contra o aumento do custo de vida. Explicitou também a antipatia e desconfiança dos trabalhadores em geral para com as direções de sindicatos, entidades estudantis, partidos e lideranças populares. O levante popular demonstrou que o povo e a juventude trabalhadora estão dispostos a lutar para transformar sua realidade, mas que essa disposição encontrou um ferrenho adversário nas direções e burocracias sindicais e partidárias.

A primeira questão é: qual o caráter e as causas do levante popular? A segunda: qual foi o papel dos sindicatos e centrais sindicais ante o levante popular? A terceira: qual deve ser a posição dos trabalhadores e sindicatos da educação de agora em diante, o que fazer?

O levante popular foi gestado pelas contradições produzidas pelas políticas e pelo avanço do processo de precarização e superexploração no Brasil entre 2008 e 2012, combinadas com os efeitos da crise mundial e das ofensivas contra direitos coletivos. Situando historicamente, podemos dizer que os Governo Lula e Dilma tiveram instrumentos de contenção dos movimentos sociais. Tanto macroeconômicos, quanto políticos, de cooptação. Mas a partir da posse de Dilma esses instrumentos entraram em processo de deterioração.

As lutas dos operários das grandes obras, as lutas dos indígenas e depois a grande greve do funcionalismo público e das universidades em 2012, a participação do movimento estudantil na luta contra o Governo Dilma preparou em parte o terreno para as lutas que eclodiriam em 2013. Ao mesmo tempo, esse levante sinaliza para um ciclo internacional de radicalização e massificação das lutas na Grécia, Itália, Espanha, Egito, Tunísia. É um efeito da crise do Estado e do surgimento de novas formas de luta e organização.

O levante de junho foi o resultado de um acúmulo de contradições estruturais. De um lado, um modelo econômico que combinou reformas neoliberais que intensificaram a exploração do trabalho e a precarização dos serviços públicos e da vida. Ao mesmo tempo, realizaram uma política de grandes obras de infraestrutura que ameaçam e destroem a vida de camponeses, indígenas, quilombolas e o meio ambiente, expropriando terras e impondo um regime repressivo e de terror. A resistência dos indígenas e camponeses em Belo Monte e dos trabalhadores de Jirau são os exemplos dessa situação.

Nas grandes cidades do Brasil, a população vivencia uma situação dúbia. A “democracia”, baseada nas eleições periódicas se mostra cada vez mais como uma máquina de clientelismo. E ela é acompanhada por outra máquina, a de extermínio e de repressão. O caso de Amarildo, no Rio de Janeiro, não foi o primeiro, nem o último. Mas foi o primeiro a colocar a centralidade da luta contra o Estado racista e repressor na boca das massas. Ao mesmo tempo, a privatização dos serviços públicos essenciais (transporte, educação e saúde) faz com que a vida da juventude e da classe trabalhadora fique ainda mais precária. Perdemos parentes e amigos por conta da violência policial e pela precariedade dos hospitais. Ao mesmo tempo, os salários se mantêm baixos, a liberdade de organização é cada vez mais restrita e as condições de trabalho duríssimas.

O surgimento das táticas de autodefesa e das mídias alternativas questionam o caráter autoritário e repressor do sistema capitalista brasileiro. Não queremos mais nem repressão física, nem

repressão contra nossa liberdade de expressão. Mas precisamos entender também que a tarefa é maior, que precisamos disputar a consciência e organização de uma classe trabalhadora de milhões de pessoas no campo e na cidade, que enfrenta inúmeras contradições.

O levante popular explicitou a contradição do desenvolvimentismo neoliberal. Assim os trabalhadores e juventude marginalizada foram os principais protagonistas do levante. Não existem dados sistemáticos sobre os participantes do protesto de junho, mas uma enquete mostra que 64,6% estavam na faixa de até 3 salários mínimos. 23,8% estavam no nível de renda entre 3 e 5 salários mínimos. 70,4% estavam ocupados no mercado de trabalho, 24% eram estudantes e 5% desempregados. Das reivindicações principais, os serviços e direitos coletivos somados eram a motivação principal de 42,1% dos entrevistados (o dobro dos que consideravam como principal o tema da corrupção).

Mas a experiência histórica do século XIX e a experiência do levante de junho no Brasil ensinam algumas coisas: a mobilização pode se dar não somente em função de contradições geradas na **esfera da produção (no local de trabalho e tendo por objeto salários, jornada de trabalho e condições de trabalho)** mas também em função de contradições geradas na **esfera da circulação (ou seja, da troca e do consumo, daí a importância de temas como tarifas de transporte coletivo, inflação e preço e qualidade dos serviços públicos, que afetam também a vida e reprodução do trabalhador e dos setores oprimidos)**. Daí a importância do tema dos direitos coletivos colocados pelo levante popular.

E exatamente em razão dos efeitos do neoliberalismo que a classe trabalhadora e especialmente o seu setor de juventude está submetida: 1) a longas jornadas de trabalho, 2) a morar em bairros periféricos, pagar caro por transporte e ter precários serviços de moradia, educação e saúde, 3) a diversos tipos de discriminação e repressão, 4) trabalhar sob forte repressão e sem liberdade de organização, sem garantias trabalhistas e seguro desemprego, em sistemas de trabalho flexíveis. Eles levam para sua ação muitas das características dos que vivem sob essa condição.

Outro aspecto da análise de classes é análise das lutas de classe. Consideremos aqui o indicador das greves. De 1998 até 2002 há um declínio radical do número de greves. Uma das explicações principais para isso é exatamente o trabalho desmobilizador realizado para favorecer a eleição de Lula como presidente. Entre 2002 e 2008 o número de greves se reduz ao menor patamar desde 1985. É sob o efeito da crise mundial de 2008 que o nível de greves volta a se intensificar. O governo Dilma não consegue ter os mesmos instrumentos de contenção e controle, a burocracia sindical falha. Em 2012 temos o maior número de greves desde o ano de 1997 (marco da luta contra as privatizações nos anos 1990).

Ao mesmo tempo, segundo estimativas do IPEA, no ano de 2008 eram 6 milhões de terceirizados no Brasil. Em 2011 já eram 11 milhões, ou seja, os terceirizados duplicam de número e sua entrada coincide com uma retomada das greves. Nesse sentido, as greves foram ocorrendo contra a vontade das direções sindicais e o ano de 2013 foi quando essa tendência de protesto trabalhista e frustração social se cruzaram com outras demandas, possibilitando o levante popular.

**Qual foi qual o papel dos sindicatos e centrais sindicais ante o levante popular?** Foi um papel reacionário, na grande maioria, quase totalidade dos casos. Para algumas centrais, como CUT e CTB, um papel criminoso. A CONLUTAS ficou a reboque do governismo, oscilando e tergiversando na melhor das hipóteses. Foram os “espaços de unidade de ação” (como o Fórum das Entidades dos SPF, unidade com os governistas) que fez com que a Conlutas fizesse coro com a CUT, CTB e mesmo Força Sindical, ou seja, o que tem de pior no sindicalismo brasileiro.

“A CSP-Conlutas participa da audiência das centrais sindicais com a presidenta Dilma, com o objetivo de discutir propostas concretas por parte do governo para superar as mazelas que afligem a vida dos trabalhadores e jovens do país. (...) Nossa Central concorda com a pauta de sete pontos apresentada hoje à presidenta pelas centrais sindicais de forma unitária. São temas importantes que exigem solução imediata. (...) Toda esta situação, que resumimos nas linhas acima, é fruto das decisões e escolhas feitas por este governo (seguindo os anteriores). Por esta

razão, é do governo que viemos cobrar a solução destes problemas que afligem a vida do povo. Por esta razão, as centenas de milhares de manifestantes que estão nas ruas cobram dos governos municipais, estaduais e federal, o atendimento de suas demandas. Por esta razão estamos promovendo hoje e amanhã, em todo o país um protesto nacional com greves e paralisações. Continuaremos nas ruas construindo o dia nacional de greves e paralisações convocado por todas as centrais sindicais para 11 de julho. Nas ruas continuaremos até que sejam realizadas as mudanças que precisamos no Brasil”. (Carta da CSP-CONLUTAS à Dilma, Junho de 2013)

A mera participação da CONLUTAS nessa reunião já é motivo de perplexidade. Mas o fato é que essa reunião fazia parte de uma estratégia de desqualificação dos protestos de junho e criminalização das lutas populares, bem como de blindagem do Governo Dilma. Tanto que um dos principais itens foi a construção da imagem de que os “trabalhadores” estavam entrando na luta somente quando as centrais entraram no dia 11 de julho. Mas o objetivo da reunião estava escancarado de tal forma que até os jornais como Estadão anunciaram:

“Temendo que o "Dia Nacional de Lutas" — protestos em todo o País marcados para esta quinta-feira, 11, organizados por centrais sindicais e organizações de classe —, se transformasse em um grande ato contra a presidente Dilma Rousseff, a CUT, que é ligada ao PT, convocou uma reunião de emergência ontem para pressionar a Força Sindical a poupar o governo federal. Em troca, propôs que a defesa do plebiscito para a reforma política, uma bandeira do PT e do governo, também ficasse fora do palanque unificado, que vai reunir dirigentes das centrais na Avenida Paulista hoje. (...) O acordo foi fechado e chancelado por todas as centrais. Sem ele, a manifestação corria sério risco de se transformar em um cabo de guerra entre sindicalistas. O governo temia críticas ácidas a Dilma. "No carro de som, onde estarão os presidentes das centrais, e nas faixas conjuntas não entrarão o 'Fora, Dilma', o 'Fica, Dilma' ou a reforma política. O centro da pauta é a questão trabalhista. Mas os militantes cutistas levarão cartazes em defesa da reforma política, da taxação das grandes fortunas e da reforma tributária", resumiu Vagner Freitas, presidente da CUT. (...) o presidente nacional do PSTU, José Maria de Almeida, também dirigente da rede sindical Conlutas, reforça que a greve de hoje não será em apoio às propostas do governo Dilma de reforma política nem ao plebiscito proposto pelo PT. José Maria reafirmou que não está defendendo o "Fora, Dilma" nem a demissão de nenhum ministro. "Estamos propondo mudança do modelo econômico. Se o governo não mudá-lo, o próximo passo é uma greve geral. Se o governo ainda não mudar, aí essa luta vai virar para sair o governo também", disse. O presidente do PSTU disse ainda que militantes do PT não serão hostilizados. "O PT, se aparecer, até será bem-vindo", disse”<sup>1</sup>.

A linha política então traçada foi deslegitimar levante popular de junho, argumentando que as centrais é que eram as “representantes” legítimas dos legítimos trabalhadores. O mesmo tempo, o dia 11 de Julho convocado como parte de uma política de frente ampla das centrais em torno do eixo da blindagem do governo Lula se transformou nas cenas de criminalização deliberada dos manifestantes, especialmente com a perseguição ao que se chamava até então de mascarados e que depois ficariam reconhecidos nacionalmente como Black Bloc. Nas ruas do Rio de Janeiro e em diversas capitais foram discursos contra os mascarados que predominaram. E depois, como foi registrado pelo Jornal A Nova Democracia, seguranças pagos pela CUT e CTB para plantar provas que incriminassem os mascarados e as agressões contra manifestantes por parte dessas centrais. Ao mesmo tempo aqueles que acusavam os manifestantes de Junho de serem “nacionalistas, de direita”, são os que no dia 11 de julho colocam o hino nacional e

---

<sup>1</sup> “Acordo de centrais sindicais exclui o 'Fora, Dilma' de protestos”, <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,acordo-de-centrais-sindicais-exclui-o-fora-dilma-de-protestos,1052117,0.htm>

auxiliavam a polícia na perseguição política, como vemos no vídeo <http://www.youtube.com/watch?v=Z1E50QPsTlk>

Essa política se prolongaria depois com a campanha que José Maria, dirigente da Conlutas, realizaria em redes sociais contra os Black Bloc. Durante a greve dos professores da educação enquanto os Black Bloc eram exaltados e ovacionados nas assembleias e passeatas dos profissionais da educação, o dirigente da Conlutas reproduzindo o discurso conservador acusou os Black Bloc de serem os provocadores que geravam as ações violentas da polícia.

Política de criminalização, afastamento das lutas e apoio e blindagem do governo. Corporativismo, legalismo. Completo distanciamento das bases e criminalização das lutas populares. Essa foi a resposta das centrais e da maioria dos sindicatos. Feita essa caracterização da conjuntura, fica a pergunta, o que fazer?

Mudar a partir da base a linha do sindicalismo. E nesse sentido, a responsabilidade dos trabalhadores da educação é enorme. Vimos em 2012 como a greve das universidades se irradiou por todo o serviço público federal. Testemunhamos a truculência, intransigência e arbitrariedade do governo federal. Mas como disse José Maria, talvez na sua única avaliação correta, é que diante da intransigência do Governo em não mudar o modelo econômico, o próximo passo é a greve geral.

### TEXTO 3

*Contribuição da Diretoria da ADUFPB/SSind*

## AS RAÍZES DAS JORNADAS DE JUNHO

Em vários balanços feitos na imprensa brasileira alguns intelectuais afirmam que as formidáveis mobilizações sociais que levaram milhões de brasileiros de ponta a ponta do país foram uma surpresa. Citando indevidamente Marx, as mobilizações de junho aparecem estes incautos como uma espécie de “raio em céu azul”. Nada mais falso. Quem acompanhava mais atentamente os fatos subterrâneos da conjuntura brasileira, contudo, detectava certo mal-estar e um lento, mas ascendente, formigamento molecular de retorno às mobilizações sociais. Repetindo uma frase que se tornou lugar comum nas passeatas, motivos não faltam para o brasileiro protestar e ir às ruas.

As jornadas de junho já vinham sendo antecipadas por uma série de mobilizações. Em primeiro lugar, exemplificando o caso de nossa seara, o movimento docente, e também o de servidores públicos federais. Em 2012, tivemos uma greve de servidores públicos federais que interferiu diretamente na grande política durante três meses. Ainda mais: nas universidades públicas federais, junto com a greve dos federais, aconteceu aquela que foi sem dúvida a mais importante greve docente ocorrida desde 1998. As greves dos federais e das universidades se dissiparam, mas já eram prenúncios moleculares da voragem que estava por vir. Para completar, em praticamente todos os estados brasileiros assistimos, em 2012, greves nos setores da educação e da saúde, reivindicando melhores serviços públicos e salários. É certo que esses movimentos estiveram longe de alcançar a vitória total de suas pautas de reivindicações, e no caso do movimento docente há o agravante, nas negociações, da existência de uma entidade chapa branca, subordinada estruturalmente ao governo, que sistematicamente assina acordos passando por cima das assembleias democráticas do movimento. Mesmo assim, saímos da greve do ano passado de cabeça erguida e dispostos a novas mobilizações.

Poder-se-ia objetar que o surto grevista do ano passado abrangeu apenas os setores médios e mais escolarizados da sociedade, ficando de fora o subproletariado, aquela classe que Florestan Fernandes chamava de “os de baixo”, ou seja, os milhões de brasileiros pobres que orbitam na faixa da informalidade, dos programas de transferência de renda ou, quando acessam o mercado formal, ganham um salário mínimo. No entender de certa leitura ideológica e parcial da conjuntura, vinda principalmente de setores oficiais, o subproletariado estava satisfeito com os aumentos anuais do salário mínimo, bem como as políticas de transferência de renda e expansão do crédito, constituindo, desta maneira, uma sólida base de apoio social ao lulismo, a mais nova revivescência do populismo no Brasil.

Embora haja uma base de verdade no veredicto da circunstância de uma limitada, mas real, afluência social no Brasil, ou seja, de melhoria pontual da renda e do emprego, no entanto é preciso problematizar o conteúdo do referido processo. Mais além da propaganda entoada pelo coro dos contentes, a verdade é a seguinte: as assim chamadas políticas neodesenvolvimentistas do ciclo Lula-Dilma estão longe de sustentar um novo ciclo transformador e reformista, sequer nos moldes da chamada “era Vargas”, quando, apesar de tudo, tivemos um processo de industrialização e de criação de quase todas as instituições modernas do Estado brasileiro, inclusive o sistema de Universidades Públicas. Atualmente, ao reverso da criação de instituições inovadoras, necessárias ao Brasil, as políticas oriundas do bloco histórico no poder mais visam à perpetuação dos valores mais atrasados que a renovação social do Brasil, à manutenção dos “donos do poder”, nos termos tornados clássicos por Raymundo Faoro.

Nestes termos, o neodesenvolvimentismo, em que pese ter havido um ténue ciclo econômico de afluência é uma política, no essencial, conservadora, em termos políticos e econômicos. Se quisermos ir à raiz, o Brasil continua um país periférico no concerto das nações capitalistas, pois as políticas neodesenvolvimentistas em curso estão longe de produzir um ciclo de produção tecnológica e educacional autônoma. Ao contrário. Somos, a cada dia, mais dependentes dos pacotes tecnológicos de fora no tocante a áreas estratégicas como informática, telefonia e biotecnologia. Acomodamos-nos em continuar um vasto mercado de consumo de alta tecnologia que não dominamos, reinventando no século XXI o velho complexo agrário exportador, hoje denominado com o pomposo nome de agrobusiness.

Pior ainda. No porão da sociedade, a barbárie e a violência ascendem, como se pode atestar em qualquer capital do nordeste, antes consideradas balneários paradisíacos. Quem ainda não foi assaltado que se prepare.

Para nós, da ADUFPB, enfim, as jornadas de junho foram antecipadas, por exemplo, em março de 2011, pelo verdadeiro levante havido nos canteiros de obras de PAC em Jirau (Rondônia) e SUAPE (Pernambuco), desmascarando o pseudo idílio dos tempos áureos do lulismo, sem dúvida de relativa afluência social, mas também de superexploração do trabalho. Ou seja, ficaram expostos em Suape e Jirau a omissão do Estado, a visão arcaica do grande empresariado e o peleguismo dos sindicatos, mas também as jornadas de trabalho extenuantes, semi-escravocratas.

Se não foi propriamente uma surpresa, por outro lado, sem dúvida as mobilizações sociais de junho puseram em outro patamar as reivindicações sociais brasileiras. Enquanto algumas análises interesseiras, disfarçadas de “neutras” e “científicas”, afirmem que as massas serenaram, recuaram desiludidas; ao contrário, a partir de junho verificam-se todos os dias no Brasil lutas sociais de largo escopo, havendo o caso especial do Rio de Janeiro, que mais parece uma São Petersburgo às portas da revolução. Enganam-se os que pensam que os acontecimentos do Rio de Janeiro são específicos e circunscritos àquela geografia. Embora os acontecimentos não estejam no momento sincronizado, em algum momento do futuro, portanto não muito distante, haverá a sincronização.

Last but not least, novidade alvissareira das jornadas de junho foi a consolidação de uma nova geração de jovens dispostos a lutar e conquistar seus direitos. Inclusive no momento docente, que passa por um rico processo combinado de renovação e continuidade, numa sintética mistura virtuosa de novo e velho, ao mesmo tempo de preservação do acúmulo histórico do que de bom produzimos até hoje, mas também de abertura ao futuro. Se há uma coisa que nunca envelhece é a experiência.

A conjuntura apresenta-se repleta de possibilidades renovadoras a curto, médio e longos prazos. Ao contrário dos anos 90, quando o individualismo consumista ganhava as consciências, e as ideias críticas tinham dificuldades de circular nas Universidades em virtude do pensamento único neoliberal, hoje já enxergamos um espaço ao pensamento crítico que não é simplesmente de resistência, mas de possibilidade de ativação de um movimento social, político e intelectual que crie um bloco histórico novo no Brasil, verdadeiramente transformador, reformista e revolucionário.

## **TEMA 2 – CENTRALIDADE DA LUTA**

## **TEXTO 4**

*Diretoria do ANDES-SN*

### **CENTRALIDADE DA LUTA**

#### **TEXTO DE APOIO**

A partir da análise do tema Movimento Docente e Conjuntura, o 33º CONGRESSO delibera que a centralidade da luta em 2014 consista em:

#### **TR - 4**

Defesa do Projeto de Educação pública, condições de trabalho, carreira e salário, intensificando a ação do ANDES-SN na categoria, enraizamento da CSP-CONLUTAS, na construção da unidade classista dos movimentos sindical e popular e da solidariedade ao movimento internacional dos trabalhadores.

## **TEXTO 5**

*Contribuição dos professores Andrey Cordeiro Ferreira (Base da ADUR-RJ), Graciela Garcia (Base da Adur-RJ), Luciano Alonso (Base da Adur-RJ), Valena Ribeiro Garcia Ramos (Base da Adcefet-RJ), Wallace Moraes (Base da ADUFRJ)*

### **CENTRALIDADE DA LUTA**

#### **TEXTO DE APOIO**

Entendendo que entramos em novo ciclo histórico, em razão da crise mundial, dos protestos pelo mundo e do levante popular de 2013, o XXXIII Congresso do ANDES-SN resolve reconhecer:

#### **TR - 5**

1) que a ação direta é o principal meio de transformação social e que a construção de uma greve geral é principal tarefa histórica do momento para expressar o protesto dos trabalhadores, sendo todos os esforços do ANDES-SN dirigidos para sua construção em 2014.

**TEMA 3 – POLÍTICAS SOCIAIS – POLÍTICA  
EDUCACIONAL, GERAIS E DIREITOS E  
ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES**

## **POLÍTICA EDUCACIONAL**

### **TEXTO DE APOIO**

As recentes mobilizações vivenciadas pela sociedade brasileira expressam as dificuldades que a burguesia brasileira, associada aos interesses internacionais, adquiriu para ocultar seu processo de dominação. Nesse sentido, a consolidação de uma Contrarreforma de Estado que retira e nega direitos sociais e amplia os processos de privatização que locupletam empresários foi e vem sendo enfrentada pelos trabalhadores da educação, que resistem ao conjunto de proposições da coalizão governamental, empresarial e midiática denominada “Todos pela Educação” (TPE).

Não é de hoje que os trabalhadores da educação enfrentam a retórica privatista de atingir mais resultados com menos recursos. Por meio da organização sindical, da mobilização da categoria em passeatas e greves e, sobretudo, da construção de uma educação pública, laica, gratuita e socialmente referenciada, professores e demais profissionais de ensino buscam as condições necessárias de universalização do conhecimento cultural e científico.

Na luta por condições dignas de trabalho e de vida, os trabalhadores (as) da educação vêm realizando mobilizações e greves por todo o país desde 2010. Essas greves e mobilizações buscam, sobretudo, denunciar um projeto educacional que pretende adaptar a população brasileira às exigências técnico-operativas e ético-políticas necessárias à formação de força de trabalho em tempos de acumulação flexível.

O receituário burguês nacional e internacional imposto pelo Estado brasileiro implica flexibilizar o processo de gestão ao mesmo tempo em que aumenta o controle dos resultados do rendimento escolar. Em termos da flexibilização do processo de gestão, as instituições do sistema educacional passam a ser enquadradas nas rigorosas orientações de ajuste fiscal, que se desdobram na redução dos investimentos públicos na educação pública, na privatização do ensino e na precarização e desvalorização dos profissionais da educação. Ao mesmo tempo, o controle dos resultados atrela o rendimento escolar a estabelecimento de metas, cumprimento de prazos e execução de projetos, impondo aos educadores mudanças em seus processos de trabalho alheias aos vínculos da produção do conhecimento à vida da população majoritária do país.

As imposições do projeto dominante se revelam, de um modo geral, em três dimensões que se articulam na política educacional: 1- numa perspectiva curricular pautada na implantação das competências requeridas pela acumulação flexível; 2- numa concepção de formação de professores minimalista e fragmentada do saber, e 3- na consolidação das avaliações externas em que os critérios competitivos e seletivos da classificação negligenciam a autonomia das instituições de ensino na avaliação coletiva e diagnóstica do processo educacional.

Nesse contexto, a política para a educação básica referenda as formulações e diretrizes dos organismos internacionais no que se refere à formação para o trabalho, exercendo o objetivo de intensificar a escolarização para conter o analfabetismo, para minimizar as distorções idade-série, para promover habilidades técnicas para jovens trabalhadores. Tudo isso por meio da redução dos investimentos públicos na educação pública, da privatização do ensino e da precarização e desvalorização dos profissionais da educação.

Foi a partir dessas medidas governamentais que se construíram as greves nas redes públicas municipais e estaduais. O enfrentamento da agenda e do conteúdo programático para a educação básica se expressou pela radicalização na capacidade de resistência e organização dos trabalhadores da educação no Rio de Janeiro, que permaneceram em greve por mais de sessenta

dias contra a lógica meritocrática, competitiva e economicista proposta pelos governos Cabral e Paes.

Assim como no Rio de Janeiro, no Pará, em Goiás e em outros estados brasileiros, a crítica social à política educacional revela que o enviesado “Todos pela Educação” utiliza-se inclusive da força policial e das distorções ideológicas da imprensa para reprimir e desqualificar as reivindicações dos educadores. Vale ressaltar a participação ativa do movimento estudantil, Oposição de Esquerda da UNE, ANEL e Movimento Secundarista entre outros, na formulação de propostas e na intensificação dessas mobilizações.

Na educação superior, as lutas dos professores(as) também se manifestaram, e se manifestam, contra uma política educacional que reforça a racionalidade econômica, promove a privatização do ensino e precariza as condições de trabalho num contexto de expansão sem o necessário debate acerca da democratização das Instituições de Ensino Superior. Esse processo também se desdobrou, nos últimos anos, em movimentos grevistas tanto no setor das federais quanto no setor das estaduais do ANDES-SN.

Cabe, portanto, um desafio: confrontar o projeto educacional dominante, construindo uma proposta alternativa de educação para o país. Uma proposta de educação que preserve os princípios resguardados pelo PNE da Sociedade Brasileira no método e no conteúdo, garantindo a ampliação dos recursos para a escola pública; a universalização do direito ao conhecimento, à cultura e à ciência, e a valorização do professor.

Nesse sentido, cumpre ao ANDES-SN assumir o protagonismo desse processo, convocando os movimentos sociais, as entidades sindicais e estudantis, os partidos de esquerda comprometidos com a educação popular, tendo a centralidade da relação trabalho-educação como princípio, com uma escola unitária que articule a formação geral com a formação técnica, tecnológica e crítica, para o enfrentamento do projeto de Educação do governo.

A prioridade é concretizar a agenda dos encontros preparatórios por todo o país no primeiro semestre de 2014, para o Encontro Nacional de Educação ser realizado em agosto do mesmo ano. O objetivo principal desse encontro para o ANDES-SN é fortalecer a ampla articulação no interior da sociedade, construindo uma proposta alternativa à que vem sendo empreendida pelo governo, com elementos para contribuir na direção de uma política de Estado efetiva para a educação pública.

Contrapor uma proposta alternativa de educação pública brasileira ao PNE, que está para ser aprovado no Congresso Nacional em articulação com o executivo, é tarefa central para fortalecermos os interesses e mobilizações da classe trabalhadora, construindo uma agenda de lutas para a educação brasileira. Os encontros preparatórios ao Encontro Nacional estão pautados em sete grandes eixos centrais definidos no Comitê Executivo Nacional da Campanha dos 10% do PIB para a Educação Pública, Já:

1. Privatização e mercantilização da educação: das creches à pós-graduação;
2. Financiamento da educação pública;
3. Precarização das atividades dos trabalhadores da educação;
4. Avaliação meritocrática na educação;
5. Democratização da educação;
6. Acesso e permanência;
7. Passe livre e transporte público.

Além disso, as especificidades colocadas na conjuntura da política educacional revelam o mesmo sentido meritocrático, competitivo e de racionalidade econômica. É o que se pode verificar, por exemplo, com a anunciada Lei Orgânica das IFES. Novamente, esse tema é retomado, focando em facilitar formas “alternativas” de financiamento, justamente em períodos em que mais estão atacando a autonomia universitária. É preciso fortalecer o posicionamento de que a autonomia universitária é constitucional e autoaplicável e que o ANDES-SN tem

propostas concretas para avançar, aprovadas em nossas instâncias, que visam à garantia de financiamento público e a democratização da educação superior.

Nesse sentido, a realização do III Seminário Estado e Educação do ANDES-SN, realizado em Viçosa/MG, permitiu avançar no debate acerca de temas como: políticas de financiamento da educação pública, PNE, condições de trabalho, políticas de formação docente e nas licenciaturas, que merecem maior atenção no âmbito das orientações adotadas pelos governos federal, estadual e municipal, que atuam na lógica de ajustar a educação às exigências capitalistas.

No seminário, debateu-se a importância da construção e realização do Encontro Nacional de Educação pautando como objetivo principal a mobilização e o fortalecimento da base da categoria para a luta contra políticas governamentais, que vêm sendo implementadas, propositalmente, de forma fragmentada, no sentido de aprofundar a mercantilização da educação e a precarização das condições de trabalho e ensino.

Faz-se urgente a proposição de um projeto de Educação comprometido com os princípios que norteiam o nosso Sindicato, tendo em vista que o governo avança no seu projeto de educação, através da votação rápida de projetos de lei que tramitavam no Congresso e que passaram a ser interesse do governo para implementar o PNE governamental.

Vale ressaltar a recente aprovação e sanção da Lei 12881/2013 que dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES). Sob o argumento da ampliação do conceito de público não estatal, as formulações advindas do Congresso Nacional foram referendadas no executivo, caracterizando as ICES como instituições públicas de direito privado, podendo se constituir em alternativa na oferta de serviços público ou atuar na forma de parcerias com os órgãos estatais. Diante dessa definição, as instituições comunitárias adquirem a prerrogativa de receber recursos orçamentários do poder público para o desenvolvimento de atividades de interesse social e concorrer aos editais de órgãos governamentais de fomento direcionados às instituições estatais. Em suma, essa lei situa as ICES na lógica da transferência das responsabilidades do Estado para um abstrato Terceiro Setor, que reforça os processos de privatização do ensino por meio do desvio do recurso público e consagra o prevalectimento do privado sobre o público.

Os principais projetos, até o momento, são: PL 4372/2012- INSAES, Anteprojeto de Lei da Lei Orgânica das Universidades Federais; Lei 12881, de 12/11/2013 (Lei das Instituições Comunitárias de Ensino Superior) – Transforma o Ministério da Educação em Ministério de Educação de Base e transfere o ensino superior para o Ministério de Ciência e Tecnologia. Vale ressaltar que a Lei das Comunitárias foi aprovada por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania e sancionada pelo presidente do Senado.

## **TR - 6**

O 33º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN fortaleça a articulação no campo dos movimentos populares classistas objetivando a construção de uma agenda, reafirmando o PNE da Sociedade Brasileira como proposta alternativa à que vem sendo empreendida pelo governo, com elementos para contribuir na direção de uma política de Estado efetiva para a educação pública.

## TEXTO 7

*Contribuição dos professores Andrey Cordeiro Ferreira (Base da ADUR-RJ), Graciela Garcia (Base da Adur-RJ), Luciano Alonso (Base da Adur-RJ), Valena Ribeiro Garcia Ramos (Base da Adcefet-RJ), Wallace Moraes (Base da ADUFRJ)*

# REORIENTAR A POLÍTICA SINDICAL PARA UMA LINHA CLASSISTA E COMBATIVA

## TEXTO DE APOIO

Para traçar uma política sindical a altura do momento, precisamos fazer um balanço histórico da luta da nossa categoria. A análise das lutas e greves dos SPF nas últimas décadas mostra alguns elementos importantes, sob diversos pontos de vista. Primeiramente devemos observar o aspecto estrutural: em trinta anos, foi somente na década de 2000, durante o governo Lula, que o número de greves caiu pela metade, de sete greves por década em média nos anos 1980 e 1990, para três greves em 10 anos no caso do ANDES - SN. Uma situação similar se dá com Sinasefe e Fasubra.

Dessa maneira, é fundamental dimensionar o impacto desmobilizador do Governo do PT. Deve-se salientar, num primeiro momento, que o governo petista deixou claro qual seria sua marca na relação com os trabalhadores ao instituir como primeira investida a reforma da previdência em 2003. Apesar dessa ação contra os direitos trabalhistas, nota-se que a resposta do aparelho sindical não deu conta de satisfazer os anseios dos trabalhadores ao longo do governo Lula, em seus dois mandatos.

Percebe-se também que na história das lutas sindicais, a reivindicação das reposições salariais se deu paralelamente a reivindicação de plano de carreira. O PUCRCE (Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos) foi conquistado entre as greves de 1985 e 1987. E foi uma conquista que se deu num quadro de greves gerais e lutas de diversas categorias, não sendo uma ação exclusiva de uma categoria ou outra. Mas essa “garantia institucional” foi sendo destruída ao longo da década neoliberal e pelos governos Lula e depois Dilma.

Outro dado fundamental. Nessas lutas ocorreu também a reivindicação para estender os direitos trabalhistas dos estatutários aos do regime da CLT e vice-versa, indicando uma luta contra a duplicidade de regimes dentro do processo de trabalho. O direito de greve no funcionalismo público só foi garantido em 1994 e isso significa que as greves foram feitas simultaneamente por reivindicações econômicas e políticas, que não foi o ponto de partida das greves, mas seu resultado.

A greve de 2012 foi a única que teve como pauta, de forma explícita, o tema das condições de trabalho. Historicamente (pelo menos segundo dados levantados) esse tema não foi pautado ou não recebeu a centralidade na memória das greves, o que já seria sintomático. Do ponto de vista político, podemos ver a ausência da pauta de qualquer tema não - corporativo. Além dos aumentos salariais os poucos itens foram as reivindicações de vagas para concurso público e a defesa de “educação pública”.

Ao mesmo tempo não se destaca nenhuma greve de solidariedade ou política propriamente dita. Além disso, a inexistência de greves durante os governos Lula (com exceção da greve contra a reforma da previdência), mostra que todas as demandas da categoria foram encaminhadas em mesas de diálogo com o governo, que diga-se de passagem não atendeu nenhuma reivindicação do movimento. As três greves do ANDES - SN sob o governo do PT não tiveram nenhuma reivindicação atendida e isso ao mesmo tempo em que se promoveram infrutíferas reuniões e grupos de trabalhos (GTs).

A política sindical não conseguiu romper os marcos do corporativismo, e esse fato está relacionado diretamente ao fato da redução da capacidade de pressão. Mas e o que aconteceu com o conjunto da classe trabalhadora e das camadas populares? As principais políticas dos governos petistas têm sido, de fato, o atendimento dos interesses da burguesia, em detrimento das reivindicações históricas da classe trabalhadora. No campo, a reforma agrária foi abandonada, ao passo que nos oito anos da Era FHC se assentou mais famílias do que nos dez anos da Era PT. Além disso, o atendimento dos interesses do agronegócio tem sido prioridade dos governos petistas, como comprovam os incentivos à produção de monocultura da soja e aos usineiros, associados aos biocombustíveis, além da aprovação do “Novo Código Florestal”.

Os povos indígenas e comunidades quilombolas também tiveram suas reivindicações abandonadas diante da implantação dos projetos neodesenvolvimentistas, em especial a construção das grandes hidrelétricas de Belo Monte e Jirau, e do atendimento dos interesses dos latifundiários. Os conflitos no campo se intensificaram a partir de 2003.

Nos oito anos de Lulismo o total de assassinatos resultantes de conflitos no campo foi de 305 vítimas fatais, uma média anual de 38 assassinatos, sendo que o pico foi o primeiro ano de governo, com 73 assassinatos em 2003. Nos oito anos da Era FHC, foram 292 assassinatos, uma média de 36 mortes por ano. A Era Lula totalizou 12.107 conflitos no campo, contra 6.468 conflitos durante os dois governos FHC/PSDB/PFL.

Entre as principais propagandas da era lulista está a suposta redução da pobreza e as políticas de valorização do salário mínimo. Entretanto, quem de fato tem motivos para comemorar são os burgueses, pois os empresários da indústria automobilística tiveram um faturamento líquido de 679,607 milhões de reais nos oito anos da Era Lula, um aumento de 50% em relação aos 453,340 milhões de reais faturados durante a Era FHC. Mas sem dúvidas os banqueiros são os principais beneficiados nos governos petistas. A burguesia do setor financeiro teve um lucro recorde de 199 bilhões de reais, com um crescimento de cerca de 550% em relação aos 30,798 bilhões faturados durante os governos tucanos.

Por fim, os megaeventos promoveram remoções em larga escala, e através da política de segurança pública, as UPPs, se intensificou a repressão aos pobres nos centros urbanos. Logo, existe um conjunto de contradições objetivas que devem ser objeto da política de ação sindical.

Ao mesmo tempo, não basta levantar bandeiras salariais e de condição de trabalho de uma categoria, é preciso unificar as lutas sempre dentro do mesmo universo e coordenar as lutas de forma geral no âmbito do serviço público e do sindicalismo e movimento social em geral.

O grande erro é dos sindicatos, mesmo os que fizeram oposição ao governo Lula a partir de 2003, pois não conseguiram romper com o método do sindicalismo propositivo. Dessa forma, os sindicatos tem pensado sua política como elaboração de propostas de políticas para que os governos assumam e tem poucas políticas efetivas de luta para garantir a defesa dos direitos. Nesse sentido, a luta específica das categorias do serviço público deve ser entendida como parte da luta pela redistribuição da renda nacional. Isso significa que não basta lutar por carreira e salários. É preciso lutar contra a precarização das condições de trabalho e estudo e para determinar os objetivos aos quais às instituições públicas estão atendendo.

É preciso pensar as políticas sindicais não como se fossem políticas para o Estado assumir e executar, mas políticas de mobilização e luta. Isso irá permitir que o sindicato tenha uma política de ação e mobilização adequada ao momento histórico. Por isso o congresso delibera que irá, em cada política específica:

## TR – 7

### Lutas sociais e direitos dos Trabalhadores

**1.** Conjugar as reivindicações econômicas da categoria com reivindicações coletivas e de direitos sociais (saúde, educação, transporte e reivindicações salariais gerais), para demarcar o conteúdo classista e não corporativista.

**2. Política de Gênero, Etnia e Classe:** Tomar como foco a luta contra a terceirização como forma de discriminação de gênero e racial no local trabalho e a luta contra a violência sexual e assédio moral dentro das IFES.

**3. Política de Ciência e Tecnologia, Agrária, Ambiental e Urbana:** Apoiar através das seções sindicais as Lutas Indígenas e Camponesas e socioambientais. Participar da Luta contra a Copa e os Megaeventos e seus efeitos sobre a questão urbana (transporte, remoções e etc.) e intensificar a luta pela defesa dos direitos animais.

**4. Política Educacional:** Promover a unidade na luta dos trabalhadores da educação de todas as redes de ensino como o principal fator para a defesa da educação pública, priorizando a luta contra as políticas meritocráticas e produtivistas que levam a doenças do trabalho e perda de autonomia pedagógica.

**5. Política de Comunicação:** A principal característica da luta ideológica é a criminalização das lutas populares e a tentativa de construir a imagem de que o Brasil está vivendo uma situação de desenvolvimento. Por isso a política de comunicação deve desconstruir o discurso hegemônico, defendendo incondicionalmente as formas de luta surgidas no levante popular e combatendo a criminalização e denunciando as perseguições políticas.

## **TEMA 4 – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS**



Diretoria do ANDES-SN

## ALTERAÇÕES NO ESTATUTO DO ANDES-SN

### TEXTO DE APOIO

A Diretoria do ANDES-SN apresenta os artigos 70 e 71 e o parágrafo 2º do artigo 72 para atualização no 33º Congresso.

### TR - 8

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN aprova as seguintes alterações no Estatuto do ANDES-SN:

**Art. 70.** O ANDES-SINDICATO NACIONAL reconhece e dá prerrogativa de seções sindicais (AD-Seções Sindicais) a todas as Associações de Docentes (AD) filiadas, até o trigésimo quarto (34º) Congresso, ressalvados os direitos daquelas que, em assembleia geral, decidirem o contrário.

**Parágrafo único.** As AD às quais se refere o caput deste artigo deverão, para se constituírem em AD-Seções Sindicais, até o 34º CONGRESSO, aprovar seus regimentos e encaminhar à Diretoria as atas das assembleias gerais convocadas especificamente para este fim, juntamente com a comprovação de ampla divulgação prévia, inclusive em órgão de imprensa oficial ou de grande circulação local com, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência (art. 45), para homologação no CONAD, ad referendum do congresso (art. 23, XI), ou no Congresso (art. 15 VI).

**Art. 71.** Fica prorrogada até o 34º CONGRESSO a possibilidade de alteração dos Estatutos do ANDES - SINDICATO NACIONAL, desde que a alteração seja aprovada por mais de 50% (cinquenta por cento) dos delegados nele inscritos, suspensa, até então, a vigência do inciso I do parágrafo único do art. 21.

### Parágrafo 2º do Artigo 72

§ 2º O 33º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL estabelece o 34º CONGRESSO como prazo final para a implantação da política de contribuição dos sindicalizados do ANDES - Sindicato Nacional, nos termos do estabelecido no § 1º, para o caso das seções sindicais que ainda estejam arrecadando percentual inferior ao reconhecido no caput.



*Diretoria do ANDES-SN*

## **REGIMENTO ELEITORAL**

### **TEXTO DE APOIO**

Considerando que uma das atribuições/competências do Congresso é a elaboração do Regimento Eleitoral para a “Eleição da Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, biênio 2014/2016 (Art. 52 do Estatuto), a Diretoria apresenta, para apreciação do 33º Congresso, uma proposta de Regimento Eleitoral, nos termos contidos no Texto de Resolução (TR) e Texto Documento (TD).

### **TR - 9**

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN aprova o Regimento Eleitoral – Eleições da Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL biênio 2014/2016.

### **TEXTO DOCUMENTO**

#### **Regimento Eleitoral**

#### **Eleição da Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL – BIÊNIO 2014/2016**

#### **CAPÍTULO I DA ELEIÇÃO**

**Art. 1º** O presente Regimento Eleitoral define as normas e procedimentos para a eleição da Diretoria do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SINDICATO NACIONAL), para o biênio 2014/2016, de acordo com o estabelecido pelo Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

§ 1º A eleição a que se refere o caput deste artigo realizar-se nos dias **13 e 14 de maio de 2014**.

§ 2º O escrutínio dar-se-á pelo voto secreto, universal e direto dos sindicalizados ao ANDES-SINDICATO NACIONAL em pleno gozo de seus direitos.

#### **CAPÍTULO II DOS ELEITORES**

**Art. 2º** São eleitores todos os sindicalizados ao ANDES-SINDICATO NACIONAL que:

**I** – nele se sindicalizarem **até 13 de fevereiro de 2014**;

**II** – estiverem em dia com suas contribuições **até 7 de março de 2014**.

§ 1º As Seções Sindicais que apresentam dificuldades em repassar as contribuições dos sindicalizados em razão de procedimentos administrativos das IES ou órgãos governamentais deverão notificar à Tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL e esta, à Comissão Eleitoral, os motivos para tal **até 7 de abril de 2014**.

§ 2º A Tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL deverá encaminhar à Comissão Eleitoral Central (CEC), **até o dia 21 de março de 2014**, a relação das Seções Sindicais que apresentaram dificuldades no repasse das contribuições a partir do 58º CONAD (Santa Maria/RS, julho de 2013), bem como a situação dos acordos a respeito dos repasses de contribuições em vigor até a data mencionada neste parágrafo.

§ 3º O não repasse das contribuições decorrente de procedimentos administrativos das IES ou órgãos governamentais, após o prazo previsto no inciso II, não será impeditivo de participação dos sindicalizados no processo eleitoral.

**Art. 3º** As Seções Sindicais e as Secretarias Regionais têm prazo **até o dia 4 de abril de 2014** para enviarem à CEC a relação completa de seus sindicalizados aptos a exercer o direito ao voto.

§ 1º O número de sindicalizados aptos a votar não poderá ser superior ao número de sindicalizados declarados à Tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL quando do envio das contribuições referentes ao mês **de fevereiro de 2014**.

§ 2º Quaisquer alterações na lista que venham a ser identificadas após a data estipulada no *caput* deste artigo deverão ser comunicadas à CEC e à Comissão Eleitoral Local (CEL) até 7 (sete) dias corridos antes do primeiro dia previsto para o início da eleição. A solicitação de retificação deverá ser devidamente comprovada.

§ 3º As Seções Sindicais disponibilizarão, **no dia 11 de abril**, cópia da lista de filiados aptos a votar aos representantes das chapas concorrentes, desde que por eles solicitada.

**Art. 4º** Aos eleitores é assegurado o direito de voto em trânsito, a ser disciplinado pela CEC e pelas Comissões Eleitorais Locais nos termos do disposto no Art. 35.

### **CAPÍTULO III DOS CANDIDATOS**

**Art. 5º** Podem ser candidatos todos os docentes pertencentes ao quadro de sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL **até o dia 16 de novembro de 2013** e que estiverem em dia com sua contribuição financeira ao ANDES-SINDICATO NACIONAL **até 20 de dezembro de 2013**.

**Parágrafo único.** No caso de diretores e ex-diretores do ANDES-SINDICATO NACIONAL, estes poderão ser candidatos se estiverem em dia com a Tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, **até o dia 20 de fevereiro de 2014**, ressalvando o disposto no parágrafo único do Art. 53 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

### **CAPÍTULO IV DA INSCRIÇÃO DE CHAPAS**

**Art. 6º** Os candidatos devem compor chapas e registrá-las junto à Secretaria Geral do ANDES-SINDICATO NACIONAL, obedecendo ao que se segue:

**I** – durante o 33º CONGRESSO, até uma hora após aprovado este Regimento Eleitoral pela Plenária de Questões Organizativas e Financeiras, as chapas deverão registrar, pelo menos, os candidatos aos cargos de Presidente, Secretário Geral e 1º Tesoureiro, mediante requerimento (anexo I) assinado pelo(s) candidato(s) ao(s) cargo(s) de presidente ou secretário geral. O requerimento deve ser encaminhado à Secretaria Geral do ANDES-SINDICATO NACIONAL, acompanhado do respectivo Manifesto da Chapa, bem como indicar seu representante e respectivos suplentes na CEC;

**II** – o registro definitivo das chapas, com a nominata completa dos candidatos aos demais cargos, dar-se-á até o dia **17 de março de 2014, das 9h às 18h, ressalvado o disposto nos parágrafos primeiro e segundo deste artigo.**

**III** – os componentes das chapas deverão entregar à secretaria da CEC, **até o prazo final de inscrição definitiva**, os seguintes documentos, sendo os dos itens “a” e “b” originais:

**a)** termo de concordância (anexo II), assinado por cada candidato, contendo: endereço residencial completo; nº de telefone; endereço eletrônico, nº do PIS/PASEP; nº do RG; nº do CPF; denominação da Seção Sindical ou, se for o caso, da Secretaria Regional à qual o candidato encontra-se vinculado; denominação da IES à qual o candidato encontra-se vinculado e o cargo a que postula.

**b)** programa da chapa devidamente subscrito pelo candidato a Presidente.

**c)** fotocópia de um documento de identificação que contenha foto e assinatura do candidato (R.G. – CNH – CTPS – Passaporte ou Carteira de Conselho Profissional).

**IV** – Os documentos referido no inciso III deste artigo, recebidos pela secretaria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, na sua sede, serão lacrados e abertos na primeira reunião da CEC.

**V** – Não havendo registro de chapas durante o 33º CONGRESSO, o prazo para registro, nos termos previstos no § 1º, do Artigo 52 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL, será prorrogado por 15 (quinze) dias corridos a partir da data do final do 33º CONGRESSO, realizando-se na Secretaria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, em horário comercial.

§ 1º – No caso previsto no inciso V, o registro dos candidatos aos demais cargos será estendido por mais 30 (trinta) dias corridos após o prazo final para o registro das chapas;

§ 2º – A Chapa, ao ser registrada, receberá um número de identificação de acordo com a ordem cronológica de solicitação da inscrição.

**Art. 7º** - A CEC reunir-se-á no prazo de 24 horas após o prazo de registro das chapas para verificar a documentação entregue e proceder a homologação da(s) chapa(s).

**Parágrafo Único** – Em caso de dúvida em relação às condições de elegibilidade de qualquer candidato, a CEC fará conferência junto à respectiva seção sindical, AD-Seção Sindical ou secretaria regional.

**Art. 8º** Qualquer alteração na nominata dos candidatos ou de cargos na chapa, após os prazos previstos nos incisos II e V do Art. 6º, deverão ser encaminhadas por documento com a exposição de motivos à CEC que, em reunião, deverá analisar e se pronunciar pelo aceite ou não dos motivos no prazo de 5 (cinco) dias corridos.

§ 1º A faculdade prevista no *caput* deste artigo não se aplica aos candidatos e aos cargos de Presidente, Secretário-Geral e 1º Tesoureiro.

§ 2º A não aceitação dos motivos apresentados, deliberada pela maioria absoluta dos componentes da CEC presentes à reunião, implicará na manutenção da chapa originalmente registrada.

§ 3º Diante da impossibilidade da manutenção da nominata originalmente registrada pela chapa, o registro estará cancelado.

**Artigo 9º** - Os candidatos descritos no Art. 32, inciso IV e V do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL deverão ser sindicalizados da área de abrangência geográfica da respectiva secretaria regional.

**Parágrafo Único** - As alterações previstas no Art. 8º só poderão ser consideradas pela CEC se lhe forem entregues **em até quarenta e oito horas após o encerramento do prazo final de inscrição definitiva das chapas**, improrrogavelmente.

**Art. 10** No ato de registro da chapa, seus integrantes comprometem-se a acatar este Regimento e as demais normas que venham a ser elaboradas pela CEC.

**Art. 11** É livre a propaganda eleitoral, respeitado o Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL e este Regimento.

**CAPÍTULO V**  
**DA COORDENAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL**  
**SEÇÃO I**  
**DA COMISSÃO ELEITORAL CENTRAL**

**Art. 12** A eleição para a Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, Biênio 2014/2016, será coordenada por uma Comissão Eleitoral Central (CEC) composta por:

- I** – 1 (um) membro da Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, como seu Presidente;
- II** – 1 (um) sindicalizado do ANDES-SINDICATO NACIONAL indicado por cada chapa concorrente;
- III** – 2 (dois) ou 3 (três) sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL, a depender do número de chapas, indicados e homologados pela Plenária das Questões Organizativas e Financeiras do **33º CONGRESSO** do ANDES-SINDICATO NACIONAL;
- IV** – a composição da CEC deverá ser em número ímpar.

§ 1º Os componentes da CEC, com exceção daquele previsto no inciso I deste artigo, terão seus nomes homologados no **33º CONGRESSO**, na Plenária do Tema das Questões Organizativas e Financeiras.

§ 2º A Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, as chapas concorrentes e a Plenária das Questões Organizativas e Financeiras do **33º CONGRESSO** do ANDES-SINDICATO NACIONAL deverão indicar 2 (dois) suplentes para cada integrante da CEC previstos nos incisos I, II e III do *caput* deste artigo.

§ 3º É vedada a participação dos membros da Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL como representante de qualquer uma das chapas concorrentes na CEC.

§ 4º É vedada a participação de candidato na CEC.

**Art. 13** Compete à CEC:

- I** – cumprir e fazer cumprir o Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL e este Regimento;
- II** – oficializar e divulgar o registro de chapa(s);
- III** – divulgar a composição do eleitorado até o dia **10 de abril de 2014**;
- IV** – confeccionar as cédulas eleitorais;
- V** – coordenar as Comissões Eleitorais Locais;
- VI** – decidir sobre recursos interpostos;
- VII** – homologar, proclamar e divulgar o resultado da eleição, e
- VIII** – elaborar o Relatório Final a ser divulgado no **59º CONAD**

**Parágrafo único.** A CEC pode, sempre que necessário, arrematar auxiliares.

**Art. 14** A CEC só se reunirá com a presença de, no mínimo, a mais da metade de seus integrantes, sendo em cada reunião lavrada uma ata, que será assinada pelos presentes.

**Parágrafo único.** As chapas concorrentes receberão cópias das atas das reuniões da CEC por intermédio de seu representante na Comissão.

**Art. 15** As decisões da CEC serão tomadas pela maioria simples de seus integrantes presentes à reunião.

**Art. 16** O integrante da CEC que faltar a duas reuniões consecutivas ou a três intercaladas, sem justificativa, perderá a sua condição de membro titular dessa comissão, assumindo-a seu suplente.

**Parágrafo Único.** Na falta eventual de um membro titular, o suplente poderá assumir desde que essa ausência seja comunicada com, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência.

**Art. 17** Cada chapa concorrente indicará, mediante documento, até dois representantes autorizados a realizar qualquer tipo de comunicação entre a respectiva chapa e a CEC.

**Parágrafo único.** No documento definido no *caput* deste artigo, deverão estar explícitas as informações necessárias para o estabelecimento de contato entre a CEC e os representantes autorizados pela chapa.

## **SEÇÃO II DAS COMISSÕES ELEITORAIS LOCAIS**

**Art. 18** Em cada seção sindical será constituída uma Comissão Eleitoral Local (CEL) composta por:

**I** – 1 (um) membro de sua Diretoria, na condição de Presidente;

**II** – até 2 (dois) membros indicados por cada chapa concorrente, obrigatoriamente sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

**III** – nas seções sindicais onde as diretorias não constituírem Comissões Eleitorais Locais, as Secretarias Regionais poderão fazê-lo, indicando o seu Presidente.

**Parágrafo único.** A Diretoria e as chapas poderão indicar suplentes, obrigatoriamente sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL, para os cargos previstos nos incisos I e II.

**Art. 19** A composição das Comissões Eleitorais Locais deve ser enviada para a CEC **até o dia 24 de abril de 2014**.

**Art. 20** Compete às Comissões Eleitorais Locais:

**I** – definir e organizar as seções eleitorais **até o dia 30 de abril de 2014**;

**II** – apurar os votos e enviar para a CEC o mapa dos resultados e a respectiva documentação;

**III** – decidir sobre a impugnação de urnas e recursos interpostos em primeira instância.

**Parágrafo único.** A CEL pode, sempre que necessário, arrematar auxiliares.

**Art. 21** A CEL só se reunirá com a presença de mais da metade de seus integrantes, sendo que em cada reunião deverá ser lavrada uma ata, que será assinada pelos presentes.

**Parágrafo único.** As chapas concorrentes receberão cópias das atas das reuniões da CEL por intermédio de seus representantes na Comissão.

**Art. 22** As decisões da CEL serão tomadas pela maioria simples de seus integrantes presentes à reunião.

§ 1º Em caso de empate, haverá voto qualificado do Presidente da CEL.

§ 2º Das decisões da CEL cabe recurso à CEC.

**Art. 23** O integrante da CEL que faltar a duas reuniões consecutivas ou a três intercaladas, sem justificativa, perderá sua condição de membro titular dessa comissão, assumindo em seu lugar o suplente.

**Art. 24** Cada chapa concorrente indicará, mediante documento, no mínimo um representante autorizado a realizar qualquer tipo de comunicação entre a respectiva chapa e a CEL.

**Parágrafo único.** No documento definido no *caput* deste artigo, deverão estar explícitas as informações necessárias para contato entre a CEL e os representantes autorizados pela chapa.

**CAPÍTULO VI  
DA VOTAÇÃO  
SEÇÃO I  
DA CÉDULA ELEITORAL**

**Art. 25** A votação é realizada em cédula eleitoral única.

§ 1º A cédula contém a(s) chapa(s) registrada(s), em ordem cronológica de inscrição e com o nome da(s) chapa(s).

§ 2º Ao lado de cada chapa, haverá um retângulo em branco onde o eleitor assinalará sua escolha.

**Art. 26** Para efeito de votação, a cédula eleitoral só se tornará válida depois de rubricada por, pelo menos, dois integrantes da Mesa Receptora de votos da respectiva seção eleitoral.

**SEÇÃO II  
DAS SEÇÕES ELEITORAIS**

**Art. 27** As seções eleitorais serão estabelecidas pelas Comissões Eleitorais Locais em número e locais suficientes para o atendimento dos eleitores de cada IES.

**Art. 28** Os eleitores sindicalizados nas seções sindicais votam nas seções eleitorais designadas pela Comissão Eleitoral de sua respectiva seção sindical.

**Art. 29** Nas seções sindicais, previamente definidas pela CEC, haverá uma seção eleitoral designada pela CEL para o recolhimento dos votos dos sindicalizados, via Secretaria Regional.

**Art. 30** As Secretarias Regionais têm prazo **até o dia 2 de abril de 2014** para fornecer a listagem completa dos sindicalizados, via Secretaria Regional, às Seções Sindicais onde estes poderão votar.

§ 1º No mesmo prazo estabelecido no *caput* deste artigo, as Secretarias Regionais deverão informar aos sindicalizados, via Secretaria Regional, a seção eleitoral onde estes poderão votar. O voto desses sindicalizados em qualquer outra seção eleitoral deverá ser considerado em trânsito.

§ 2º Mediante autorização da CEL e da fiscalização das chapas concorrentes, a Secretaria Regional poderá constituir uma seção eleitoral para recepção de votos dos sindicalizados definidos no *caput* deste artigo.

**Art. 31** Em cada seção eleitoral, haverá uma Mesa Receptora composta por 1 (um) Presidente e 2 (dois) Mesários, indicados pela CEL.

§ 1º Só podem permanecer na seção eleitoral, além do Presidente e dos Mesários, 1 (um) fiscal de cada chapa concorrente, e o eleitor, que ficará durante o tempo necessário para votar.

§ 2º A Mesa Receptora de cada seção eleitoral é responsável pela urna e pelos documentos relativos ao processo eleitoral, durante os dias de eleição e até que sejam entregues à CEL.

**Art. 32** Na seção eleitoral deve existir, providenciado pela CEL:

I – urna;

II – cédulas oficiais;

III – folha de ocorrência;

IV – lista específica para eleitor em trânsito;

V – cópia deste Regimento;

VI – lista de eleitores;

VII – nominata com a composição integral das chapas a ser afixada na cabine de votação;

VIII – cabine indevassável;

IX – lacre para as urnas;

- X – envelopes para o voto em trânsito;
- XI – modelo de ata de votação;
- XII – envelope para voto em separado.

### **SEÇÃO III DO ATO DE VOTAR**

**Art. 33** Visando a resguardar a lisura do pleito, o sigilo do voto e a inviolabilidade das urnas, devem-se adotar as seguintes providências:

- I – no início da votação, o rompimento do lacre da urna deve ser feito na presença dos fiscais das chapas.
- II – a ordem de votação é a da chegada dos eleitores;
- III – identificado, o eleitor assinará a lista de presença e receberá cédula rubricada pelos integrantes da Mesa Receptora;
- IV – o eleitor usará cabine indevassável para votar;
- V – ao final de cada período de votação, a urna será lacrada e rubricada pelos integrantes da Mesa Receptora e pelos fiscais de chapa;
- VI – a guarda do material de votação e da respectiva urna é de responsabilidade da CEL;
- VII – ao término do último período de votação, a urna será lacrada e rubricada pelos integrantes da Mesa Receptora e pelos fiscais de chapa e, juntamente com o restante do material, deverá ser entregue à CEL.

**Parágrafo único.** Na ausência de fiscais, o rompimento do lacre será feito na presença do primeiro eleitor, devendo ser registrado em ata.

**Art. 34** Os sindicalizados, via Secretarias Regionais, votarão na seção sindical indicada pela Secretaria Regional e na seção eleitoral indicada pela CEL segundo listas fornecidas pelas respectivas Secretarias Regionais.

**Art. 35** O voto em trânsito obedecerá ao seguinte procedimento:

- I – o eleitor assinará lista específica na seção eleitoral do local onde se encontrar, declarando por escrito a sua seção sindical de origem ou, se sindicalizado via Secretaria Regional, a sua regional de sindicalização.
- II – o voto será colocado em envelope que não contenha identificação e este num segundo envelope que servirá de sobrecarta, numerado na sequência de ordem de chegada para votar.

### **SEÇÃO IV DA FISCALIZAÇÃO**

**Art. 36** É assegurado às chapas a fiscalização dos processos de votação e de apuração das urnas mediante a indicação de fiscais.

§ 1º As chapas indicarão à CEL, por meio de documento, sindicalizados para exercerem as funções de fiscais de votação e de apuração, com uma antecedência de, no mínimo, 48 horas do início da votação e 24 horas do início da apuração dos votos.

§ 2º Cada chapa tem direito a indicar quantos fiscais de votação desejar e, no máximo, 2 (dois) fiscais por mesa de apuração, com seus respectivos suplentes.

§ 3º A indicação do (s) fiscal (is) de apuração não pode recair em integrantes da CEL ou de Mesa Receptora.

**Art. 37** É assegurada a cada chapa a fiscalização da computação dos resultados pela CEL mediante a indicação de fiscais.

§ 1º As chapas indicarão para a CEC, por meio de documento, sindicalizados para exercerem a função de fiscal de computação dos resultados, até 24 (vinte e quatro) horas antes do início previsto para a computação dos votos.

§ 2º Cada chapa tem direito a indicar, no máximo, 2 (dois) fiscais, com seus respectivos suplentes.

§ 3º A indicação do (s) fiscal (is) não pode recair em integrante (s) da CEC.

## **CAPÍTULO VII DA APURAÇÃO**

**Art. 38** A apuração dos votos nas seções sindicais iniciar-se-á, obrigatoriamente, **no dia 15 de maio de 2014**, no horário indicado pela CEL e será concluída, impreterivelmente, até às 24h do mesmo dia.

**Parágrafo único.** Nos *campi* fora da sede da seção sindical, a apuração poderá ser feita pelos integrantes da Mesa Receptora, a critério da CEL, desde que obedecidos os preceitos estabelecidos nos Arts. 36 e 37.

**Art. 39** As Comissões Eleitorais Locais deverão encaminhar, impreterivelmente, **até as 16 horas do dia 16 de maio de 2014** (horário de Brasília), via meio eletrônico, à Sede do ANDES-SINDICATO NACIONAL, o resultado da eleição na sua respectiva seção sindical.

§ 1º As Comissões Eleitorais Locais têm, como prazo máximo, **até o dia 21 de maio de 2014** para encaminhar, por SEDEX, à Sede do ANDES-SINDICATO NACIONAL, os originais dos mapas, atas, listas de assinaturas e relatórios. As **cédulas eleitorais ficarão sob a guarda da Seção Sindical.**

§ 2º A documentação pode ser entregue em mãos, até a data prevista no § 1º, ou, também, enviada, na referida data, por serviço ultrarrápido de entrega de correspondência.

**Art. 40** A computação dos votos pela CEC iniciar-se-á **às 15 (quinze) horas (horário de Brasília) do dia 17 de maio de 2014** estendendo-se, sem interrupção, até o cômputo da totalidade dos resultados parciais.

**Art. 41** Os mapas eleitorais das Seções Sindicais somente serão liberados aos fiscais de chapa após sua computação pela CEC.

**Art. 42** No caso de voto em separado, a CEL providenciará, junto à Seção Sindical ou, se for o caso, à Secretaria Regional de origem do eleitor, a confirmação da sua habilitação para votar.

**Parágrafo único.** Depois de confirmada a habilitação para votar, a sobrecarta será inutilizada e o envelope que contém o voto poderá ser colocado na urna.

**Art. 43** As urnas somente serão abertas após a constatação da integridade do lacre, da presença da respectiva lista de eleitores e da folha de ocorrência.

**Parágrafo único.** Após a abertura da urna, o primeiro ato será incorporar os votos em separado já confirmados, contidos em envelopes, ao conjunto das cédulas.

**Art. 44** Iniciada a apuração, os trabalhos somente serão interrompidos após a proclamação do resultado final.

**Art. 45** Será anulada a urna que:

- I – apresentar, comprovadamente, sinais de violação;
- II – apresentar número de cédulas superior em mais de 5% ao de assinaturas;
- III – não estiver acompanhada das respectivas listas de eleitores e folha de ocorrência.

**Art. 46** Será anulada a cédula que:

- I – não contiver a rubrica dos integrantes da respectiva Mesa Receptora;
- II – não corresponder ao modelo oficial.

**Art. 47** Serão considerados nulos os votos que contiverem:

- I – mais de uma chapa assinalada;
- II – rasuras de qualquer espécie;
- III – qualquer caractere que permita identificação.

**Art. 48** As cédulas apuradas serão conservadas sob a guarda da CEL até a proclamação do resultado final pela CEC.

## **CAPÍTULO VIII DOS RECURSOS**

**Art. 49** Qualquer recurso deverá ser apresentado à CEL, no máximo, **até às 9h do dia 17 de maio de 2014**.

§ 1º A CEL, encerrado o prazo estabelecido no *caput* deste artigo, deverá, no prazo máximo de duas horas, deliberar sobre os recursos apresentados e publicar os resultados.

§ 2º Das deliberações da CEL cabem recursos à CEC, no prazo de três horas após sua publicação.

§ 3º Os recursos à CEC deverão ser apresentados pelos respectivos representantes da chapa junto à CEC.

**Art. 50** Qualquer recurso relacionado à computação final dos resultados deverá ser apresentado à CEC no prazo máximo de até 24 horas após a divulgação dos resultados por esta.

**Art. 51** Os recursos somente poderão ser apresentados pelos fiscais das chapas ou pelos candidatos às Comissões Eleitorais Locais e Central.

**Parágrafo Único.** No caso de não haver na seção sindical fiscal indicado por chapa ou pelos candidatos, qualquer sindicalizado poderá apresentar recurso à CEL.

## **CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 52** Compete à Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL e às diretorias das Seções Sindicais garantirem todo o apoio logístico necessário para o pleno funcionamento das Comissões Eleitorais Central e Locais.

**Art. 53** O descumprimento de quaisquer das normas eleitorais implicará na anulação do registro da chapa pela CEC.

**Art. 54** As Comissões Eleitorais, Local e Central, não têm prerrogativas de alterar as datas previstas neste Regimento.

**Parágrafo único.** Em situações comprovadamente excepcionais, a CEC poderá, com a aprovação de todos os seus membros efetivos, fazer alterações de datas previstas, excetuadas aquelas definidas pelos Arts. 1º e 6º.

**Art. 55** As chapas deverão encaminhar à CEC os originais dos documentos enviados por qualquer meio eletrônico num prazo máximo de 5 (cinco) dias, prazo de postagem, com Aviso de Recebimento (AR).

**Parágrafo único.** Caso não seja observado o prazo estipulado no *caput* deste artigo, os documentos não terão valor, o que acarretará as consequências cabíveis.

**Art. 56** Os recursos materiais e financeiros necessários para levar a cabo as eleições para a Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL serão providos pela Tesouraria do Sindicato, mediante solicitação do Presidente da CEC.

**Parágrafo único.** No prazo de quinze dias após a promulgação do resultado da eleição, o Presidente da CEC apresentará à Diretoria do Sindicato o relatório financeiro do processo eleitoral.

**Art. 57** O Presidente da CEC deverá, em tempo hábil, apresentar à Tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL o cronograma de reuniões da CEC, a fim de permitir que esta

providencie a aquisição de passagens, reserva de alojamento e repasse de diárias para os integrantes da comissão.

§ 1º O valor da diária dos integrantes da CEC será o mesmo dos Diretores do Sindicato e servirá para cobrir as despesas de alimentação e de deslocamento local.

§ 2º No prazo de sete dias após a promulgação do resultado da eleição, os integrantes da CEC deverão apresentar à Tesouraria do Sindicato sua prestação de contas final.

**Art. 58** A Assessoria Jurídica Nacional do ANDES-SINDICATO NACIONAL estará à disposição da CEC durante todo o processo eleitoral.

**Art. 59** É vedada qualquer alteração no presente Regimento Eleitoral, exceto aquelas definidas pelo parágrafo único do Art. 54.

**Art. 60** A proclamação final dos resultados será feita pela CEC somente depois de esgotados todos os prazos estabelecidos no Capítulo VIII deste Regimento.

**Parágrafo único.** O Relatório Final dos trabalhos da CEC, bem como o Relatório Financeiro definido no parágrafo único do Art. 56, deverão ser apresentados no 59º CONAD.

**Art. 61** Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela CEC.

**Parágrafo único.** Tratando-se de questões locais, os casos omissos neste Regimento serão resolvidos em primeira instância pela CEL e, em instância final, pela CEC.

**Art. 62** Este Regimento entra em vigor a partir da sua aprovação pelo 33º CONGRESSO.

**ANEXO I  
REQUERIMENTO**

Ao  
Professor Márcio Antônio de Oliveira  
Secretário-Geral - ANDES-SINDICATO NACIONAL

Prezado Professor,

O/A(s) professor (es/as) \_\_\_\_\_ e  
\_\_\_\_\_, candidato(s) ao(s) cargo(s)  
de \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_, vêm requerer o  
REGISTRO da chapa denominada \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ para concorrer à eleição  
da Diretoria do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-  
SINDICATO NACIONAL, biênio 2014-2016, e apresentam como candidato ao cargo de  
Presidente, o (a) Professor(a) \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, ao cargo de Secretário Geral, o (a) Professor(a)  
\_\_\_\_\_, ao cargo de 1º Tesoureiro, o (a)  
Professor(a) \_\_\_\_\_ e, como seu representante e seu  
suplente na Comissão Eleitoral Central, os (as) Professores(as)  
\_\_\_\_\_

Apresentamos, anexo, o Manifesto da Chapa.

N. T.  
Pede deferimento

**XXXXX, XX de XXXXXX de 2014.**

Professor (a) \_\_\_\_\_  
(assinatura)

Professor (a) \_\_\_\_\_  
(assinatura)

RECIBO:

Documentos recebidos às \_\_\_\_\_ horas do dia \_\_\_\_/02/2014.

Número de identificação da chapa: \_\_\_\_\_

Prof. Márcio Antônio de Oliveira  
Secretário-Geral - ANDES-SINDICATO NACIONAL

**Anexo II**  
**TERMO DE CONCORDÂNCIA**

Professor (a) \_\_\_\_\_, abaixo assinado, declara, para fins de cumprimento do art. 6º, inciso III, do Regimento Eleitoral aprovado no 33º CONGRESSO do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, que concordo em concorrer à eleição da Diretoria, biênio 2014 - 2016 na condição de candidato (a) ao cargo de \_\_\_\_\_ na chapa denominada \_\_\_\_\_ e que tem o número \_\_\_\_\_ como identificação oficial.

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2014.

Professor \_\_\_\_\_  
(assinatura igual ao documento de identidade)

Demais Informações:

1 - Endereço completo (rua, nº, cidade, Estado, CEP)

2 - Telefone: ( )  
( )

3 - Endereço eletrônico (e-mail):

4 – Nº do PIS/PASEP:

5 – Nº do RG:

6 – Nº do CPF:

7 – Sindicalizado a (Seção Sindical):

8 - Secretaria Regional (caso sindicalizado via Secretaria Regional):

9 - IES de vínculo:

**TEXTO 10**

Diretoria do ANDES-SN

**PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 58º CONAD****TR – 10**

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN aprova a prestação de contas do 58º CONAD.

<b>Nº</b>	<b>ITEM</b>	<b>Rateio ANDES</b>	<b>Rateio SEDUFMS</b>
<b>1</b>	<b>Pessoal</b>		
1.1	<b>ANDES-SN</b>		
	Horas Extras	17.084,17	1.008,00
	Diárias	4.500,00	0,00
	Passagem Aérea	3.042,52	0,00
	Passagem Terrestre	740,00	0,00
	Hospedagem	9.360,00	0,00
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>34.726,69</b>	<b>1.008,00</b>
1.2	<b>Apoio</b>		
	Serviço de Apoio	0,00	960,00
	Táxi	0,00	0,00
	Apresentação Cultural	0,00	0,00
	Serviço de Enfermagem	0,00	0,00
	Material Médico	0,00	0,00
	Transporte/ônibus	0,00	0,00
	Combustível	0,00	0,00
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>960,00</b>
<b>2</b>	<b>Imprensa e Divulgação</b>		
	Cartazes	0,00	830,00
	Banner	0,00	0,00
	Filmagem	0,00	2.000,00
	Transportadora	1.209,43	0,00
	Informandes	2.165,50	0,00
	Convites Abertura	0,00	48,00
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>3.374,93</b>	<b>2.878,00</b>
<b>3</b>	<b>Infraestrutura</b>		
	Material de Escritório	0,00	295,35
	Material de Copa	0,00	0,00
	Material de Limpeza	0,00	0,00
	Computador/ Notebook	0,00	7.710,00
	Aluguel Copiadora/ Impressora	0,00	10.800,00
	Correios	0,00	495,90
	Coffe Break	0,00	5.400,00
	Café/ Água Mineral	0,00	1.026,00
	Papel A4	479,00	194,25
	Sonorização	0,00	2.800,00
	Ornamentação	0,00	0,00
	Espaço Hotel, Auditório e Salas	0,00	29.182,40
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>479,00</b>	<b>57.903,90</b>

4	<b>Material Distribuído para Delegados e Observadores</b>		
	Bolsas	0,00	4.750,00
	Camisetas	0,00	3.500,00
	Crachás	0,00	559,50
	Bloco de anotações	0,00	700,00
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>9.509,50</b>
5	<b>Gastos com Comissão Organizadora</b>		
	Diárias	700,00	0,00
	Hospedagem	759,00	0,00
	Passagens Aéreas	475,39	0,00
	Pedágios, Combustíveis, Passagens Terrestres	0,00	0,00
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>1.934,39</b>	<b>0,00</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>40.515,01</b>	<b>72.259,40</b>

	<b>Total de Despesas Realizadas</b>	<b>112.774,41</b>
--	-------------------------------------	-------------------

**TEXTO 11**

*Diretoria do ANDES-SN*

**GRUPOS DE TRABALHO (GT) DO ANDES-SN****TEXTO DE APOIO**

O ANDES-SN tem em funcionamento os seguintes Grupos de Trabalho: GTPE, GTC&T, GTCA, GTPAUA, GT-Carreira, GT-Verbas, GTHMD, GTPFS, GTPCEGDS, GT-Fundações e GTSS/A. As seções sindicais que desejarem se integrar aos Grupos de Trabalho ou modificar a sua participação deverão preencher o formulário abaixo e encaminhá-lo com suas propostas de participação nos GTs à Secretaria do ANDES-SN, para homologação no 33º CONGRESSO.

<b>Seção Sindical:</b>
<b>Grupo de Trabalho:</b>
<b>Componentes:</b>

## **TEXTO 12**

*Diretoria do ANDES-SN*

### **FUNDO ÚNICO**

#### **TEXTO DE APOIO**

Em seu primeiro ano de existência, o Fundo Único foi utilizado, em sua parcela relativa à mobilização, na realização da marcha do dia 24 de abril de 2013, possibilitando ao ANDES-SN contribuir com o conjunto das entidades e com a CSP-CONLUTAS no esforço de trazer a Brasília movimentos populares organizados. O Fundo contribuiu, com sua parcela referente a greve, com o movimento das estaduais do Ceará, que entraram em greve no mês de novembro de 2013. Os docentes reivindicam a realização de concurso para professores efetivos, a regulamentação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV), a equiparação dos salários de professores efetivos e substitutos, investimento na infraestrutura, concurso para servidores administrativos e assistência estudantil no interior.

O aporte financeiro mensal, proveniente da contribuição das seções sindicais e do ANDES-SN, estabelecido pelo 32º Congresso, foi suficiente para a manutenção do Fundo Único, para as demandas de 2013.

#### **TR - 12**

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Autorizar a diretoria do ANDES-SN a ordenar despesas para garantir o custeio das atividades de mobilização, campanhas, marchas e eventos, definidos pelo 33º Congresso como centrais na luta do Sindicato, no limite de 500 mil reais da parcela referente à mobilização.
2. Autorizar o 59º CONAD a apreciar e deliberar sobre os custeios de mobilização e luta para o segundo semestre de 2014
3. Autorizar as seções sindicais do setor das IEES/IMES, que entrarem em greve no ano de 2014, a suspender a contribuição para o Fundo Único, enquanto permanecerem em greve.

## **TEXTO 13**

*Diretoria do ANDES-SN*

### **MANUTENÇÃO DO APOIO FINANCEIRO À ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES (ENFF)**

#### **TEXTO DE APOIO**

A Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF, situada em Guararema/SP (a 70 km de São Paulo/SP) e inaugurada em 23 de janeiro de 2005, foi construída entre os anos de 2000 e 2005 graças ao trabalho voluntário de pelo menos mil trabalhadores do MST e simpatizantes.

Atualmente, a ENFF conta com o apoio de mais de 700 professores voluntários – do Brasil, da América Latina e de outras regiões – e oferece cursos de nível superior nas áreas de Filosofia Política, Serviço Social, Pedagogia, Teoria do Conhecimento, Sociologia Rural, Economia Política da Agricultura, História Social do Brasil, Conjuntura Internacional, Administração e Gestão Social, Educação do Campo e Estudos Latino-americanos, além dos cursos de especialização, em convênio com outras universidades (por exemplo, Direito e Comunicação no campo). Possui uma biblioteca com mais de 40 mil volumes impressos, formada em base de doações. Para garantir o acesso às mulheres, foram construídas creches para as crianças nelas permanecerem enquanto as mães estudam.

A ENFF recebe ajuda de várias entidades e do ANDES-SN, de forma contínua, visando a suprir as necessidades inerentes à formação de militantes de movimentos sociais e organizações que lutam por um mundo mais justo.

#### **TR - 13**

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- Autorizar o ANDES-SN a manter a contribuição, por um período de 12 meses, de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais para a ENFF.

## **TEXTO 14**

*Diretoria do ANDES-SN*

# **MANUTENÇÃO DO APOIO FINANCEIRO À AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA**

## **TEXTO DE APOIO**

É inegável o valor do trabalho investigativo realizado pela Auditoria Cidadã da Dívida, desnudando a origem e o montante real da dívida pública brasileira. Pela qualidade técnica, o material produzido pela Auditoria tem subsidiado, de forma ímpar, as reflexões e os debates realizados pelo ANDES-SN e por outras entidades de servidores públicos envolvidos na luta em defesa de políticas públicas de qualidade. As consequências advindas do compromisso dos sucessivos governos de pagar uma conta, sem realizar uma auditoria determinada pela Constituição de 88 e cujos valores em 2013 (até 04/10) atingiram R\$ 690 bilhões, ou seja, 47% do gasto federal, são desastrosas para a educação, a saúde e a aposentadoria dos trabalhadores.

Nos dias 11, 12 e 13 de novembro de 2013, a Auditoria Cidadã realizou em Brasília o Seminário Internacional “O sistema da dívida na Conjuntura Nacional e Internacional”, com a participação de representantes de diversas nacionalidades, o que permitiu conhecer experiências de outros países na luta pela transparência e acesso a informações acerca do endividamento público. A atividade abordou o Sistema da *Dívida* e o seu impacto na economia nacional e internacional e permitiu traçar medidas para a articulação de ações concretas, na vanguarda de uma nova arquitetura financeira mundial.

Outra atividade que a Auditoria Cidadã vem encaminhando e encontra-se em fase de elaboração, já com ementário discutido, é a realização de um curso de formação sobre a dívida pública, cuja finalidade é a ampliação/criação de núcleos nos estados e municípios e formar pessoas capacitadas para enfrentar a questão. Já existem núcleos organizados nos estados de Alagoas, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Pela contribuição que a Auditoria Cidadã tem prestado aos movimentos sociais e ao ANDES-SN, faz-se importante a manutenção do apoio político e financeiro.

## **TR – 14**

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- Autorizar o ANDES-SN a manter a contribuição, por um período de 12 meses, de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais para a Associação Auditoria Cidadã da Dívida;

**TEXTO 15**

*Diretoria do ANDES-SN*

**SEDE DO 34º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL****TEXTO DE APOIO**

As seções sindicais que se dispuserem a sediar o 34º CONGRESSO do ANDES-SN deverão apresentar proposta, por escrito, até às 14h do dia 12/02/14, para garantir a sua discussão nos grupos mistos do Tema 4 - Questões Organizativas e Financeiras.

**TR - 15**

O 34º CONGRESSO do ANDES - SINDICATO NACIONAL realizar-se-á na cidade de ..., sob a organização da ... Seção Sindical.

**TEMA 5 – PLANO DE LUTAS – GERAL,  
EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO  
DOS TRABALHADORES**

## QUESTÕES AGRÁRIAS, URBANAS E AMBIENTAIS

### TEXTO DE APOIO

A crise político-econômica mundial também vem se manifestando junto ao governo brasileiro, que, de maneira subserviente, coloca o Estado a serviço do processo de recuperação das empresas nacionais e transnacionais, no sentido de manter uma política que possa dar continuidade de reprodução do capital financeiro. Uma das consequências desta posição política pode ser vista no estímulo e financiamento crescente de diversos megaempreendimentos e megaeventos, que trazem como resultado graves danos tanto ambientais como sociais.

Estes governos vêm dispondo de generosos recursos e espaços estratégicos, para dar curso às incursões do capital, intensificando os subsídios a empresas transnacionais, alterando a legislação e promovendo um sem-número de privatizações. Dados do próprio BNDES demonstram que os seus investimentos, sem levar em conta os demais setores do governo, estão na ordem de R\$ 133 bilhões para um período de 25 anos, sendo que R\$ 79,5 bilhões serão investidos ao longo dos primeiros 5 anos, correspondendo a 80% dos projetos, e tendo o capital como seu principal beneficiário.

Esse modelo econômico predatório e socialmente excludente vem balizando os projetos governamentais, que não tem medido esforços para acomodar confortavelmente nesta sangria de recursos públicos, principalmente para os megaeventos Copa 2014 e Olimpíada de 2016 e seus desdobramentos: especulação imobiliária, assentada na organização e realização dos megaeventos; higienização social, com remoções arbitrárias e truculentas de milhares de moradores de baixa renda, moradores de rua e dependentes químicos, sob o argumento falacioso de transformação e modernização das cidades; expulsão, por meio da repressão, coação e assassinato, de populações tradicionais, como caiçaras, campesinos assentados, quilombolas e indígenas, de seus territórios originais; flexibilização da legislação ambiental e urbanística; uso do solo urbano e rural para favorecer a especulação imobiliária e a instalação dos megaempreendimentos de elevado potencial poluidor e predatório; destruição de ecossistemas originais que apresentam relevante biodiversidade, entre outros crimes ecológicos e violações aos direitos humanos.

Dando continuidade às políticas públicas desenvolvidas pelo governo federal, em função do interesse do capital, vem se observando um grande retrocesso:

- a) privatizações do bem público, como aeroportos, portos, rodovias, linhas de transmissão de energia elétrica e entrega de jazidas petrolíferas, como o leilão do Campo de Libra;
- b) criação de hidroelétricas, sem respeito aos ribeirinhos e aos povos da floresta, e sem o devido estudo do impacto ambiental, como é o caso da hidroelétrica de Belo Monte no rio Xingu;
- c) Código de Mineração em tramitação no Congresso Nacional, que permite a exploração de nossas jazidas por empresas transnacionais e sem respeito às comunidades locais e ao ambiente, configuradas a partir de então como de interesse nacional;
- d) Código Florestal, aprovado no ano passado, que diminuiu e flexibilizou a utilização de áreas de preservação ambiental (beira de rios, lagos e banhados, topo e encostas de morro, etc.), isentou de multas os latifundiários que haviam praticado desmatamento, entre outras resoluções prejudiciais ao meio ambiente, com reflexos imediatos no aumento do desmatamento, principalmente na Amazônia;

- e) expansão contínua do agronegócio, que atualmente é o maior responsável pelo desmatamento, utilização indiscriminado de biocidas, aumento do uso de transgênicos;
- f) assassinatos e atentados no meio rural, promovidos por grupos paramilitares do latifúndio/agronegócio, mineradoras e empresários de megaempreendimentos, vêm aumentando a cada ano, com a conivência dos governos e do Poder Judiciário;
- g) desrespeito contínuo à necessidade de preservação dos biomas em favorecimento à exploração da terra por grandes empresas nacionais e transnacionais;
- h) liberação dos transgênicos e uso indiscriminado de biocidas devido ao plantio de milhares de hectares de monoculturas por grandes proprietários ou empresas rurais, em uma política oficial de subserviência ao agronegócio;
- i) alarmantes impactos urbanos, rurais, ambientais e humanos proporcionados pelos megaempreendimentos e megaeventos.

A análise destes temas tem permitido desmascarar o projeto do governo, que, como em outras situações, coloca-se a serviço da ação do capital nacional e internacional no que tange às questões urbanas, rurais e ambientais. Desnuda-se as contínuas investidas contra os direitos à cidade, ao campo e ao de usufruir de um meio ambiente preservado, intensificando a espoliação sobre a vida dos trabalhadores, indígenas, ribeirinhos, pescadores artesanais e quilombolas. Entender essas situações e atuar em unidade com os movimentos sociais que enfrentam estas políticas é o nosso desafio. Para tanto, o fortalecimento do GTPAUA nas seções sindicais é importante e central. Neste sentido, é indispensável que o Sindicato Nacional continue o trabalho de organização interna e de busca de coordenação e mobilização com os movimentos sociais para intensificar ações unitárias.

## **TR - 16**

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Intensificar a luta nacional e local, em unidade com os demais movimentos sociais, contra a aprovação do Código de Mineração em tramitação no Congresso Nacional.
2. Desencadear ações unitárias com os demais movimentos sociais, de denúncia e enfrentamento do retrocesso do Código Florestal, aprovado no Congresso Nacional.
3. Lutar contra a interferência estrangeira no solo e subsolo e outras riquezas brasileiras.
4. Desenvolver ações com os demais movimentos sociais voltadas à crítica e enfrentamento da Economia Verde, aprovada na Rio+20.
5. Intensificar o debate junto às seções sindicais acerca da estrutura da matriz energética brasileira, suas consequências e alternativas, dando destaque às questões sociais, ambientais e de desenvolvimento.
6. Promover ações de denúncia dos problemas sociais e ambientais na construção dos megaempreendimentos, como expressa a luta contra a instalação da hidroelétrica de Belo Monte no rio Xingu.
7. Continuar a luta com os movimentos sociais, pela imediata rotulação e descrição de produtos que contenham Organismos Geneticamente Modificados - OGM (transgênicos) e lutar pela revogação da legislação que libera os transgênicos.
8. Intensificar as ações, com os movimentos sociais, em defesa dos direitos dos povos tradicionais – indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, etc.
9. Realizar atividades em conjunto com o GTSS/A, GTPE e GTC&T no sentido de aprofundar estudos e debates sobre a capacidade de suporte ambiental na regulamentação dos planos diretores das cidades e nas propostas de expansão dos espaços urbanos.

**10.** Participar das ações que ocorrerão no país no ano de 2014, com destaque para as lutas em defesa dos direitos sociais e recursos para saúde, educação e transporte públicos, em contraponto ao uso destes recursos para a Copa do Mundo.

**11.** Propor à CSP-Conlutas, movimentos sociais e demais entidades que vêm atuando nas lutas por direitos sociais e contra a criminalização das suas lutas, a elaboração de material informativo para divulgação em mídias diversas que tratem:

**11.1** dos gastos com os megaeventos em contraponto aos investimentos públicos em educação e saúde públicas;

**11.2** das ações repressivas dos estados/governos.

## **AÇÕES EM TORNO DE UMA POLÍTICA DE CLASSE PARA QUESTÕES ETNICORRACIAIS, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL**

### **TEXTO DE APOIO**

A trajetória do GT Política de Classe para as questões etnicorraciais, gênero e diversidade sexual (GTPCEGDS) do ANDES-SN tem sido de luta contra qualquer tipo de preconceito, entre eles o combate à homofobia. Na História da humanidade, a questão da orientação sexual é tão antiga quanto a existência do ser humano. O capitalismo, ao impor uma moral burguesa conservadora, agrava a dominação da classe trabalhadora e a infundada superioridade de gênero, de raça, de classe e o preconceito às pessoas de orientação sexual LGBT. O Estado capitalista, desde a sua forma embrionária, cria mecanismos de repressão, criminalização e formula ideologias que impedem as pessoas de orientação LGBT de exercerem os seus direitos, inclusive à vida. Gradativamente foi se construindo socialmente o preconceito contra as mulheres, os povos indígenas, os negros e os/as LGBT, que se difundiu no âmago da sociedade capitalista efetivando a exclusão. As trabalhadoras e os trabalhadores LGBT, além de exploradas/os, são alvos dos ataques constantes homofóbicos, expressos em ódios, repugnâncias de pessoas que agem de forma violenta, ocasionando muitas vezes crimes. Esse preconceito está em todo o lugar, inclusive no local de trabalho dos/as trabalhadores/as da educação, que enfrentam práticas de menosprezo, de desqualificação, as quais violentam simbolicamente e muitas vezes fisicamente os/as trabalhadores/as LGBT.

Outra importante frente de atuação do GT tem sido a luta das mulheres, que ocorre em meio às mudanças no mundo do trabalho. Ao avaliar as mudanças, percebe-se que essas não avançaram no atendimento às necessidades de condições adequadas para que as trabalhadoras desenvolvam suas atividades, permanecendo a imposição de dupla jornada de trabalho às mulheres. Nesse sentido, o GT tem atuado na luta contra a violência e exploração do trabalho das mulheres, tanto no âmbito doméstico quanto no mundo do trabalho. Estas questões foram objeto do II Seminário de Mulheres, o qual teve o desafio de aprofundar o debate sobre como a diferença de gênero incide no cotidiano da base do Sindicato Nacional, para possibilitar um avanço na luta contra o machismo, dentro e fora da universidade. Entre as temáticas discutidas, foram pautadas as condições de trabalho da mulher, aborto, violência e direito à decisão sobre o próprio corpo.

Nas questões etnicorraciais, o debate e a luta se expressaram no I Seminário Nacional sobre Povos Indígenas e Quilombolas no Brasil, ocorrido no início de novembro em Dourados (MS), onde foram abordados os graves conflitos em diferentes lugares do Brasil e a inércia do governo federal em avançar na regularização das terras dos povos indígenas e quilombolas, tendo de um lado a ganância do grande capital, personificado nos empresários do agronegócio e grandes construtoras, e do outro o protagonismo dos povos indígenas e quilombolas na luta pelos seus direitos à demarcação de terras, na disputa com os fazendeiros do agronegócio, além de preservarem a biodiversidade – no conjunto dessas lutas foi feita a denúncia da criminalização ao movimento dos Povos Indígenas no Brasil (PIB), o que tem resultado em alguns casos no assassinato de lideranças –, evidenciando assim que o governo Dilma tem negligenciado aos povos indígenas e quilombolas o direito histórico e constitucional à terra. O resultado da omissão do Estado é a violência que tem vitimado indígenas e quilombolas. Nesse Seminário, ficou evidente a necessidade de o ANDES-SN se articular com movimentos indígenas e quilombolas para fazer avançar a luta pelo direito à terra, à vida e à sustentabilidade.

Em resumo, o ANDES-SN atua em diversas frentes nas mobilizações de trabalhadores e trabalhadoras em suas lutas pelos seus direitos ante o preconceito, combatendo a discriminação etnicorracial e a homofobia, pela demarcação das terras indígenas e quilombolas e a autossustentabilidade desses povos, pelos direitos e conquistas das mulheres, o que tem sido reforçado na atuação do GTPCEGDS.

## **TR - 17**

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- 1.** Promover, em conjunto com as seções sindicais, entidades de combate à homofobia, a CSP-Conlutas e as secretarias regionais do ANDES-SN, audiências públicas para discutir a violência contra a população LGBT e apresentar propostas para o seu enfrentamento;
- 2.** Produzir e divulgar nacionalmente materiais informativos para subsidiar as ações contra a discriminação etnicorracial, o preconceito de gênero e a orientação sexual;
- 3.** Lutar, por intermédio das seções sindicais e em conjunto com todos os segmentos da comunidade acadêmica, pela criação de espaços de discussão e acolhimento de denúncias de violências contra a mulher, etnicorraciais e homofóbica nas IES.
- 4.** Dar continuidade à luta junto ao INCRA e ao governo federal pela demarcação de terras dos povos indígenas e quilombolas.

## **COMUNICAÇÃO**

### **TEXTO DE APOIO**

Um dos principais objetivos do ANDES-SN é fazer com que as mensagens necessárias à sustentação das suas lutas cheguem de modo claro e da forma mais rápida possível às suas bases.

Para se conseguir esse intento, são necessárias várias medidas, sendo uma delas a regularidade na troca de informações, seja do ponto de vista interno, entre as diversas instâncias do Sindicato, seja do externo, entre este e a sociedade, por meio das mídias existentes nas esferas pública e privada.

Tem havido esforço para que todas as informações circulem, pelos meios mais simples (email ou telefone) até os mais complexos e custosos (produção de dossiês ou revistas), no afã de que a mensagem pretendida seja bem processada. Cabe agora aumentar a interatividade, a fim de aperfeiçoar o grau de informações para a luta. É, portanto, indispensável a crescente instrumentalização profissional e tecnológica das seções sindicais no aprofundamento desta veiculação.

Para a consecução desses propósitos, o ano de 2013 tornou-se uma referência, na medida em que a comunicação do ANDES-SN foi fecunda, superando limites anteriores e com expressiva participação das seções sindicais. Após a aprovação do Plano Geral de Comunicação (PGC), em 2011, no Congresso de Uberlândia, as ações que se seguiram tinham em conta justamente o aperfeiçoamento preconizado no próprio documento em vigor. Quase todas as ações que puderam ser executadas tiveram foco em tais objetivos, a começar pelos investimentos em equipamentos e material técnico, aumentando as possibilidades de comunicação.

Ao longo do primeiro semestre, efetivaram-se três Encontros Regionais de Comunicação, cujos resultados convergiram diretamente para discussões de âmbito nacional. Os encontros regionais foram realizados em Ponta Grossa (PR), Fortaleza (CE) e Niterói (RJ), nos meses de maio e junho. O III Encontro Nacional de Comunicação teve lugar em Brasília, em outubro passado, cumprindo uma extensa pauta de debates, a partir dos encaminhamentos regionais. Vinte e três seções sindicais estiveram presentes ao Encontro Nacional, representadas por diretores e jornalistas, com o encaminhamento de várias propostas, a partir das reflexões contidas nos qualitativos debates realizados. A quantidade e a qualidade dos encaminhamentos sugeriram demandas que o Sindicato, de alguma forma, precisará responder para o prosseguimento da luta política.

Por outro lado, acirrou-se o debate a respeito do monopólio dos meios de comunicação no Brasil e sobre a necessidade da rearticular forças sociais para democratizar o setor. Em meados da década passada, fora estabelecida uma linha de divergência entre setores que se aglutinavam, desde os anos 90, no Fórum Nacional pela Democratização das Comunicações (FNDC), já que esse fórum passou a centrar sua intervenção nos espaços institucionais, especialmente voltada para as conferências organizadas pelo governo federal, vertente com a qual o ANDES-SN e outras entidades, como ENECOS e INTERVOZES, não concordaram.

Em 2012, houve uma reconfiguração deste quadro e tivemos, em 2013, a reabertura do diálogo com o FNDC. A decisão de voltar a ter representação no fórum para defender plataforma clara e contundente a favor da democratização das comunicações do país, uma das permanentes

bandeiras de lutas do ANDES-SN, foi deliberada pelo 32º Congresso, a fim de permitir o fortalecimento do debate e a construção de alianças com outros setores sociais.

Por ocasião do 57º Conad, foi deliberado que o ANDES-SN apoiasse o processo de divulgação do PLIP (Projeto de Lei de Iniciativa Popular) da Mídia Democrática. O projeto, lançado em maio de 2013, busca regulamentar artigos da Constituição Federal ligados aos meios de comunicação do país e necessita de pelo menos um milhão e trezentas mil assinaturas, totalizando cerca de 1% dos eleitores.

Esse ano de lutas no campo das comunicações formou um cabedal de informações que, além de oferecer uma visão do conjunto, permite identificar os pontos mais delicados a merecerem atenção redobrada.

## **TR - 18**

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- 1.** Ampliar a participação e o intercâmbio das seções sindicais na luta pela democratização das comunicações, tanto em âmbito nacional como local;
- 2.** Articular, local e regionalmente, com outros setores sociais para constituir movimento e força política a favor da democratização das comunicações, mobilizando amplos setores sociais e populares;
- 3.** Ampliar a divulgação da plataforma pela democratização das comunicações que defendemos, pautando na imprensa sindical materiais específicos;
- 4.** Propor o engajamento das seções sindicais na constituição de comitês, núcleos, fóruns em apoio e busca de assinatura ao PLIP (Projeto de Lei de Iniciativa Popular), ou integração aos que já existem;
- 5.** Utilizar como tema agregador e mobilizador do interesse social pela democratização das comunicações as manifestações de rua, a repressão a elas e o comportamento da mídia tradicional;
- 6.** Investir no aperfeiçoamento da linguagem e no treinamento para melhorar a expressão dos conteúdos que defendemos frente à mídia e público alvo;
- 7.** Indicar e promover atividades que levem as seções sindicais a elaborarem seus planos de comunicação, considerando o debate interno, as peculiaridades e possibilidades, tendo sempre como referência o Plano Geral de Comunicação do ANDES-SN;
- 8.** Instigar e solicitar às equipes de comunicação das seções sindicais que disponibilizem suas produções através dos instrumentos de mídia disponíveis e, sobretudo, que se voltem para a implantação e manutenção de conteúdo no repositório de arquivos com importância jornalística e informativa;
- 9.** Estimular a criação e fazer uso de veículos de comunicação alternativos, populares e comunitários, ampliando o raio de veiculação da programação com aqueles já existentes. Tal objetivo deve incluir o estreitamento de laços entre setores de comunicação de outros sindicatos classistas e a CSP/Conlutas.

## **ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

### **TEXTO DE APOIO**

Considerando que é preciso fortalecer a ampla articulação no interior da sociedade, agregando os movimentos sociais, populares e sindicais em educação, para construir uma proposta alternativa à que vem sendo empreendida pelo governo, como foi deliberado no 32º Congresso do ANDES-SN “... *a construção de um encontro em prol da educação pública...*” que venha a trazer elementos para contribuir na direção de uma Política de Estado. Os encontros preparatórios/atividades estaduais, regionais e nacional deverão reforçar a proposta alternativa de educação para a sociedade brasileira, defendida pelo ANDES-SN, que está sendo articulado entre o Andes-SN, a CSP Conlutas, vários setores do Movimento Estudantil, entidades sindicais dos trabalhadores da educação e os movimentos populares que se aglutinaram a partir do Comitê Executivo Nacional da Campanha pelos 10% do PIB para a Educação Pública, já.

### **TR - 19**

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Realizar em conjunto com as secretarias regionais e seções sindicais os Encontros Preparatórios/Atividades até junho de 2014, preparando o Encontro Nacional de Educação para agosto de 2014;
2. Realizar o Encontro Nacional de Educação em agosto de 2014.

## **ATUALIZAÇÃO DOS PLS EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL**

### **TEXTO DE APOIO**

Outras políticas que precisam ser combatidas pelo ANDES-SN dizem respeito aos anteprojetos, projetos e leis que estão sendo debatidos, votados e sancionados no Congresso Nacional, entre os quais relacionamos a seguir os principais.

**LEI DAS INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR** - da Lei 12881 de 12/11/2013 (Lei das Instituições Comunitárias de Educação Superior). Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES). Enquanto na LDB, as comunitárias são instituições privadas não lucrativas instituídas pela sociedade civil. Orienta-se pelo conceito de público não estatal, apoiando-se na perspectiva da instituição com finalidade pública para ressignificar os interesses privatistas da condição das Instituições Comunitárias de Educação Superior.

**INSAES - PL 4372/2012** – Cria o Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior - INSAES, e dá outras providências.

Aguardando parecer na Comissão de Finanças e Tributação (CFT); na Câmara dos Deputados, foram apresentadas 318 emendas. A matéria já tramitou nas comissões de Educação, de Trabalho, de Administração e Serviço Público, tendo recebido pareceres favoráveis com emendas. O INSAES nada mais é do que uma agência reguladora dos processos avaliativos institucionais que, além de comprometer a autonomia das instituições de ensino superior, transfere a responsabilidade do Estado para uma autarquia de caráter gerencial, sujeita à politização e perpetuação da política promiscua de troca de favores entre executivo e legislativo.

**PL 518/2009** A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou, em 12 de outubro, projeto que transforma o Ministério da Educação em Ministério da Educação de Base, que deverá ficar encarregado da educação infantil até o ensino médio. Pelo texto, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação passará a regular o ensino superior. A matéria segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), aguardando designação de relatoria. O Andes-SN discorda da alegação do autor de que a crise de qualidade que afeta a educação básica se deve ao investimento que o MEC vem fazendo no ensino superior. Primeiro, o ANDES-SN sempre defendeu a criação de um sistema nacional de educação, conforme proposto no PNE da Sociedade Brasileira, articulando a educação básica e a educação superior, que devem estar alocadas na mesma pasta administrativa. Segundo, a legislação em vigor define a educação superior como de responsabilidade da União, incluindo a manutenção das IFES, no que se convencionou chamar de sistema federal de educação e que a educação básica e suas etapas e modalidades são de responsabilidade dos estados e municípios, devendo, nesses casos, a União atuar em regime de complementação. Compreendemos que a transferência do ensino superior para o MCT significará, entre outros aspectos, a criação de entraves à construção do Sistema Nacional de Educação que defendemos, resultando em desvinculação ainda maior entre o ensino superior e a educação básica, além de prejuízo para o financiamento das IFES, se ocorrer a adoção de um modelo similar à atual política de fundos para pesquisa.

## **TR - 20**

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- 1.** Continuar a luta contra a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 518/2009, que hoje se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado aguardando relatoria.
- 2.** Intensificar a atuação no Congresso Nacional junto aos parlamentares no sentido de apresentar a posição do ANDES-SN sobre Avaliação Institucional, para que os parlamentares se posicionem contrários ao INSAES;
- 3.** Mobilizar as SSinds para que entrem em contato com as bancadas estaduais exigindo dos parlamentares que se posicionem contra o INSAES;
- 4.** Lutar contra o caráter privatista da Lei 12881 de 12/11/2013 (Lei das Instituições Comunitárias de Educação Superior), que permite a transferência de recursos públicos por meio de parcerias e subsídios estatais.

## **SINDICAL**

### **TEXTO DE APOIO**

O ano de 2013 foi marcado por intensas mobilizações sociais, sobretudo com as amplas e vigorosas manifestações nas ruas nos meses de junho e julho, que se espalharam pelo país a partir da luta contra o aumento das passagens de transporte, conforme registrado e analisado no texto Movimento Docente e Conjuntura, da diretoria. Como já ocorrido em outros momentos da história e também como vem se dando atualmente em diferentes países, ao redor do mundo, verificou-se, no Brasil, expressiva contradição entre a espontaneidade e radicalidade das lutas e a debilidade no grau de organização da juventude e dos trabalhadores, cuja resolução continua sendo necessária para dar consequência histórica às mobilizações. O vigor das lutas sociais tem, por vezes, conquistado vitórias, como, por exemplo, o recuo de aumentos de preços de passagens em importantes cidades e o adiamento de medidas que retiram direitos dos trabalhadores, mas não tem sido suficientemente forte para impor recuos decisivos nas políticas de retirada de direitos dos trabalhadores, que continuam ameaçando as condições de vida da maioria dos brasileiros.

O 32º Congresso (Rio de Janeiro, março de 2013) fez o balanço da atuação da CSP-Conlutas e da participação do ANDES-SN no seu interior, que o levou à definição de “intensificar a atuação do ANDES-SN na CSP-Conlutas, com especial atenção às atividades nos estados”. Aprovou, ainda, “prosseguir a atuação no Espaço de Unidade de Ação tendo como referência a proposta de ‘Plataforma Unitária’” construída no âmbito daquele espaço. E<sup>2</sup> promoveu jornada de lutas no mês de abril, que teve seu ponto alto na marcha no dia 24 de abril, tendo contribuído para aglutinar setores sindicais e populares importantes para além da CSP-Conlutas.

A partir das grandes mobilizações de junho e julho, as centrais sindicais passaram a atuar articuladamente, com vistas a trazer a classe trabalhadora à ação, convocando um dia nacional de greves, paralisações e manifestações para o dia 11 de julho. A partir de uma avaliação positiva das ações realizadas nesse dia, nove centrais (CSP-Conlutas, CUT, FS, UGT, CGTB, NCST, CGTB, CTB e CSB) convocaram uma manifestação nacional para o dia 6 de agosto contra o PL 4330, das terceirizações, e um novo dia de luta - “Dia Nacional de Paralisação” - para 30 de agosto, com o objetivo de pressionar a presidente Dilma para que atendesse as reivindicações dos trabalhadores, com base numa pauta unitária: “redução do preço e melhor a qualidade dos transportes coletivos; 10% do PIB para a educação pública e 10% do orçamento para a saúde pública; fim do fator previdenciário e aumento nos valores das aposentadorias; redução da jornada de trabalho; fim dos leilões das reservas de petróleo; contra o PL 4330, da terceirização; reforma agrária e apoio ao PL que estabelece salário igual para trabalho igual, combatendo a discriminação da mulher no trabalho.

A unidade realizada entre as centrais nas ações do dia 11 de julho não se verificou com a mesma intensidade em 30 de agosto. Mais que isso, algumas das centrais, especialmente a maior delas, a CUT, não se empenharam na convocação das paralisações, o que não impediu que houvesse importantes paralisações e manifestações neste dia. O recuo das centrais governistas deveu-se principalmente em razão de a luta em torno da pauta unificada chocar-se com a política econômica do governo, o que tem rendido, em especial no interior da CUT, desentendimentos e a expressão emergente de setores que têm se juntado na luta. O diálogo com tais setores, por parte da CSP-Conlutas, tem sido importante no sentido de aglutinar forças na construção de alternativa ao peleguismo.

---

<sup>2</sup> CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular – Conlutas); CUT (Central Única dos Trabalhadores); FS (Força Sindical); UGT (União Geral dos Trabalhadores); CGTB (Central Geral dos Trabalhadores do Brasil); NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores); CGTB (Central Geral dos Trabalhadores do Brasil); CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil) e CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros).

Teve destaque neste esforço de aglutinação de forças, para além dos momentos de mobilização, o Seminário que reuniu cerca de 200 dirigentes e ativistas sindicais de 13 estados brasileiros e do Distrito Federal nos dias 17 e 18 de julho, em Porto Alegre, convocado pela CSP-Conlutas, a “CUT Pode Mais”, Feraesp (Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo), Condsef (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) e CNTA (Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins). A aliança construída neste seminário fez possível uma ação que fosse mais além dos limites que as centrais governistas tentaram impor nas mobilizações de 30 de agosto.

Embora a CSP-Conlutas continue sendo minoritária no conjunto dos movimentos sindical e popular, ela conquistou, em 2013, condição de importante referência social dentre o conjunto de centrais sindicais e polo aglutinador e articulador de forças vivas que estão envolvidas nas lutas em curso.

O Movimento Docente, ao longo de 2013, debruçou-se na discussão sobre os desafios político organizativos do ANDES-SN, com especial atenção ao fortalecimento do sindicato na base, diante das novas realidades dos locais de trabalho criadas pela expansão sem qualidade do ensino, que culminou com a realização do 7º Encontro Intersetorial, no período de 25 a 27 de outubro, que tratou dos desafios político-organizativos do ANDES-SN. Juntamente com isso, foram retomadas atividades de formação sindical no segundo semestre em sintonia com o debate sobre os desafios político-organizativos do Sindicato, com ênfase na concepção da horizontalidade, que marcou historicamente a construção do ANDES-SN e sua atuação nos processos de organização da classe trabalhadora e que se mantém dentre os desafios atuais internamente ao Sindicato e na sua atuação no processo de reorganização da classe trabalhadora.

A retomada das mobilizações sociais em 2014 e as dimensões que elas poderão assumir, principalmente durante o período da Copa do Mundo, quando os holofotes estarão voltados para o Brasil, impõem a necessidade de fortalecimento da CSP-Conlutas, a retomada da articulação do Espaço Unidade de Ação e de fóruns de luta específicos. A construção, em 2014, dos encontros estaduais e nacional de educação coloca o desafio de construção de fóruns de unidade entre entidades e setores educacionais.

## **TR - 21**

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Ampliar e consolidar sua atuação na CSP-Conlutas, com especial atenção ao seu enraizamento em todos os estados do país;
2. Continuar atuando para que a CSP-Conlutas se fortaleça como polo aglutinador das lutas, na construção da unidade de ação com todos os segmentos que defendem os direitos dos trabalhadores, em luta contra os ataques dos patrões e dos governos, que restringem os direitos da classe trabalhadora;
3. Contribuir para fortalecer os setoriais da CSP-Conlutas, com destaque aos de Educação, de Serviço Público e de Saúde do Trabalhador, como pontos de apoio importantes para a retomada de fóruns organizativos do serviço público e em defesa da escola pública, nos estados;
4. Contribuir com os setoriais, grupos de trabalho e coletivos temáticos da CSP-Conlutas, que se entrelaçam com as elaborações dos grupos de trabalho do ANDES-SN;
5. Intensificar a participação do ANDES-SN nos espaços de construção das mobilizações em 2014;
6. Elaborar, no âmbito do GTPFS, na continuidade dos processos de formação sindical, uma programação, de forma articulada com as secretarias regionais e as seções sindicais, com o objetivo de promover atividades junto à base do Sindicato;
6. Dar prosseguimento aos debates desenvolvidos em 2013 sobre os desafios político-organizativos do ANDES-SN priorizando o fortalecimento e enraizamento do Sindicato em todos os locais de trabalho.

## **O ATUAL CONTEXTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

### **TEXTO DE APOIO**

Frente à crise econômica posta e o projeto de Contrarreforma do Estado em curso, a saúde vem enfrentando ao longo dos últimos governos – FHC, Lula da Silva e Dilma – uma intensificação do processo de desmonte e entrega do setor ao capital privado. A precarização e privatização da saúde, assim como da educação, vêm sendo principais instrumentos para o estabelecimento e ampliação do trânsito especulativo dos fundos públicos.

O expediente de administração indireta de empresas privadas – Organizações Sociais (OS) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPS) – e os serviços de saúde públicos, nada mais são do que dispositivos que seguem na direção da retroalimentando da política de hipotrofia do Estado e entrega do patrimônio público ao capital privado, que, por sua vez, cria lastro para reconfigurar o mundo do trabalho, intensificando ataques aos direitos da classe trabalhadora, historicamente conquistados. Nesse mesmo compasso, as fundações estatais e a EBSEH – também instrumentos de ataque direto à estrutura das IFES em sua autonomia administrativa e seu princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão – apresentam-se como mais um instrumental de desmonte do próprio SUS. Tais instituições, em sua natureza privada, determinam uma forma de funcionamento que busca no processo de adoecimento o seu instrumental para reprodução do capital através dos fundos públicos.

Em contrapartida, a outra face deste estratagema que está posto diz respeito à forma pela qual se dá a reprodução e o avanço do setor privado na saúde, através dos planos e operadoras de saúde. Ao mesmo tempo em que o executivo federal impõe uma política de redução de investimento no setor público, dispõe por outro lado, através do BNDES e organismos administrativos do Estado, de medidas de estímulo à sustentação e reprodução do setor privado, como a redução de impostos e o financiamento público. Disto resulta uma situação que não se focaliza apenas no circuito dos planos e operadoras de saúde, mas que compromete ainda mais a qualidade, manutenção e ampliação do sistema de saúde público.

### **A luta contra a EBSEH**

No processo de contrarreforma do Estado aprofundado pelos governos petistas, a EBSEH é um dos cenários de luta do ANDES-SN e outras entidades e movimentos sociais que defendem a saúde pública e estatal. Imediatamente após o seu surgimento – EBSEH – então como MP 520/2010, foi encaminhado ao Ministério Público Federal um parecer elaborado pela assessoria jurídica nacional do ANDES-SN, que demarcava todo um conjunto de irregularidades e inconstitucionalidade da medida de empresa pública apresentada pelo governo petista.

Desde então, as respostas do Sindicato e do movimento docente vieram através de uma série de ações – discussões, seminários, mobilização intra e extra universidade, atos públicos, construção e protocolização de ADIN, audiências públicas junto às seções do Ministério Público Federal, publicações – construídas e efetivadas no sentido de esclarecer a comunidade universitária e a sociedade em geral sobre o cenário político que está colocado, e impedir mais esse ataque à educação e saúde públicas.

Nesse campo, contrariando a obstinada defesa dos articuladores da EBSEH, das reitorias das IFES e dos representantes da administração federal, de que a EBSEH não significa privatização e sim a única saída para “salvar” os HU, há elementos consistentes que comprovam a coincidência de natureza entre a EBSEH e as Organizações Sociais e Fundações Estatais de Direito Privado, que reforçam seu caráter privatista. Ou seja, significará um quadro marcado por flexibilização dos direitos dos trabalhadores regidos pelo RJU; transferência da execução das

políticas sociais para instituições de direito privado, com possibilidade de captação de recursos por parte das instituições a partir da mercantilização dos serviços públicos e da financeirização dos recursos públicos; relação público-privada a partir dos denominados contratos de gestão; criação de dupla porta de entrada; ausência de controle social.

O argumento empregado de que a EBSEH viria para a desprecarização do trabalho no serviço público, pode ser contraposto. Frente ao quadro funcional – atualmente, a força de trabalho dos hospitais universitários gira em torno de 70.373 profissionais, dos quais 26.556 foram recrutados por intermédio das fundações de apoio das universidades, sob diversos formatos legais (celetistas – CLT, contratos de prestação de serviços – terceirização e outros modelos que caracterizam vínculos precários sob a forma de terceirização irregular (EMI nº 00383/2010/MP/MEC de 23 de dezembro de 2010). Portanto, um instrumento governamental para modelagem jurídico-institucional no sentido de abrir espaço para a prestação de serviços administrativos e médico-hospitalares pelos hospitais universitários da administração pública federal.

Desta forma, com a EBSEH, haveria extinção imediata de cerca de 27.000 cargos não disponibilizados nos anos FHC e Lula, e que foram ocupados de forma precária e, ainda, uma progressiva extinção de 44.000 cargos do RJU existentes, considerando o tempo médio de serviço dos trabalhadores, por aposentadoria ou disponibilização, levando a um aprofundamento da precarização do trabalho nos HU.

Ao examinarmos mais profundamente o cenário criado pela EBSEH, vemos que sua natureza de **empresa** não fica restrita ao controle e intervenção da assistência prestada, mas incide direta e letalmente na vida acadêmica, na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e na natureza organizativa da formação técnica e produção de conhecimento.

Portanto, em sua dinâmica de funcionamento, a EBSEH afronta: o dispositivo constitucional 207 de autonomia universitária; o caráter público dos HU enquanto unidade suplementar da universidade e, assim, parte fundamental da vida acadêmica da universidade; o processo de desenvolvimento de pesquisa e produção de conhecimento, em sua independência e referência social; a organização pública do trabalho, flexibilizando os vínculos de trabalho e extinguindo o concurso público; a universalidade do direito à saúde, criando uma dupla porta de entrada na assistência prestada.

### **A luta contra a Privatização da Previdência**

Durante o segundo semestre de 2013, o ANDES-SN esteve envolvido em uma intensa campanha contra o FUNPRESP, utilizando o material produzido pelo Sindicato (cartilha, panfleto e cartaz), travando debate com o governo e promovendo palestras por todo o país, por meio de suas sessões sindicais.

Esta campanha tem se enraizado na base do Sindicato de tal forma que, segundo declarações do próprio governo, cerca de 7% dos novos docentes contratados aderiram ao FUNPRESP, representando a menor adesão entre todas as outras carreiras do serviço público federal, apesar de a categoria docente ter tido o maior número de recém-ingressos, desde a oficialização da FUNPRESP-Exe, no início de 2013.

Este fato redundou em uma solicitação da Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência (SPCMP) para uma reunião com a diretoria do Sindicato, para prestar esclarecimentos e debater o FUNPRESP. A reunião ocorreu na sede do ANDES-SN, no dia 18 de setembro, e contou com a presença do secretário da SPCMP, do secretário de recursos humanos do MPOG, de um representante do MEC e do presidente do FUNPRESP. Nesta reunião, os representantes do governo mostraram suas preocupações com a baixa adesão dos docentes ao FUNPRESP, imputando este fato à campanha protagonizada pelo ANDES-SN, declarando, inclusive, que “a leitura da cartilha induziu o servidor a não aderir ao FUNPRESP”. Ao final da reunião, os diretores do ANDES-SN reafirmaram a posição do Sindicato contrária ao FUNPRESP.

Apesar desse quadro, a conjuntura continua adversa, pois esta questão faz parte do projeto político do governo federal, o que nos leva à necessidade de continuarmos a aprofundar o debate na base, buscando mobilizar e trazer para a frente de luta outras entidades de servidores públicos.

### **Em defesa dos Aposentados**

Nos últimos 18 anos, os aposentados e pensionistas do Brasil vêm sofrendo uma dura perseguição por parte do governo federal. O episódio mais gritante foi, certamente, a taxação dos aposentados, tentada por FHC e concretizada no primeiro mandato de Lula da Silva, com o aval do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal - STF. A decisão permitiu que se quebrasse uma cláusula pétrea da nossa Constituição, num franco desrespeito ao direito adquirido. A esse fato se somou, ainda, a quebra da paridade entre ativos e aposentados, numa postura de subserviência do governo às diretrizes do capital financeiro internacional. Tentando justificar o ato contra os aposentados, o governo sofisma ao afirmar que a previdência é deficitária, quando estudos baseados em dados oficiais apontam para números que indicam o contrário. Essa injustiça histórica continua afligindo os servidores públicos, obrigados a pagar uma conta já paga.

Os aposentados, de modo geral (do setor público e do privado), estão agora diante de uma perspectiva, consubstanciada na PEC-555, que propõe a eliminação da cobrança de contribuição dos aposentados e pensionistas. Ela tramita desde 2006, já foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça, mas, por falta de apoio da base parlamentar do governo, não consegue ser agendada para votação em plenário. A correlação de forças tem se apresentado, até o momento, desfavorável e somente com uma forte unidade entre as entidades dos servidores públicos poder-se-á alcançar a aprovação da PEC. O ANDES-SN vem participando ativamente, em conjunto com outros segmentos da sociedade, da mobilização que objetiva pressionar os poderes executivo e legislativo no sentido da aprovação da PEC 555. As dificuldades desse movimento sair vitorioso são imensas e só com a unidade na luta conseguiremos nosso objetivo. Essa unidade não deve ocorrer apenas em nível nacional, mas também nos estados e municípios. Desta forma, é primordial a intensificação dessa luta na base da categoria.

### **Saúde do Trabalhador e Adoecimento Docente**

No V Encontro Nacional do ANDES-SN sobre Saúde do Trabalhador, realizado em Fortaleza, no mês de setembro de 2013, avançou-se no acúmulo do debate e análise crítica sobre as condições de trabalho impostas ao trabalhador docente, assim como os riscos à sua saúde e vida, em consequência da(s) atividade(s) desenvolvida(s) em intensidade e qualidade.

O significado que a precarização das condições de trabalho nas Instituições de Ensino Superior vem imprimindo tem criado um cenário de fragilizações, agravos e situações letais sem precedentes ao conjunto da categoria docente. O nosso cotidiano de trabalho, frente às exigências do mundo do trabalho em conflito com o mundo do capital, vem sendo marcado pelo aprofundamento do processo de exploração, desvalorização, penosidade e intensificação do trabalho, tendo em vista que um dos fatores centrais que tem imposto esse quadro à categoria docente, juntamente com a degradação das condições de trabalho, a competição predatória e o assédio moral, tem sido a lógica produtivista.

Durante os debates que marcaram o I Encontro Nacional de Saúde dos Trabalhadores da CSP / Conlutas – O trabalho como fonte de exploração, durante o período de 08, 09, 10/11, em São José dos Campos, configurou-se que a questão de saúde dos trabalhadores está colocada como resultante de um conjunto de fatores, todos diretamente ligados ao modo de produção e de exploração da força de trabalho, à reprodução do capital (retomada da rentabilidade, aumento da produtividade, redução de custo de produção, intensificação de valor agregado), e à forma de organização do Estado – Contrarreforma de Estado. As políticas que o governo vem estabelecendo coloca o Estado como amplo para o capital e reduzido para o social, infringindo um conjunto de perdas e violências ao mundo do trabalho e aos trabalhadores.

Desta forma, as mudanças na legislação objetivando a manutenção e aumento da rentabilidade para os setores produtivos e financeiros – redução de custo para o Estado do sistema securitário para repasse ao setor produtivo – tem colaborado para o aviltamento das condições de trabalho e para o adoecimento/morte de um grande número de trabalhadores.

## **TR - 22**

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

**1.** Em relação à Privatização da Saúde e à EBSEERH, que o ANDES-SN, as secretarias regionais e as seções sindicais devem:

**1.1** intensificar ações de enfrentamento à política de desmonte da saúde pública que vem sendo implementada pelos governos das três esferas;

**1.2** denunciar e intensificar ações de enfrentamento à pressão exercida pelo governo para a adesão das IFES à EBSEERH, expressa através dos dispositivos administrativos – redução de recursos materiais e não realização de concursos públicos para preenchimentos de vagas, no sentido de inviabilizar o funcionamento pleno dos HU que não aderiram;

**1.3** realizar levantamento e denunciar irregularidades administrativas, de atendimento a pacientes e nas relações de trabalho, bem como no desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão nos HU nas IFES, em decorrência da adesão à EBSEERH;

**1.4** fazer um levantamento nas IFES que já aderiam à EBSEERH sobre a utilização dos recursos públicos alocados, bem como irregularidades na sua aplicação.

**2.** Em relação ao FUNPRESP e aposentadoria:

**2.1** Intensificar a articulação com os demais SPF (Federal, Estadual e Municipal) para o recrudescimento da luta em 2014 contra o FUNPRESP;

**2.2** Intensificar as lutas contra o FUNPRESP nas IFES, ampliando a divulgação do material já produzido (cartilha, panfleto explicativo e cartaz) e intensificar o debate sobre os riscos a que ficam expostas as aposentadorias;

**2.3** Que as seções sindicais façam o levantamento junto aos DRH sobre solicitações de aposentadoria especiais baseadas na MI 880 que estejam enfrentando dificuldades de efetivação;

**2.4** Que as seções sindicais encaminhem para a secretaria do ANDES-SN o resultado deste levantamento para sua socialização com as outras sessões sindicais, e para subsidiar possíveis ações do sindicato em busca de uma solução definitiva;

**2.5** Ampliar a articulação com as outras entidades de servidores públicos federais, estaduais e municipais, para montar estratégias de ações no Congresso Nacional, nos estados e municípios de forma a pressionar os deputados federais, intensificando a luta pela aprovação da PEC 555/2006.

**3.** Em relação à Saúde do Trabalhador:

**3.1** Que as seções sindicais organizem espaços de discussão sobre condições de trabalho e adoecimento docente em suas bases;

**3.2** Que o ANDES-SN participe do Setorial Nacional de Saúde do Trabalhador da CSP Conlutas, assim como dos setoriais estaduais através de suas secretarias regionais e seções sindicais, e envide esforços para a criação destas onde não existam;

**3.3** Que as seções sindicais organizem espaço de discussão sobre a tese do risco e manutenção do risco para a saúde do trabalhador docente frente às condições de trabalho, e a inadimplência do governo frente a essas situações.

**4.** O GTSS/A, em consonância com os GTs locais, abra discussão sobre a política nacional de saúde implementada pelo governo federal, que inclui o programa Mais Médicos, a contratação de médicos estrangeiros e a política nacional de combate à dependência química.

## **TEXTO 23**

*Contribuição dos professores Andrey Cordeiro Ferreira (Base da ADUR-RJ), Graciela Garcia (Base da Adur-RJ), Luciano Alonso (Base da Adur-RJ), Valena Ribeiro Garcia Ramos (Base da Adcefet-RJ), Wallace Moraes (Base da ADUFRJ)*

# **REORIENTAR A POLÍTICA SINDICAL PARA UMA LINHA CLASSISTA E COMBATIVA**

**(Vide Texto de Apoio no Tema 3, página ...)**

## **TEXTO DE APOIO**

Como desdobramento da centralidade da luta e das políticas sindicais, encaminhamos como proposta para o plano de lutas:

### **TR - 23**

1. Construir uma Greve Unificada das IFES a ser iniciada entre o final de maio e início de Junho de 2014 como contribuição dos servidores da educação à construção da greve geral no país, que tenha como pauta prioritária as reivindicações coletivas gerais unificadoras (como saúde e educação), e não exclusivamente as reivindicações corporativas.
2. Colocar as seções sindicais na luta contra a criminalização, dando apoio incondicional a todos os presos políticos e contra o Estado policial, disponibilizando apoio jurídico e financeiro para campanhas de libertação e defesa dos direitos de expressão e organização.

### **Lutas sociais e direitos dos Trabalhadores**

1. fazer a campanha por reajustes no salário mínimo e não apenas nos salários docentes e TAs;
2. lutar pela adoção do Plano de carreira do ANDES-SN; campanha de boicote ao FUNPRESP .
3. Para romper com a lógica corporativista, as seções do ANDES devem tomar iniciativa de realizar reuniões unificadas de comandos de mobilização dentro das universidades (docentes, técnicos e estudantes);
  - 3.1 construir paralisações através de atos nacionais e estaduais unificados (08 de março, 31 de abril e 01 primeiro de maio);
  - 3.2 Construção de Greve unificada das IFES de 48 horas em 31 março e 1 de abril (contra as comemorações do Golpe de 1964).

### **Política de Gênero, Etnia e Classe**

1. organizar campanhas de denúncia do descumprimento dos direitos trabalhistas dos trabalhadores terceirizados dentro das universidades e dar suporte jurídico e político as lutas e organização dos mesmos, mostrando que trata-se de uma questão de discriminação racial e de gênero embutida na exploração da terceirização;
2. Organizar campanhas contra a violência sexual e assédio moral dentro das universidades, visibilizando os estupros e organizando cursos de autodefesa feminina.
3. Ato no dia 8 de março contra a violência sexual iniciando campanha.

**Política de Ciência e Tecnologia, Agrária, Ambiental e Urbana:**

1. Através do GT Nacional e do GTs das Seções, apoiar e participar das lutas pelo arquivamento dos PLs/ADIN anti-indígena e anti-quilombola, pela Demarcação da Aldeia Maracanã e luta pela terra em geral;
2. Realizar Campanha de denúncia da violação dos direitos animais dentro das universidades, exigindo a adoção de métodos substitutivos da experimentação animal que impliquem dor e extermínio.
3. Apoiar com recursos materiais e políticos as mobilizações do movimento camponês, indígena e popular, contra os megaeventos e a copa do mundo;

**Política Educacional:**

1. Construção de campanhas unificadas com trabalhadores da educação dos Estados e municípios, denunciando as condições de precarização e fazendo atos unificados em defesa da educação pública em todos os níveis (estadual e municipal).

**Política de Comunicação:**

1. Campanha contra a criminalização e autoritarismo, especialmente campanha associando a Ditadura Militar à lógica de criminalização como um novo tipo de ditadura social.
2. Fazer um grande jornal de circulação popular (centenas de milhares de exemplares, que apresente as ações de unidade e defenda a educação, transporte e pautas coletivistas e acompanhe as políticas do sindicato (sindical, educacional, agrária, ambiental, étnico-racial e se coloque a serviço das lutas populares, recebendo denúncias e etc.).

## **TEMA 6 – PLANO DE LUTAS - SETORES**

## **PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES/IMES**

### **TEXTO DE APOIO**

Em 2013, as Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior (IEES/IMES) vivenciaram a intensificação do ataque à autonomia universitária, a falta de democracia interna, a sonegação de informações por parte dos gestores e a política de contingenciamento e estrangulamento orçamentários, imposta pelos governos às universidades, agravando o funcionamento das mesmas e impondo ao Movimento Docente a necessidade de uma defesa intransigente do projeto de universidade defendido pelo ANDES/SN.

O quadro acima exigiu do Movimento Docente respostas contundentes, que foram expressas nas mobilizações e greves realizadas por várias seções sindicais do setor das IEES/IMES. Em Roraima, a greve da UERR se deu por reajuste salarial e a reestruturação do Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCR), melhorias na estrutura física, bibliotecas e laboratórios e a democratização da instituição, com eleições para reitor e diretores de campus. Dentre as vitórias do movimento grevista, destacou-se a criação de uma comissão para elaborar uma proposta de PCCR; na Paraíba, os professores realizaram greve contra a precarização do trabalho docente, a criação de um conselho social para descentralizar o poder financeiro da reitoria, regulamentação imediata dos reajustes salariais concedidos aos ativos por resolução do Consuni para assegurar paridade aos aposentados, revisão da lei de autonomia para garantir a consolidação da universidade e a melhoria do ensino, pesquisa e da extensão, entre outros.

Na UNESP, docentes, estudantes e técnicos realizaram uma greve reivindicando isonomia de pisos, salários e benefícios entre a UNESP e as demais universidades paulistas, avaliação docente institucional, departamental, sem caráter punitivo e relacionado ao tripé ensino, pesquisa e extensão, entre outros pontos de pauta.

No Ceará, docentes, estudantes e técnico-administrativos iniciaram em outubro de 2013 uma greve contra a política de sucateamento imposta às três estaduais, UECE, UVA e URCA, reivindicando a realização de concurso para professores efetivos, regulamentação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV), equiparação dos salários de professores efetivos e substitutos, investimento em infraestrutura, concurso para servidores administrativos e assistência estudantil, além de exigir do governo estadual o respeito à autonomia universitária no tocante à eleição para reitores. Até o final da elaboração desse Caderno de textos, a greve seguia enfrentando a truculência do governador do Estado, Cid Gomes, do PROS.

Em outros estados, mesmo não ocorrendo greve, os docentes realizaram diversas mobilizações, como foi o caso do Amapá, Bahia, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, São Paulo (USP, FAMEMA e UNICAMP), Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul. Algumas já sinalizam a possibilidade de construir um movimento grevista para o início de 2014, como as estaduais da Bahia e do Paraná.

Destaca-se, ainda, o Dia Nacional de Luta em defesa da autonomia e financiamento para as IEES/IMES, em maio de 2013, quando várias atividades foram realizadas pelas seções sindicais, como a audiência pública na Assembleia Legislativa da Bahia promovida pelo Fórum das ADs com a participação do movimento estudantil e dos técnico-administrativos; o debate sobre autonomia e financiamento na UESPI, realizado pela seção sindical; as atividades realizadas pelas seções sindicais das estaduais do Ceará, dentre outras.

Nesse cenário, os governos deslocam recursos públicos para a realização de megaeventos, gastos com publicidade e a destinação de 43,98% do orçamento geral da União para pagamento

da dívida pública, em contraste ao percentual repassado para educação e saúde, que são, respectivamente, 4,17% e 3,34%, segundo informações veiculadas no site do Senado Federal.

Em relação à dívida pública nos estados, têm sido criados núcleos da Auditoria Cidadã da Dívida Pública para levantar o quanto dos recursos públicos dos estados são subtraídos para pagamento de juros e amortizações da dívida, tornando importante a participação das seções sindicais nesse processo.

Ainda no ano de 2013, nos dias 27, 28 e 29 de setembro, foi realizado o XI Encontro do Setor das IEES/IMES, com a participação de 25 seções sindicais e duas entidades convidadas e teve como centralidade a discussão sobre financiamento para as IEES/IMES. Nesse Encontro, foi indicado que o Sindicato Nacional, através do setor e das seções sindicais, precisará aprofundar o debate sobre o tema durante o ano de 2014. Ainda no Encontro, verificou-se a necessidade de avaliar uma proposta de financiamento feita pela ABRUEM para que o setor, em sua próxima reunião, se posicione.

### **Financiamento**

No tocante ao financiamento, o ANDES-SN defende que a construção de uma universidade pública, na acepção plena da expressão, exige como pré-condição a garantia de recursos públicos para seu financiamento (Caderno 2, 2013), sendo recursos públicos aqueles que são arrecadados pelo Estado por meio do sistema tributário e de outros instrumentos democraticamente estabelecidos, que estejam transparentemente previstos e explicitados nos orçamentos públicos e que no processo de planejamento e de execução orçamentária sejam destinados ao atendimento das prioridades sociais correspondentes às reais necessidades da maioria da população.

Na proposta do ANDES-SN para financiamento da universidade, destacamos aqui:

- a) Ao Estado compete financiar o ensino, a pesquisa e as atividades de extensão nas universidades públicas, destinando-lhes recursos orçamentários em montante não inferior a 12% do orçamento da União, em dotação específica para a educação e vinculada a este fim.
- b) O imediato e rigoroso cumprimento do art. 212 da Constituição Federal de 1988 e o seu acompanhamento pelas entidades representativas do setor educacional nos âmbitos federal, estadual e municipal são fundamentais.
- c) A retomada imediata do percentual de, no mínimo, 1,2% do PIB nas dotações de verbas para a pesquisa, enquanto se promove um levantamento que redimensione as necessidades de recursos para o desenvolvimento da ciência e tecnologia no país.

Especificamente em relação às IEES, o ANDES-SN defende a existência de leis estaduais específicas que determinem destinação orçamentária mínima, na forma de percentual das receitas tributárias de cada estado da União, às instituições por ele mantidas, assegurando-se a transparência na utilização de todos os recursos investidos em cada IEES.

O desafio para o Setor das IEES/IMES é se apropriar de mais elementos para definir o tipo de tributo e o percentual adequado à realidade de cada estado. Para isso, será necessário, conforme indicado no XI Encontro do Setor das IEES/IMES, fazer um levantamento sobre os investimentos atuais nas IEES/IMES, detalhando o máximo possível. Associado a esse levantamento, é importante a realização do Dia Nacional de Luta, em continuidade aos já realizados, como forma de ampliar a discussão sobre financiamento das IEES/IMES e pressionar governadores, prefeitos e parlamentares.

## **TR - 24**

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

### **A) Sobre carreira docente**

1. Que as seções sindicais enviem informações sobre critérios de promoção, progressão e desenvolvimento na carreira para que a diretoria nacional atualize o banco de dados do setor;

2. Lutar por uma carreira docente que priorize a Dedicção Exclusiva como regime de trabalho preferencial;

#### **B) Sobre Democracia interna**

3. Intensificar procedimentos nas seções sindicais que garantam a atualização constante do banco de dados do Setor sobre democracia e autonomia universitária;

4. Lutar pelo estabelecimento de instâncias democráticas no interior das IEES/IMES;

#### **C) Sobre Financiamento das IEES/IMES**

5. Que as seções sindicais, com base no artigo 5º (XXXIII) da Constituição Federal e nos artigos 10, 11 e 12 da Lei nº 12.527/2011 – Lei Geral de Acesso a Informações Públicas, instem e solicitem às secretarias de educação, ciência e tecnologia e/ou reitorias informações sobre a execução orçamentária nos últimos dez anos, contendo informações segundo o grupo e natureza de despesa;

6. Que as seções sindicais promovam, até o XII Encontro do Setor das IEES/IMES, debate sobre o tema financiamento;

7. Realizar o Dia Nacional de Luta em defesa de mais recursos públicos para as IEES/IMES, previsto para o dia 28 de maio de 2014;

8. Realizar um seminário sobre financiamento para as IEES/IMES em 2014;

9. Que as seções sindicais aprofundem o debate sobre federalização das IEES/IMES;

#### **D) Organização das IEES/IMES nos estados**

Que as seções sindicais das IEES/IMES:

10. Façam articulação, em âmbito local, com as demais entidades dos Servidores Públicos Estaduais (SPE) e pautem temas específicos, tais como: reforma da previdência; desoneração fiscal e seus impactos para os serviços públicos; autonomia das IEES/IMES;

11. Promovam debate referente à política estadual de educação;

12. Façam, em conjunto com as secretarias regionais, articulação com entidades sindicais e movimentos sociais da educação visando à construção de unidade de ação em pontos que forem consenso nas entidades envolvidas;

#### **E) Geral**

13. Realizar no 2º semestre de 2014 o XII Encontro do Setor das IEES/IMES;

14. Que as seções sindicais participem do Núcleo da Auditoria Cidadã da Dívida nos estados em funcionamento e fomentem a discussão para a criação nos estados em que ainda não existem.

## **PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES**

### **TEXTO DE APOIO**

#### **INTRODUÇÃO**

No ano de 2013, dando sequência à trajetória do Sindicato Nacional, nossas ações foram ordenadas por dois vetores: a resposta às demandas da categoria em suas lutas específicas, e a articulação da luta conjunta dos SPF, no âmbito da CNESF, no Fórum das Entidades dos SPF e também dos espaços mais amplos de aglutinação das forças classistas.

Nestes dois campos de ação evidenciaram-se as contradições e as dificuldades da correlação de forças que desenham o quadro mais geral da conjuntura na qual nossas lutas se inscrevem.

O ponto ordenador da ação governamental é a crise econômica mundial, que confirma o caráter estrutural da crise do capital e sua agudização nesse momento. A opção política do governo brasileiro é seguir cumprindo o papel de ser participe da organização do mercado mundial na condição subalterna e viabilizar instrumentos e condições para favorecer a superação dessa crise, para garantir o projeto estratégico da economia capitalista mundial. Entre estes instrumentos e condições está a adoção de medidas para garantir o superávit primário, a transferência de recursos públicos para o setor privado, o controle e criminalização das lutas sociais, com ampliação da violência de Estado, retirada de direitos e ampliação do assistencialismo de Estado.

Mas também se procedeu à luta de resistência dos trabalhadores, cuja reação vem crescendo em número e intensidade no último período com a ampliação de greves e mobilizações de rua, tendo um ponto alto desse processo no meio do ano de 2013.

No âmbito dos SPF e da categoria, atividades importantes são realizadas, mas ainda se expressam elementos de fragilidade. As entidades adotaram inúmeras iniciativas políticas para superá-los desenvolvendo ações voltadas para dentro das categorias e também para fora, com o objetivo de desvendar as repercussões negativas das políticas governamentais sobre os direitos dos trabalhadores deste setor e seu caráter destruidor dos serviços prestados à população.

Estes elementos são importantes para nos ajudar a avaliar as condições de luta para o próximo ano, com a responsabilidade de reconhecer que, apesar de muitas e intensas ações promovidas, a fragmentação preponderou e a correlação de forças não foi alterada a favor dos trabalhadores.

No que se refere à luta específica dos servidores públicos federais e da nossa categoria, atuamos neste ano intensificando as ações de base e buscando negociação com o Executivo.

#### **BALANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE LUTAS**

No âmbito dos SPF, considerando as deliberações dos últimos congressos e Conad, um dos eixos do nosso plano de lutas estava voltado para investir em ações conjuntas com os SPF, a fim de dar andamento à Campanha Salarial do ano de 2013.

Assim, atuamos na CNESF e no Fórum das Entidades dos Servidores Públicos, buscando fortalecer a coordenação como espaço estratégico de articulação deste segmento dos trabalhadores. Investimos, também, na articulação com as entidades do Fórum para potencializar as ações da Campanha com iniciativas voltadas a conquistar a abertura de negociações, realizando atos, reuniões, debates, seminários, definição de pauta, forçando

espaços frente a setores do Poder Executivo, trabalho junto aos parlamentares, e atividades de mobilização nas categorias tanto nos estados como em Brasília. Destaque-se a luta contra o ataque ao direito de greve.

Estas ações foram mais intensas no segundo semestre, mas prevaleceu a intransigência do governo, seu descompromisso com o serviço público no país, e o processo negocial não se efetivou.

No que se refere à luta específica do setor, confirma-se esta mesma postura governamental. A reabertura das negociações com a Sese/Mec sobre a reestruturação da carreira também não se efetivou, apesar das pressões exercidas pela categoria organizada na base do Sindicato Nacional.

Após a mudança de secretário da Sese/Mec, o novo secretário Paulo Speller, em reunião com diretores do ANDES-SN, diz que quer conhecer o plano de carreira do Sindicato e solicita reunião na sede do ANDES-SN, para apresentação de nossa proposta, pauta esta já protocolada várias vezes no MEC. A reunião ocorre, em setembro, e todos os fundamentos da nossa proposta de carreira são apresentados, quando o secretário se compromete a construir os espaços no governo para iniciar negociação sobre os conceitos estruturadores da carreira. O retorno não é dado, reuniões são desmarcadas, ocorrem protelações e fica evidente que não há predisposição efetiva para a abertura de negociação conforme sinalizara o secretário.

Quanto à luta frente à precarização das condições de trabalho, o governo segue limitado a ações emergenciais em um quadro geral de expansão precarizada, contando com a participação dos reitores, sem resolver os passivos e sem enfrentar estruturalmente a questão.

O quadro se agrava e tivemos uma série de processos de paralisações, atraso no início de semestre em função de absoluta impossibilidade de exercer as atividades acadêmicas. Há crescente reação estudantil exigindo condições de acesso, permanência e funcionamento adequado de seus cursos.

Este quadro atinge a condição do fazer docente e a qualidade do ensino-pesquisa-extensão. Mas o processo junto ao MEC não avança. A atitude do governo é de passividade ante as nossas denúncias e propostas para resolver a questão a partir do reordenamento financeiro e autonomia das instituições.

Além disso, atuamos junto às administrações das instituições para estabelecer negociações das pautas locais, que coletivamente atualizamos no início do ano. A luta em torno das pautas locais foi potencializada pela agenda de lutas, que concatenou nacionalmente um calendário temático de atividades dedicando períodos para dar andamento a diferentes itens da nossa pauta geral com ações locais, materiais específicos, em consonância nacional. Tratamos dos temas como: Cefet, CAP e outras unidades vinculadas, autonomia, aposentadoria, cargos e vagas, infraestrutura, democracia, entre outros.

O que se constata é que a precarização das condições de trabalho é cada vez mais intensificada. O Sindicato segue na resistência e através das seções sindicais coleta dados e publica dossiês dando visibilidade à questão.

Merece destaque a condição que os professores ingressantes encontram ao conquistarem o cargo público federal de professor de uma IFE, que combina a ausência de política salarial, o projeto de carreira imposto pelo governo, que desestrutura o exercício profissional, a intensa precarização das condições de trabalho e a perda da integralidade na aposentadoria, agravada com a pressão para adesão ao FUNPRESP.

A luta contra a adesão ao FUNPRESP nos mobilizou com debates na base a partir de cartilha específica e discussões com os docentes para desvendar o projeto do governo e fortalecer a resistência a mais esta desconstrução de um direito fundamental, que é a aposentadoria. A resposta dos professores foi de baixa adesão, a ponto de provocar um movimento do Poder Executivo em direção ao Sindicato para discutir a questão. Estes sinais reforçam o acerto da nossa estratégia de luta e significam o desafio de prosseguir reafirmando o direito à aposentadoria e avançando na elaboração de alternativas.

Atuamos com ordenamento nacional na defesa dos Hospitais Universitários, somando esforços na luta contra a EBSEH, inseridos como participantes na Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, a unidade com os técnico-administrativos e com o movimento estudantil. Articulações e atividades que nos permitiram enfrentar este processo de privatização dos Hospitais Universitários.

Nestes enfrentamentos, identificamos que o governo usa toda a força e os mecanismos de que dispõe para não recuar do seu projeto. A atuação do Movimento, em muitos momentos, foi capaz de forçar o governo a reduzir o ritmo de suas ações, situações em que não conseguiu de imediato fazer passar tudo o que gostaria. No entanto, foi insuficiente para provocar uma inflexão de conteúdo na direção que impinge à contrarreforma do Estado, conforme ocorreu nos embates que resultaram nas Leis 12.772/12 e 12.863/13 sobre carreira. Esta última restringe mais ainda a autonomia, degrada a DE e escancara a interveniência das fundações privadas ditas de apoio.

A mobilização específica dos professores e dos servidores públicos ocorrida no primeiro semestre e a participação, na sequência, de atos significativos que marcaram o segundo semestre, inclusive para reagir à violência do Estado, mostram a disposição de luta da categoria. A repressão, a violência e o monopólio da mídia cresceram como temas transversais com grande potencial de mobilização e articulação entre diversos setores sociais. Marcamos a participação pautando a defesa da saúde e da educação públicas como eixos da nossa expressão nestas mobilizações. O que podemos afirmar é que o setor da educação esteve na rua o ano todo, somando forças com a mobilização que sacudiu o Brasil e também na defesa dos direitos dos docentes e dos serviços públicos. Mesmo assim, foi um ano em que contabilizamos algumas derrotas, pois, ainda que em ritmo menor do que pretendia, o governo continua dando sequência ao seu projeto para as IFE.

Esse contexto amplia as exigências de atuação do Setor na mobilização, na definição das ações e formulações que fortaleçam nosso projeto de educação e de carreira docente, bem como, sejam capazes de incidir para reverter a precarização das condições de trabalho. É essencial manter a intransigente defesa dos direitos dos docentes intensificando a atuação nas IFE, e nas ruas, enfrentando a política do governo e a subserviência dos reitores.

## **DESAFIOS**

O que temos para o ano de 2014 é seguir o enfrentamento em defesa do nosso projeto de educação, como elemento ordenador de nossa luta, o qual é base para a construção de unidade de ação com outros segmentos dos trabalhadores e do setor estudantil, ao mesmo tempo em que se configura como o “guarda-chuva” que abriga todos os aspectos específicos de nossa luta.

Este eixo mantém, também, a intersecção estreita com a defesa estratégica dos direitos sociais, bem assim, a defesa intransigente e radical dos serviços públicos com seu caráter universal e gratuito.

Travar a luta vai exigir habilidade política que combine:

1. Intensificar a mobilização da categoria;
2. A explicitação de nossas propostas para enfrentar as proposições do governo, de modo que mostre a disputa de projetos estratégicos antagônicos para a educação no país e para o exercício do trabalho docente;
3. Combater os desdobramentos e consequências das medidas impostas pelo governo e administradores das IES, que atingem a autonomia, os direitos dos docentes e as condições do exercício do seu trabalho;
4. Lutar pela proposta do ANDES-SN nas diferentes esferas que compõem o nosso projeto: educação, ciência, carreira, condições de trabalho e previdência.

Assim, há que manter os vetores de ação que têm construído nossa trajetória de luta: SPF e setor.

O distanciamento temporal entre a elaboração do caderno de textos e o momento de deliberação no 33º Congresso impõe a necessidade de preservar certo nível de generalidade nos itens da proposta de texto resolução que tratam da pauta e do cronograma, uma vez que ainda estão em curso as articulações com as demais entidades representativas dos servidores públicos federais e poderão ser melhor precisados no próprio Congresso.

## **TR - 25**

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

### **A- NO ÂMBITO DOS SPF**

- 1.** Intensificar a ação na CNESF (Coordenação Nacional de Entidades dos Servidores Federais) para fortalecê-la como espaço organizativo de luta dos SPF;
- 2.** Fortalecer a CNESF como espaço de articulação estratégica dos SPF, retomando a agenda ordinária de reuniões e plenárias, plantões em rodízio entre as entidades, conclamando-as para regularização das contribuições financeiras;
- 3.** Articular previamente, no espaço da CNESF, as proposições para atuação no Fórum Nacional de Entidades dos SPF, objetivando potencializá-las;
- 4.** Retomar as iniciativas políticas com vistas à organização dos Fóruns Estaduais de Entidades dos SPF, fomentando, dentro do possível, a efetiva participação da CSP-Conlutas e outras centrais que se disponham à luta política de mobilização dos SPFs nos estados;
- 5.** Indicar para as seções sindicais do ANDES-SN a necessidade de articulação em âmbito local com as demais entidades dos SPF;
- 6.** Desenvolver a Campanha 2014 dos SPF, a partir de eixos, pauta, estratégia de ação e calendário construídos na CNESF, de forma articulada com outras entidades dos servidores públicos federais que se disponham a lutar, integrando e consolidando a unidade política de ação dos servidores públicos federais;
- 7.** Dar potência às ações da Campanha Salarial em 2014 com movimentações de rua, paralisações nacionais e intensificação da unidade com os demais segmentos dos SPF;
- 8.** Intensificar as ações unitárias de servidores públicos com outras organizações, entidades, movimentos sociais e populares, reforçando a articulação classista na base, com destaque para a necessidade de constituir fóruns para atuação conjunta com os servidores públicos e com os demais segmentos do setor educação. Nesse movimento, reforçar e buscar apoio para as campanhas temáticas que temos defendido, em especial, 10% do PIB para a educação pública já, busca de apoio e assinaturas a favor da PEC 555, do projeto de Lei de iniciativa popular para democratização das comunicações e contra EBSERH, FUNPRESP, PL 4330 e PLP 92;
- 9.** Intensificar as lutas pela anulação da reforma da previdência, contra a redução do direito ao tempo especial para aposentadoria referente ao trabalho desenvolvido em condições insalubres/perigosas, e na defesa do direito à negociação/contratação coletiva no serviço público à luz da Convenção 151 da OIT, preservado o direito de greve, mantidos todos os demais eixos da pauta conjunta;
- 10.** Encaminhar, em articulação com as demais entidades dos SPF, a produção por todas elas de dossiês sobre precarização/repressão no serviço público, com vistas à produção de materiais de denúncia e divulgação;
- 11.** Organizar, no próximo período e em articulação com as demais entidades dos SPF, atividades nacionais e regionais de formação política;
- 12.** Intensificar a solidariedade contra a criminalização das mobilizações e das lutas dos diferentes segmentos dos trabalhadores e da juventude.

## **B – QUANTO À PAUTA ESPECÍFICA DO SETOR**

### **ESTRATÉGIA GERAL:**

1. Retomar e intensificar a luta pela reestruturação da carreira docente, por valorização salarial e por melhoria das condições de trabalho, tendo como referência a pauta do Setor e o projeto de carreira única, aprovado no 30º Congresso;
2. Atualizar a estratégia de mobilização/negociação e as iniciativas políticas para conquistar a reestruturação da carreira docente a partir da experiência acumulada na luta nos últimos três anos;
3. Desencadear, a partir do 33º Congresso, jornada de luta incluindo caravanas, materiais específicos, seminários, debates e atos que intensifiquem a mobilização da categoria tratando de carreira, condições de trabalho e salário;
4. Deliberar, a partir da avaliação de base, sobre a necessidade, as condições e as possibilidades de retomada da greve da categoria no ano de 2014;
5. Delegar à diretoria do ANDES-SN a condução do processo de negociação, bem como as deliberações pertinentes, de acordo com o posicionamento do Setor das IFE, tendo como referência a proposta de Carreira de Professor Federal aprovada no 30º Congresso.

### **INICIATIVAS E AÇÕES:**

6. Fazer a disputa e o enfrentamento aos desdobramentos da implantação do projeto de carreira do governo tanto em âmbito local como nacionalmente;
7. Intervir fortemente em cada IFE para que a progressão/promoção dos docentes na carreira não seja obstaculizada e para que sigam critérios definidos no âmbito da autonomia universitária;
8. Elaboração de material que explicita as consequências da implantação do projeto de carreira do governo para o trabalho docente e os direitos dos professores;
9. Definir atividades de mobilização e ações conjuntas de luta com o Sinasefe para conquistar a reestruturação da carreira docente;
10. Recepcionar os docentes em 2014, em cada período letivo, com materiais específicos a respeito da situação sobre a carreira docente considerando a vigência da Lei 12.772/12 e da Lei 12.863/13, conclamando para intensificar a luta pela sua reestruturação;
11. Intensificar as denúncias, como instrumento de mobilização, das consequências das iniciativas do governo em relação à carreira para os diferentes segmentos da categoria e para o futuro das instituições;
12. Aprofundar a discussão sobre a Carreira de Professor Federal com os professores e nos conselhos superiores das IFE e CPPD, com o objetivo de retomar a força do movimento de apoio à nossa proposta;
13. Buscar interlocução com a ANDIFES, CONIF, CONDICAP e CODETUF com o objetivo de obter apoio à reestruturação da carreira docente, conforme proposta pelo ANDES-SN;
14. Atuar no âmbito do Congresso Nacional no sentido de buscar apoio à luta pela reestruturação da carreira docente, conforme proposta pelo ANDES-SN. Nesse sentido, pressionar as lideranças partidárias e presidentes das comissões de Educação e de Serviço Público, na Câmara e no Senado, tendo como referência a retomada da luta pela reestruturação da carreira docente;
15. Dar continuidade às lutas e ações jurídicas em resposta às consequências das políticas e medidas implementadas pelo governo, em especial, na questão da carreira docente.
16. Imprimir caráter nacional à campanha específica do Setor das IFE em 2014, nos seguintes termos:

**16.1** Desenvolver ações nacionalmente articuladas, tendo como referência a Pauta de Reivindicações aprovada neste 33º Congresso e a atualização das pautas locais pelas seções sindicais, para estabelecer negociações concomitantes em todas as IFE;

**16.2** Ampliar a mobilização da base em torno da Campanha 2014, a partir de balanços periódicos realizados nas reuniões do Setor, tendo como referência o Plano de Lutas aprovado no 33º Congresso;

**16.3** Coordenar as ações de enfrentamento e a troca de informação sobre as diversas lutas empreendidas pelas seções sindicais, dando visibilidade nacional, sob o eixo geral: LUTA PELA QUALIDADE ACADÊMICA, POR CONDIÇÕES DE TRABALHO E VALORIZAÇÃO SALARIAL;

**16.4** Sobre condições de trabalho, atualizar as pautas locais com definições de prioridade nos seguintes eixos:

**a)** Cargos/vagas: lutar pela ampliação do quadro efetivo em número correspondente às necessidades para manter o padrão unitário de qualidade. Cobrar transparência e divulgação dos dados, centralmente no que se refere ao “banco de professor equivalente”, número de docentes efetivos, substitutos e temporários, política de utilização das vagas abertas e critérios de alocação;

**b)** Infraestrutura: cobrar demonstrativo contendo o quadro atual das obras, identificação, por um lado, das insuficiências, e por outro, das impropriedades, tais como: falta de acessibilidade, inadequação para a função, falta de qualidade técnica na obra e discrepância dos custos e prazos. Cobrar das reitorias informações sobre os novos acordos com o governo a respeito das obras;

**c)** Democracia: enfrentar a agudização dos ataques à autonomia das instituições e arbitrariedades praticadas pelos dirigentes, inversão do sentido das decisões institucionais por submissão aos critérios de editais externos, adesão compulsória aos projetos e prioridades emanadas do MEC e a criminalização/punição do direito de divergir;

**d)** Destacar outras situações que sofram precarização/ataques específicos, tais como: aposentadoria, adoecimento docente, campi descentralizados, hospitais universitários, CEFET, IF, CAP e demais escolas vinculadas;

**17.** Ampliar a produção dos dossiês que registrem os problemas vivenciados pelas IFE, com descrições de fatos, mobilizações, fotos, vídeos etc. Dar visibilidade aos elementos identificados nos dossiês locais dentro e fora das universidades, elaborando matérias e boletins, para dialogar com a sociedade e mobilizar a categoria;

**18.** Dar continuidade à luta em defesa dos Colégios de Aplicação – CAP e das Escolas Vinculadas às IFE, priorizando:

**18.1** Denunciar que o ataque aos CAP é também um ataque à autonomia das IES onde eles são instituídos;

**18.2** Mobilizar a categoria para reverter os ataques que têm sido perpetrados contra os CAP, utilizando para isso a divulgação de análises críticas, políticas e jurídicas que demonstrem os movimentos do governo no sentido do desmonte dos CAP, restringindo vagas de pessoal, condições de trabalho e tratamento dado em relação à carreira docente;

**18.3** Intensificar a luta contra a diferenciação entre professores do magistério superior e professores da Educação Básica Técnica e Tecnológica – EBTT, em direção a uma carreira única;

**18.4** Lutar pela garantia da autonomia acadêmico-política dos CAP no contexto das universidades públicas, pela responsabilidade pública de sua manutenção e desenvolvimento, além da garantia de condições de trabalho adequadas a essa natureza, dando continuidade ao debate interno no Sindicato para aperfeiçoar a elaboração e ajustar as ações nesse mesmo sentido;

**18.5** Manter a pauta conjunta de discussões com o GTPE sobre atividades acadêmico-políticas dos CAp;

**18.6** Que as seções sindicais promovam seminários e debates em cada IFE sobre a situação das escolas vinculadas, casas de cultura e outras realidades, recolhendo informações detalhadas sobre essas unidades universitárias, a serem encaminhadas para a secretaria do ANDES-SN com o objetivo de compor um diagnóstico nacional;

**18.7** As seções sindicais deverão realizar campanhas pela garantia da vinculação dos CAp à estrutura acadêmica das IFE;

**19.** Dar sequência nas seções sindicais ao conjunto de iniciativas de resistência em curso à EBSEH e ao FUNPRESP;

**20.** Reafirmar a autoaplicabilidade do artigo 207 da Constituição, lutando para que o Poder Executivo reverta o conjunto normativo e suas posturas que atentam contra a autonomia universitária;

**20.1** Atuar nas universidades, frente à Andifes e aos três Poderes, em defesa da autonomia com democracia e financiamento público das IFE, tendo como parâmetros os fundamentos e as propostas contidas na “Proposta do Andes para a universidade brasileira”, na “Agenda para a Educação Superior: uma proposta para o Brasil de Hoje” e no elenco de projetos que visam à garantia de financiamento público e a democracia “Educação Superior: uma proposta para enfrentar a crise”;

**20.2** Avançar nacionalmente e em cada IFE, por atuação das seções sindicais, na identificação de dados, métodos, critérios ou falta de critérios, relacionados com o funcionamento das instituições, especialmente a respeito de verbas, pessoal, organização do trabalho e atividades inerentes às atividades de ensino/pesquisa/extensão/administração;

**20.3** Produzir estudos a respeito da evolução orçamentária de cada IFE frente à evolução do número de cursos, matrículas, docentes e TAs, distinguindo verbas de pessoal, custeio (em custeio, contratação de serviços), investimento e HUs;

**20.4** Buscar mais informações em cada IFE a respeito das consequências decorrentes da utilização do SISU como método de seleção dos estudantes;

**20.5** Produzir um balanço a respeito dos processos estatuintes em curso ou em vias de instalação nas IFE, tomando como referência as deliberações do ANDES-SN sobre democratização das universidades, especialmente o Caderno 2;

**21.** Explicitar e desmascarar o governo em sua ação relacionada com a retirada de direitos previdenciários, a situação atual de ataque à equiparação entre ativos e aposentados, os prejuízos gerados pelos desdobramentos da desestruturação da carreira e também aos novos ingressantes;

**22.** Intensificar a luta contra as fundações ditas de apoio, reagindo às manobras respaldadas pelo governo para aumentar a ingerência desses entes privados nas atividades próprias da esfera pública das IFES e colaborando com o Ministério Público Federal na apuração das irregularidades;

**23.** Intensificar a denúncia dos cursos pagos como violação do princípio da gratuidade de ensino e lutar pelo fim da cobrança de quaisquer valores nos cursos das universidades;

**24.** Aprovar o cronograma da Campanha Específica do Setor em 2014:

**24.1** Protocolar nas instâncias governamentais e divulgar a Pauta da Campanha a partir de março;

**24.2** Atualizar as pautas locais em todas as seções sindicais e estabelecer negociação com as reitorias tendo como referência a PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DOS DOCENTES DAS IFE aprovada neste 33º Congresso;

**24.3** Ajustar o cronograma de lutas da Campanha 2014 nas reuniões do Setor das IFE.

24.4 Reafirmar em 2014 a pauta do setor aprovada em 2013, já protocolada junto ao governo federal, exigindo negociações efetivas.

**\* APROVADA NO 32º CONGRESSO**

*\* PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DOS DOCENTES DAS IFE – CAMPANHA 2013/2014*

**1. UNIVERSIDADE PÚBLICA E O TRABALHO DOCENTE (demandas gerais)**

*a) garantia de que o caráter público da universidade, sua autonomia constitucional e a função social da atividade docente sejam os elementos definidores das políticas de financiamento e do regramento das relações de trabalho;*

*b) garantia de financiamento público estável e suficiente para as IFE, assegurando incrementos compatíveis para a expansão com qualidade, tal como apresentado no PNE da Sociedade Brasileira;*

*c) garantia das condições adequadas para que o exercício do trabalho docente se desenvolva fundamentado no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, em busca do padrão unitário de qualidade;*

*d) garantia de carreira única para todos os docentes das IFE;*

*e) garantia de aposentadoria integral, de forma a assegurar a paridade entre ativos e aposentados, resguardando o poder aquisitivo dos proventos, além de todos os direitos e vantagens percebidos quando da aposentadoria;*

*f) garantia das condições para que as IFE cumpram a sua responsabilidade de oferecer educação pública, gratuita, democrática, laica e de qualidade para todos, como direito social e dever do Estado, combatendo todas as formas de precarização decorrentes das iniciativas que vêm sendo impostas a título de reforma universitária;*

*g) garantia de que a contratação do corpo docente se dê unicamente pelo Regime Jurídico Único;*

*h) manutenção da estabilidade no emprego como regra nas IFE e nos serviços públicos;*

*i) garantia do princípio da isonomia salarial entre cargos públicos com funções, titulação e regime de trabalho equivalentes;*

*j) garantia do caráter público e da função social das IFE, assim como sua desprivatização;*

*k) garantia de estatuto jurídico público para as IFE e seus órgãos complementares, preferencialmente como autarquias de regime especial, assegurando a responsabilidade do Estado e a autonomia universitária constitucional;*

*l) garantia de um sistema de avaliação institucional das IFE de caráter autônomo e democrático, tendo como referência o projeto político acadêmico de cada instituição, resguardando-se o integral financiamento público do sistema;*

*m) garantia de condições estruturais e acadêmicas que propiciem a universalização do acesso dos estudantes às universidades públicas do país;*

*n) garantia da gratuidade, integralidade e universalidade das ações dos hospitais universitários (HUs), com adoção de medidas contra sua mercantilização e privatização.*

**2. AUTONOMIA, FINANCIAMENTO E VAGAS DOCENTES**

*a) cumprimento do preceito constitucional que dispõe recursos à manutenção e desenvolvimento do ensino público, aplicando o índice nunca inferior a 18% previsto sobre a arrecadação líquida de impostos, somando-se a arrecadação das contribuições, excluídas apenas as contribuições relativas à previdência social e ao salário educação, e destinando no mínimo 75% desses recursos às IFE;*

**b)** preenchimento dos cargos atualmente vagos e a criação de novos cargos, pelo RJU/PUCRCE, em dedicação exclusiva, para suprir as necessidades da política de expansão das IFE, com a realização imediata de concursos públicos;

**b.1)** Autorizar a imediata realização de concursos públicos que preencham, com professores efetivos, preferencialmente em regime de dedicação exclusiva, todas as vagas abertas pela Lei nº 12.677/2012, e imediata contratação dos concursados;

**b.2)** assegurar a distribuição transparente dos cargos respeitando as necessidades definidas autonomamente por cada IFE;

**b.3)** recompor o quadro docente das IFE considerando o déficit historicamente acumulado nas últimas três décadas; ou seja, além do número de vagas não repostas decorrentes de aposentadoria, de invalidez, de morte e de demissões, considerar o crescimento proporcional do número de vagas e cursos criados a partir do REUNI e o que está previsto para a sua respectiva consolidação;

**c)** contratação de professores substitutos, limitada às situações eventuais de excepcionalidade, para suprir a falta de professor na carreira, por prazo determinado, decorrente de exoneração ou demissão, falecimento, afastamento para qualificação docente, licenças e afastamentos previstos na Lei 8.112 – RJU;

**c.1)** assegurar que a ampliação do número de matrículas e criação de cursos sejam condicionadas à ampliação do número de cargos docentes preferencialmente em regime de dedicação exclusiva, e técnico-administrativo, conforme projeção de necessidades definida de forma autônoma em cada unidade acadêmica, com autorização de concursos efetivos, espaço físico e equipamentos adequados.

**d)** retirada do PLP nº 92/07, que autoriza o Poder Público a instituir, em várias áreas do serviço público, as chamadas Fundações Estatais de Direito Privado, autorizando a venda de serviços que hoje se constituem em direitos de cidadania sob responsabilidade do Estado;

**e)** manutenção da natureza jurídica dos HUs em autarquias públicas vinculadas ao MEC e às universidades públicas, com financiamento viabilizado por meio de recursos públicos oriundos da seguridade social, da ciência e tecnologia e da educação, de modo a garantir condições adequadas de funcionamento, preservando as finalidades concomitantes de integrar-se à rede do SUS e suas atividades de ensino, pesquisa e extensão;

**e.1)** intensificar a luta pela não adesão ao EBSEH;

**f)** autonomia de nomeação, pelas IFE, de seus procuradores jurídicos, com garantia de atuação igualmente autônoma, sem subordinação administrativa à AGU;

**g)** prioridade do financiamento da educação pública em relação ao pagamento dos encargos da dívida pública;

**h)** instituição de uma mesa de negociação para discutir o orçamento das IFE na perspectiva de estabelecer os quantitativos de suplementações necessárias ao orçamento de 2013, além das diretrizes e montantes para a LDO e LOA de 2014, tendo como referência a garantia de orçamento global, mantendo-se separadas as rubricas de Pessoal e OCC, de forma a que os recursos para OCC sejam de, no mínimo, 28% dos recursos destinados à despesa de pessoal e encargos em cada IFE, e mais 3% da soma dos recursos de Pessoal e OCC para assistência estudantil, além dos recursos destinados à expansão e fomento;

**i)** Conclusão imediata das obras e reforma de infraestrutura para atender a expansão precarizada promovida pelo REUNI garantindo plenamente as atividades de ensino, pesquisa e extensão;

**i.1)** conclusão das obras com prazo de conclusão vencido já iniciadas nas IFE;

**i.2)** construção de salas de aula respeitando o limite de vagas ofertadas para o ingresso dos alunos em cada curso;

*i.3) construção dos laboratórios, clínicas, ambulatórios e demais espaços previstos nos projetos políticos pedagógicos dos cursos, atendendo às normas de biossegurança;*

*Grupo 8 (13F, 01C, 04A)*

*i.4) adequação dos laboratórios, clínicas e ambulatórios já existentes às normas de biossegurança, bem como adequação dos demais espaços previstos nos projetos políticos pedagógicos;*

*i.5) criação de restaurantes universitários que atendam à demanda da comunidade universitária, definida em cada IFE e ligada às suas estruturas de gestão autônoma e democrática;*

*i.6) adequação de todas as estruturas físicas das IFE (já existentes, em construção, e a serem construídas) às normas de acessibilidade vigentes no país;*

*i.7) realizar auditoria sobre o REUNI, avaliando as metas impostas de expansão de matrículas e a contrapartida governamental no que concerne à ampliação de recursos humanos e instalações físicas;*

*i.8) condicionar a continuidade do processo de expansão em curso à avaliação das metas do REUNI e ao atendimento de todas as demandas de pessoal e infraestrutura;*

*j) afastar qualquer possibilidade de medidas que possam levar a contingenciamentos ou retenções de verbas orçadas, exigindo regularidade no fluxo de liberação financeira;*

*k) manutenção dos saldos de exercício financeiro na instituição para execução no ano seguinte;*

*l) aplicação imediata de recursos públicos, da ordem de 1,5% do PIB, em ciência e tecnologia;*

*m) fixação de recursos, nos orçamentos das IFE, para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e extensão, com a definição democrática desses valores;*

*n) políticas de incentivo à pesquisa dos órgãos financiadores direcionadas às instituições públicas federais de educação básica, técnica e tecnológica;*

*o) autonomia das universidades no que diz respeito aos instrumentos centralizados de gestão administrativa e financeira do governo;*

*p) revogação da cobrança de taxas, a qualquer título, nas IFE;*

*q) desvinculação das IFE com as fundações privadas ditas de apoio, impedindo o estabelecimento de convênios e ajustes para implementação de suas atividades fins, devendo para isso recuperar as suas instâncias administrativas de infraestrutura e pessoal competente para tais tarefas;*

*r) remoção, respeitadas as regras de controle e transparência do uso do dinheiro público, das dificuldades legais e entraves administrativos que dificultam o bom andamento do trabalho acadêmico e administrativo das IFE, em especial a execução de projetos e convênios de interesse acadêmico da instituição;*

*s) exigir, junto ao MEC, a realização de concursos para as vagas já existentes e a criação de novas vagas para atender às demandas atuais dos Colégios de Aplicação;*

*t) exigir, junto ao MEC, à SESu e à ANDIFES que assumam a responsabilidade pelos Colégios de Aplicação, respeitando a autonomia universitária;*

*u) exclusão de dispositivos antidemocráticos do PPA/LDO/LOA 2014, como o artigo 76 da LDO/2013, que visam obstruir a negociação com os servidores públicos sobre os seus direitos.*

### **3. DEMOCRATIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO**

*a) escolha dos dirigentes pela comunidade universitária em eleições diretas, no mínimo paritárias;*

*b) respeito aos resultados dos processos eleitorais em que a comunidade universitária escolhe os dirigentes das IFE, garantindo a sua homologação no âmbito da própria instituição;*

- c) definição democrática de critérios públicos para a distribuição interna de recursos e de cargos, além de outras medidas de transparência na gestão;*
- d) condições equânimes de participação na vida acadêmico-institucional a todos os docentes, inclusive os substitutos, os em estágio probatório e os dos campi descentralizados;*
- d.1) combater e exigir a punição das práticas de assédio moral crescentes nas IFE, em especial aos docentes em estágio probatório;*
- e) lutar para que seja respeitada a decisão contrária à adesão EBSERH, dos conselhos universitários, sem prejuízos de destinação orçamentária;*
- f) assegurar o direito à livre manifestação política nos campi;*
- g) garantia de liberação para o exercício de mandato classista, sem perda da remuneração e demais direitos, mediante alteração do artigo 92 da Lei nº 8112/90 (RJU);*
- h) contra a cobrança de qualquer contribuição sindical compulsória;*
- i) lutar para que sejam definidas/revisadas, com urgência, as normas institucionais das IFE (estatuto, regimento e outras) por meio de processos democráticos, dos quais participe toda a comunidade envolvida;*
- j) processos de democratização e revalorização dos órgãos colegiados;*
- k) revogação imediata da Lei nº 9192/95, do Decreto nº 1916/96, que a regulamenta, e do parágrafo único do artigo 59 da LDB – 9394/96, que ferem os preceitos constitucionais da democracia e da autonomia universitária na escolha de dirigentes;*
- l) democratização das agências de fomento à pesquisa como CAPES, CNPq e FINEP.*

#### **4. CONDIÇÕES DE TRABALHO, CAPACITAÇÃO E SEGURIDADE**

- a) eliminação de todas as formas de precarização do trabalho docente, tais como: aumento da relação professor/aluno e de horas em sala de aula, vinculação de parcela do salário ao cumprimento de metas quantitativas, posto que descaracterizam a carreira docente e prejudicam a qualidade do trabalho docente;*
- b) impedimento de qualquer tipo de contrato precário de trabalho, assim como dos mecanismos que impliquem a transferência de responsabilidades docentes para estudantes de pós-graduação, estagiários ou técnico-administrativos;*
- c) condições adequadas de funcionamento dos novos cursos, especialmente nos campi descentralizados, para que a comunidade acadêmica possa desenvolver, com qualidade, seu trabalho, que, em relação aos docentes, implica o respeito ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;*
- d) ampliação da infraestrutura necessária à pesquisa nas IFE, incluindo laboratórios, equipamentos, logística, pessoal e setores administrativos da própria instituição com capacidade de gerenciamento eficiente de projetos e convênios;*
- e) recuperação do preceito constitucional original de paridade e integralidade da aposentadoria;*
- f) eliminação do padrão do produtivismo científico que, além de reforçar uma competição individualista, tem contribuído para a redução na qualidade da produção acadêmica;*
- g) eliminação, no sistema de avaliação acadêmica, de qualquer exigência do cumprimento de metas burocrático-gerenciais;*
- h) reversão da crescente criminalização do direito de divergir, bem como combate à perseguição àqueles que lutam em defesa da universidade pública;*
- i) combate ao assédio moral, causa crescente de doenças físicas e psíquicas dos docentes, denunciando-o ao Ministério Público e às Delegacias do Trabalho;*

*j) controle dos fatores determinantes das condições de insalubridade, periculosidade, penosidade e que representem qualquer tipo de risco à saúde dos docentes em suas atividades acadêmicas;*

*k) condições de funcionamento para as atividades acadêmicas noturnas idênticas àquelas oferecidas durante os expedientes diurnos;*

*l) apoio oficial adequado à capacitação docente, tanto dos órgãos de fomento como da própria IFE, o que envolve atualização do valor das bolsas de estudo e dos seus prazos de cobertura, repudiando a precariedade contida no ProDoutoral/PLANFOR.*

#### **5. CARREIRA ÚNICA**

*a) exigir do governo a imediata abertura de negociações para a reestruturação da Carreira do Magistério Federal;*

*b) retirada da PEC nº 306/08, bem como qualquer outra iniciativa que proponha a extinção do RJU e a contratação via CLT nos serviços públicos;*

*c) restauração dos direitos dos servidores públicos suprimidos do texto original da Lei nº 8112/90 (RJU);*

*d) extinção do mecanismo de gestão da força de trabalho docente através do banco de professor-equivalente, dado seu caráter precarizador e fragmentador da categoria, a fim de garantir que todos os professores efetivos nas IFE tenham direito ao regime de dedicação exclusiva.*

#### **6. POLÍTICA SALARIAL**

*Estabelecimento de pontos comuns com os SPF:*

*a) revisão anual dos vencimentos dos servidores públicos, como preceitua a Constituição, em índice no mínimo igual à desvalorização monetária, de acordo com o ICV DIEESE;*

*b) estabelecimento de política salarial que recupere as perdas históricas;*

*c) reivindicar do governo a retomada do processo de discussão, a fim de definir as Diretrizes Gerais para Planos de Carreira dos Servidores Públicos (DPC);*

*d) reconhecimento da data-base em 1º de maio;*

*e) restabelecimento dos anuênios;*

*f) pagamento imediato de todos os precatórios pendentes. Pontos da política salarial dos docentes das IFE;*

*g) piso salarial para os docentes das IFE nos termos do artigo 7º, inciso 5º, combinado com o artigo 206, incisos 5º e 8º da Constituição Federal, no valor do salário-mínimo do DIEESE em 1º de janeiro de 2013, para docente graduado em Regime de Trabalho de 20 h;*

*h) equivalência da remuneração e condições de trabalho dos professores substitutos com a dos docentes efetivos com a mesma titulação e regime de trabalho;*

*i) manutenção dos valores destinados a cobrir as despesas de pessoal e encargos dos aposentados e pensionistas com recursos do Tesouro Nacional, no orçamento e na folha de pagamentos da IFE de origem. Esse pagamento não será incluído a título de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;*

*j) reversão do confisco nos proventos de aposentadoria e pensão decorrentes da exigência de contribuição dos aposentados e pensionistas à Previdência, bem como dos impactos decorrentes das Leis nº 11.784/08, nº 12.772/12 e nº 12.863/13.*

#### **7. PROPOSTA SALARIAL**

*a) incorporação de todas as gratificações ao vencimento, assegurando isonomia salarial pela remuneração integral e uniforme do trabalho prestado pelo professor do mesmo nível da carreira, mesmo regime de trabalho e mesma titulação;*

*b) piso remuneratório no valor de R\$ ....., correspondente ao salário-mínimo do DIEESE em 1º de janeiro de 2014, para docente graduado, em Regime de Trabalho de 20 h;*

*c) interstício de 5% entre os níveis da carreira;*

*d) remuneração integral e isonômica dos integrantes de mesmo nível da carreira, que unifique em uma linha só no contracheque os percentuais correspondentes à titulação e regime de trabalho. Os percentuais de acréscimos relativos à titulação serão: de 75% para doutor ou livre-docente; de 37,5% para mestre; de 18% para especialização; de 7,5% para aperfeiçoamento. Tendo por base o regime 20 horas semanais, os percentuais de acréscimo relativo ao regime de trabalho serão: 100% para o regime de 40 horas; 210% para o regime de DE;*

*e) paridade e integralidade para os aposentados;*

*f) reposicionamento, de forma a resguardar a posição do docente em relação ao topo da carreira na data da aposentadoria, e garantia dos direitos decorrentes da aplicação do artigo 192, da Lei nº 8.112/90 (RJU), aos docentes que se aposentaram até 1997 e aos seus pensionistas.*

## **PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IPES**

### **TEXTO DE APOIO**

Nas últimas três décadas, houve uma forte expansão do número de instituições particulares de ensino superior no Brasil, com imensas dificuldades do ANDES-SN para intervir nesse setor. Esta expansão não se acompanha do crescimento proporcional do número de docentes nas IPES, o que se agrava ainda mais à medida que cresce o EAD. Além disso, as políticas de financiamento do governo para o setor privado – por exemplo o PROUNI – com repasse do dinheiro público, não se efetiva em melhorias para os professores. Pelo contrário, não aumenta o número de professores, somente o número de alunos. Ao mesmo tempo, os cargos docentes das IPES são feitos por contratações precárias, em sua grande maioria em regime horista ou de baixa carga horária, dando preferência à titulação de especialista ou no máximo de mestre, em detrimento à de doutor. Esta realidade é determinante da exacerbação da carga de trabalho, representada majoritariamente por atividades de ensino, da conseqüente precariedade das condições de trabalho, bem como da exploração do trabalho, dos baixos salários, situações de assédio moral e da instabilidade no emprego. Esta última gera ainda dificuldades para a organização dos trabalhadores docentes na defesa de seus direitos, devido a mecanismos de repressão empregados, que ameaçam o emprego e, muitas vezes, a própria sobrevivência dos docentes. Outra vertente resultante desta situação é o modelo de universidade adotado nas IPES, posto que está assentado e reforçado pelas políticas de educação adotadas pelos últimos governos, considerando-se o papel do PNE, no sentido do fortalecimento do setor privado, com uma grande transferência (direta pelo seu financiamento *in loco* e indireta pelas anistia fiscal) de recursos públicos para o setor.

Desta forma, apesar de os professores das IPES representarem aproximadamente 65% do total de professores do ensino superior, são responsáveis pela formação de cerca de 75% dos alunos de ensino superior no país. Além disso, esses docentes vêm sendo alvo de ataques tão brutais por parte do setor patronal e do modelo de mercado que, por sua vez, impondo relações de trabalho tão aviltantes, imobilizam os docentes do setor privado em qualquer tentativa de reagir à situação. O ANDES-SN enviou documento formalizando denúncias na OIT sobre essas precárias condições de trabalho e repressão nas IPES e, embora tenha buscado manter, em sua carta sindical por via jurídica e política, a possibilidade de representar sindicalmente os docentes das IPES, até o momento não obteve êxito. Por outro lado, os sindicatos que têm representado esses professores, os SINPRO, de um modo geral, vêm se limitando apenas a homologar demissões e não estimulam o debate para que os docentes se organizem para a luta em defesa de seus direitos. No último período, o ANDES-SN se empenhou em tentar compreender melhor os problemas enfrentados pelos docentes das IPES, organizando debates em seminários e encontros do setor e, ao mesmo tempo, buscando a legalização da representação dos docentes das IPES, através do debate jurídico. Nesta tarefa, têm-se buscado mecanismos que possam dotar nossa entidade de instrumentos que possibilitem a organização dos docentes daquele setor, no sentido de procurar formas de enfrentar a forte repressão sofrida pelos trabalhadores nas IPES.

No sentido de contribuir com a organização destes trabalhadores e a sua preparação para a luta contra a ampliação da precariedade nas instituições que, cada vez mais, mergulham na lógica do negócio da educação fomentada como modalidade economicamente promissora, o ANDES-SN tem trabalhado em um contínuo processo de denúncia a respeito do avanço do capital e da

internacionalização do ensino superior privado no Brasil, bem como sobre a exploração do trabalho docente nas IPES.

O processo de discussão sobre os problemas enfrentados no Setor das IPES não se esgota para este ano até a construção deste Caderno de Textos, em novembro de 2013. Desta forma, poderá ser necessária a complementação das propostas abaixo apresentadas.

## **TR - 26**

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- 1.** Lutar pelo fortalecimento da inserção da base docente do setor das IPES no processo de organização sindical e defesa de seus direitos;
- 2.** Dar continuidade às ações políticas, jurídicas e administrativas que garantam a mobilização e a construção de representação sindical dos docentes das IPES;
- 3.** Intensificar a denúncia, a partir das secretarias regionais, da situação dos docentes das IPES, em relação à precariedade das condições de trabalho, à perda de direitos trabalhistas e às demissões injustificadas;
- 4.** Dar visibilidade ao Projeto de Universidade do ANDES-SN no Setor das IPES, a partir das Diretrizes para a Construção de Pautas de Reivindicações dos Docentes das IPES, aprovadas no 31º Congresso do ANDES-SN.

# SIGLAS

**ABI:** Associação Brasileira de Imprensa  
**AGU:** Advocacia-Geral da União  
**ANDIFES:** Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior  
**BGA:** Bacharelados em Grandes Áreas  
**C&T:** Ciência e Tecnologia  
**CADIN:** Cadastro de Inadimplentes  
**CAPES/MEC:** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior /MEC  
**CEFET:** Centro Federal de Educação Tecnológica  
**CLT -** Consolidação das Leis de Trabalho  
**CNE:** Conselho Nacional de Educação  
**CNESF:** Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais  
**CNPQ:** Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico:  
**CONAD:** Conselho do ANDES Sindicato Nacional  
**CONED:** Congresso Nacional de Educação  
**CONGRESSO:** Congresso do ANDES-SN  
**CONLUTAS:** Coordenação Nacional de Lutas.  
**CONLUTE:** Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes  
**CPA:** Comissões Próprias de Avaliação  
**CPI:** Comissão Parlamentar de Inquérito  
**CSS:** Contribuição Social para Saúde  
**DA:** Diretórios Acadêmicos  
**DCE:** Diretório Central de Estudantes  
**DE:** Dedicção Exclusiva  
**DIEESE:** Departamento Intersindical de Estatística e Estudo  
**DPC:** Diretrizes Gerais para Planos de Carreira dos Servidores Públicos  
**DRU:** Desvinculação de Recursos da União  
**EaD:** Educação a Distancia  
**EC:** Emenda Constitucional  
**ETF:** Escolas Técnicas Federais  
**ENADE:** Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes  
**ENEM:** Exame Nacional do Ensino Médio  
**ENFF:** Escola Nacional Florestan Fernandes  
**FASUBRA-Sindical:** Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras  
**FIES:** Financiamento Estudantil  
**FGTS –** Fundo de Garantia por Tempo de Serviço  
**FHC:** Fernando Henrique Cardoso  
**FINEP:** Financiadora de Estudos e Projetos  
**FNDC:** Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

**FNDE:** Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação  
**FNDEP:** Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública  
**FUNDEB:** Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação  
**GEBTT :** Gratificação da Educação Básica, Técnica e Tecnológica  
**GEMAS:** Gratificação de Estímulo ao Magistério Superior  
**GT:** Grupo de Trabalho  
**GTCA:** Grupo de Trabalho de Comunicação e Arte  
**GTPFS:** Grupo de Trabalho de Política e Formação Sindical  
**HU:** Hospital Universitário  
**ICV:** Índice do Custo de Vida  
**IEES:** Instituições Estaduais de Ensino Superior  
**IES:** Instituições de Ensino Superior  
**IFE:** Instituições Federais de Ensino  
**IFES:** Instituições Federais de Ensino Superior  
**IFET:** Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia  
**IMES:** Instituições Municipais de Ensino Superior  
**INCRA:** Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
**IPES:** Instituições Particulares de Ensino Superior  
**LDB:** Lei de Diretrizes e Bases  
**LDO:** Lei de Diretrizes Orçamentárias  
**LGBTTT:** Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgênero  
**LOA:** Lei Orçamentária Anual  
**MDA:** Ministério do Desenvolvimento Agrário  
**MDE:** Manutenção e Desenvolvimento do Ensino  
**MEC:** Ministério do Estado da Educação  
**MPOG:** Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
**MTE:** Ministério do Trabalho e Emprego  
**OAB:** Ordem dos Advogados do Brasil  
**OCC:** Outros Custeios de Capital  
**OIT:** Organização Internacional do Trabalho  
**PAC:** Programa de Aceleração do Crescimento  
**PCMSO:** Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional  
**PDE:** Plano de Desenvolvimento da Educação  
**PDI:** Plano de Desenvolvimento Institucional – Diretrizes para a Educação  
**PEC:** Proposta de Emenda Constitucional  
**PIB:** Produto Interno Bruto  
**PL:** Projeto de Lei  
**PLANFOR:** Plano Nacional de Formação Docente  
**PLC:** Projeto de Lei da Câmara dos Deputados

**PLP:** Projeto de Lei Complementar  
**PLS:** Projeto de Lei do Senado Federal  
**PNE:** Plano Nacional de Educação  
**PPA:** Plano Plurianual  
**PPG:** Projeto de Pós-Graduação  
**PPPs:** Parcerias Público Privadas  
**PPRA:** Programas de Prevenção de Risco Ambiental  
**PROEP:** Programa de Expansão da Educação Profissional  
**PROIFES:** Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior  
**PROUNI:** Programa Universidade para Todos  
**REHUF:** Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais  
**PUCRCE:** Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos  
**REUNI:** Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais  
**RGPS:** Regime Geral da Previdência Social  
**RJU/PUCRCE:**  
**RJU:** Regime Jurídico Único  
**RT:** Retribuição por Titulação  
**SESu/MEC:** Secretaria de Educação Superior / MEC  
**SINAES:** Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior  
**SINASEFE:** Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional  
**SISOSP:** Sistema Integrado de Saúde Ocupacional do Servidor  
**SPF:** Servidores Públicos Federais  
**SR:** Secretarias Regionais  
**STF:** Supremo Tribunal Federal  
**STJ:** Superior Tribunal de Justiça  
**SUS:** Sistema Único de Saúde  
**TCU:** Tribunal de Contas da União  
**UAB:** Universidade Aberta do Brasil  
**USAID:** United States Agency for International Development